

**Pontifícia Universidade Católica de Goiás**

**PLANO DE  
DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL  
2017-2021**



Aprovado pelo Conselho Universitário  
Resolução n. 001/2016-COU, de 7 de dezembro de 2016

**ADMINISTRAÇÃO  
DA SOCIEDADE GOIANA DE CULTURA**

**Presidente**

Dom Washington Cruz, CP

**Vice-Presidente**

Mons. Daniel Lagni

**Secretário Geral**

Mons. Luiz Gonzaga Lobo

**ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR  
DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS**

**Grão-Chanceler**

Dom Washington Cruz, CP

**Reitor**

Prof. Wolmir Therezio Amado

**Vice-Reitora**

Profa. Olga Izilda Ronchi

**Pró-Reitora de Graduação**

Profa. Sônia Margarida Gomes Sousa

**Pró-Reitora de Extensão e Apoio Estudantil**

Profa. Márcia de Alencar Santana

**Pró-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa**

Profa. Milca Severino Pereira

**Pró-Reitor de Desenvolvimento Institucional**

Prof. Helenisa Maria Gomes de Oliveira Neto

**Pró-Reitor de Administração**

Prof. Daniel Rodrigues Barbosa

**Pró-Reitor de Comunicação**

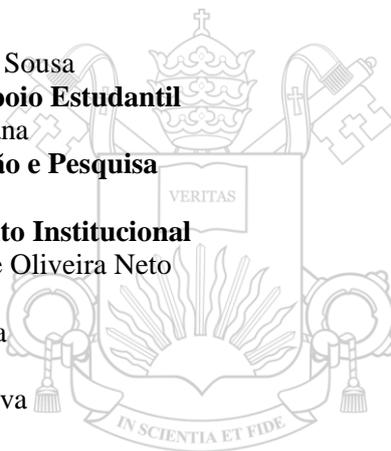
Prof. Eduardo Rodrigues da Silva

**Pró-Reitor de Saúde**

Prof. José Antônio Lobo

**Chefe de Gabinete**

Prof. Lorenzo Lago



## Sumário

|  |    |
|--|----|
| INTRODUÇÃO   | 8  |
| SEÇÃO I - PERFIL, HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL        | 10 |
| 1 PERFIL INSTITUCIONAL   | 10 |
| 1.1 Natureza.....  | 10 |
| 1.2 Áreas de atuação .....   | 10 |
| 1.3 Valores e princípios .....                                     | 10 |
| 1.4 Missão.....  | 11 |
| 1.5 Objetivos.....   | 11 |
| 2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL  | 12 |
| 2.1 Trajetória.....  | 12 |
| 2.2 Origens.....   | 13 |
| 2.3 De Universidade de Goiás a Universidade Católica de Goiás..... | 13 |
| 2.4 De UCG a PUC Goiás .....                                       | 15 |
| 2.5 As Escolas como ambiente de inovação.....                      | 16 |
| 3 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2012-2016                    | 16 |
| 3.1 Ensino de graduação presencial.....                            | 17 |
| 3.2. Ensino de graduação a distância.....                          | 19 |
| 3.3. Ensino de pós-graduação .....                                 | 19 |
| 3.4. Pesquisa e inovação .....                                     | 20 |
| 3.5. Extensão.....   | 20 |
| 3.6. Atendimento aos estudantes .....                              | 21 |
| 3.7. Gestão acadêmico-administrativa.....                          | 22 |
| 3.8 Gestão de pessoas: docentes .....                              | 23 |
| 3.9 Gestão de pessoas: funcionários administrativos .....          | 23 |
| 3.10 Gestão administrativa e financeira.....                       | 24 |
| 3.11 Infraestrutura.....   | 24 |
| 3.12 Planejamento e avaliação.....                                 | 25 |
| 4 EIXOS TRANSVERSAIS DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL              | 25 |
| 4.1 Inserção regional.....   | 25 |
| 4.2 Internacionalização .....                                      | 28 |
| 4.3 Responsabilidade social e ambiental .....                      | 30 |
| 4.3.1 Comunicação  | 31 |
| 4.3.2 Biodiversidade e diversidade cultural                        | 32 |
| 4.3.3 Direitos humanos e igualdade étnico-racial                   | 33 |
| 4.3.4 Inovação científico-tecnológica e social                     | 34 |
| 4.3.5 Acessibilidade   | 34 |

|   |    |
|---|----|
| SEÇÃO III - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL                                  | 38 |
| 5 DIRETRIZES DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL                              | 38 |
| 5.1 Princípios didático-pedagógicos .....                                     | 39 |
| 5.2 Inovações tecnológicas .....  | 40 |
| 5.3 Inovações pedagógicas .....   | 40 |
| 5.3.1 Programa de Orientação Acadêmica (Proa)                                 | 41 |
| 5.3.2 Cenários de Práticas  | 42 |
| 5.3.2.1 Santa Casa de Misericórdia de Goiânia                                 | 42 |
| 5.3.2.2 Empresas Juniores   | 42 |
| 5.3.2.3 Núcleo de Práticas Jurídicas  | 43 |
| 5.3.2.4 Clínicas Escolas e Laboratório de Análises Clínicas                   | 43 |
| 5.3.2.5 PUC TV  | 44 |
| 5.3.2.6 Instituto do Trópico Subúmido   | 44 |
| 6 POLÍTICAS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO  | 45 |
| 6.1 Política de ensino de graduação presencial .....                          | 45 |
| 6.1.1 Concepção da política de ensino de graduação presencial                 | 45 |
| 6.1.2 Objetivos da política de ensino de graduação presencial                 | 47 |
| 6.1.3 Referenciais da política curricular                                     | 48 |
| 6.1.4 Concepção de avaliação da aprendizagem                                  | 50 |
| 6.1.5 Modalidades de acesso e seleção   | 50 |
| 6.1.6 Política de formação de professores para a educação básica              | 51 |
| 6.1.7 Cursos de graduação presenciais   | 54 |
| 6.1.8 Metas para o ensino de graduação presencial                             | 56 |
| 6.2 Política de ensino de graduação a distância.....                          | 56 |
| 6.2.1 Concepção da política de ensino de graduação a distância                | 56 |
| 6.2.2 Objetivos da política de ensino de graduação a distância                | 57 |
| 6.2.3 Referenciais da política curricular                                     | 57 |
| 6.2.4 Gestão administrativo-pedagógica dos cursos de educação a distância     | 58 |
| 6.2.5 Cursos de graduação a distância   | 59 |
| 6.2.6 Metas para o ensino de graduação a distância                            | 60 |
| 7 POLÍTICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO   | 60 |
| 7.1. Política de ensino de pós-graduação <i>stricto sensu</i> .....           | 60 |
| 7.1.1. Concepção da política de ensino de pós-graduação <i>stricto sensu</i>  | 61 |
| 7.1.2. Objetivos da política de ensino de pós-graduação <i>stricto sensu</i>  | 61 |
| 7.1.3 Organização pedagógica dos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> | 62 |
| 7.1.4 Acesso e permanência  | 62 |
| 7.1.5. Comunicação com a sociedade.   | 63 |

|  |    |
|--|----|
| 7.1.6 Cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i>                             | 63 |
| 7.1.7 Metas para o ensino de pós-graduação <i>stricto sensu</i>                | 64 |
| 7.2 Política de ensino de pós-graduação <i>lato sensu</i> .....                | 65 |
| 7.2.1 Concepção e objetivos  | 65 |
| 7.2.2. Organização didática e currículos dos cursos                            | 65 |
| 7.2.3. Comunicação com a sociedade   | 65 |
| 7.2.4. Internacionalização da pós-graduação <i>lato sensu</i>                  | 66 |
| 7.2.5 Cursos de pós-graduação <i>lato sensu</i>                                | 66 |
| 7.2.6 Metas para o ensino de pós-graduação <i>lato sensu</i>                   | 69 |
| 8.1 Concepção da política de pesquisa e inovação .....                         | 70 |
| 8.2 Objetivos da política de pesquisa e inovação .....                         | 71 |
| 8.3 Organização do sistema de pesquisa e inovação .....                        | 72 |
| 8.3.1 Comitê Assessor de Pesquisa  | 72 |
| 8.3.2 Sistema de gestão  | 73 |
| 8.3.3 Grupos de pesquisa   | 73 |
| 8.3.4 Núcleo de Inovação Tecnológica   | 73 |
| 8.3.5 Institutos   | 74 |
| 8.3.5.1 Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA                 | 74 |
| 8.3.5.2 Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC | 75 |
| 8.4 Programas de incentivo à pesquisa .....                                    | 75 |
| 8.4.1 Incentivo aos discentes  | 76 |
| 8.4.2 Incentivo aos docentes   | 76 |
| 8.5 Ética e integridade acadêmica .....  | 77 |
| 8.5.1 Comitê de Integridade Acadêmica  | 77 |
| 8.5.2 Comitê de Ética em Pesquisa  | 77 |
| 8.5.3 Comissão de Ética no Uso de Animais                                      | 77 |
| 8.6 Práticas de integração da pesquisa e da inovação.....                      | 77 |
| 8.6.1 Agência de Inovação  | 79 |
| 8.6.2 Incubadora   | 79 |
| 8.6.3 Parque tecnológico   | 80 |
| 8.6.4 Congresso de Ciência e Tecnologia  | 81 |
| 8.7 Produção científica e editorial .....                                      | 82 |
| 8.8 Metas para a pesquisa e a inovação .....                                   | 83 |
| 9 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO  | 83 |
| 9.1 Concepção da política de extensão .....                                    | 83 |
| 9.2 Objetivos da política de extensão .....                                    | 85 |
| 9.3 Modalidades de extensão .....  | 85 |

|  |            |
|--|------------|
| 9.4 Metas para a extensão .....  | 87         |
| <b>10 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES</b>  | <b>88</b>  |
| 10.1 Programa de Acompanhamento Acadêmico aos Estudantes .....                                     | 88         |
| 10.1.1 Programa de Acessibilidade  | 89         |
| 10.1.2 Programa de Monitoria   | 90         |
| 10.1.3 Programa de Iniciação Científica  | 91         |
| 10.1.4 Programa de Apoio <i>Online</i>   | 92         |
| 10.1.5 Programas de Acompanhamento Socioeconômico  | 92         |
| 10.1.6 Programa de Qualidade de Vida Acadêmica   | 93         |
| 10.1.7 Programas de Acompanhamento Artístico Cultural  | 94         |
| 10.1.8 Programa de Moradia Estudantil  | 94         |
| 10.1.9 Programa de Acompanhamento de Egressos  | 94         |
| 10.2 Organização Estudantil .....  | 95         |
| 10.3 Metas.....  | 95         |
| <b>SEÇÃO III - POLÍTICAS DE GESTÃO</b>   | <b>96</b>  |
| <b>11 POLÍTICA DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA</b>  | <b>96</b>  |
| 11.1 Relação da mantenedora com a mantida .....  | 96         |
| 11.2 Estrutura organizacional .....  | 96         |
| 11.3 Gestão acadêmica dos cursos e programas .....   | 97         |
| 11.4 Metas.....  | 98         |
| <b>12 POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE</b>  | <b>98</b>  |
| 12.1 Corpo docente: características, perfil e objetivos da política .....                          | 98         |
| 12.2 Regime de trabalho .....  | 99         |
| 12.3 Critérios de seleção, contratação e substituição .....  | 100        |
| 12.4 Formação continuada e incentivo à produção científica, cultural, artística e tecnológica..... | 100        |
| 12.5 Metas.....  | 101        |
| <b>13 POLÍTICA DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO</b>   | <b>101</b> |
| 13.1 Composição e política.....  | 101        |
| 13.2 Regime de trabalho .....  | 102        |
| 13.3 Critérios de seleção e contratação.....   | 102        |
| 13.4 Programa de formação continuada e avaliação .....   | 102        |
| 13.5 Metas.....  | 103        |
| <b>14 POLÍTICA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA</b>   | <b>103</b> |
| 14.1 Fontes dos recursos financeiros .....   | 104        |
| 14.2 Instrumento gerencial .....   | 104        |
| 14.3 Metas.....  | 105        |

|   |     |
|---|-----|
| SEÇÃO IV - INFRAESTRUTURA   | 106 |
| 15 INFRAESTRUTURA FÍSICA  | 106 |
| 15.1 Instalações acadêmicas .....                                       | 107 |
| 15.2 Laboratórios .....   | 108 |
| 16 SISTEMA DE BIBLIOTECAS   | 108 |
| 16.1 Atendimento ao público.....  | 109 |
| 16.2 Serviços oferecidos aos usuários do SIBI.....                      | 109 |
| 16.3 Programas e projetos do SIBI.....                                  | 109 |
| 16.4 Política de aquisição, expansão e atualização.....                 | 110 |
| 17 RECURSOS TECNOLÓGICOS  | 110 |
| 17.1 Audiovisual.....   | 110 |
| 17.2 Infraestrutura tecnológica .....                                   | 110 |
| 18 PLANO DE ACESSIBILIDADE  | 112 |
| SEÇÃO V - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO                                      | 115 |
| 19 CONCEPÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL                             | 115 |
| 20 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO                                      | 118 |
| 21 PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO                           | 119 |
| 21.1 Autoavaliação na graduação .....                                   | 119 |
| 21.1.1 Avaliação interna  | 119 |
| 21.1.2 Avaliação externa  | 120 |
| 21.2 Autoavaliação da pós-graduação <i>stricto sensu</i> .....          | 120 |
| 21.2.1 Procedimentos de autoavaliação.                                  | 121 |
| 21.2.2 Instrumentos   | 121 |
| 21.2.3 Uso dos resultados de autoavaliação.                             | 122 |
| 21.3 Autoavaliação na pós-graduação <i>lato sensu</i> .....             | 122 |
| 21.4 Autoavaliação na extensão .....                                    | 123 |
| 21.5 Autoavaliação na gestão de pessoas e na gestão administrativa..... | 123 |
| 22 AUTOAVALIAÇÃO E EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL                               | 124 |
| 23 METAS  | 125 |
| REFERÊNCIAS   | 126 |

## INTRODUÇÃO

O contexto educativo nacional está em constante mudança, trazendo novos desafios e novas possibilidades para as Instituições de Ensino Superior. Essa realidade dinâmica do ponto de vista das demandas internas e externas traz a necessidade da atualização e renovação periódica do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da PUC Goiás, preservando os princípios e valores presentes na sua criação. Cada atualização é uma oportunidade para que esse documento atenda novas necessidades por meio de estratégias e objetivos mais abrangentes.

O PDI é um documento de planejamento e gestão que identifica a Instituição no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão a que se propõe, às diretrizes pedagógicas que orientam suas ações, à sua estrutura organizacional e às atividades acadêmicas que desenvolve e/ou que pretende desenvolver (MEC, 2015). Deve por isso levar em conta todas as dimensões da Instituição.

Como universidade católica, a PUC Goiás, distingue-se pela fidelidade à doutrina e às determinações da Igreja, essencial à sua identidade institucional, e tem como missão “desenvolver a formação humana integral, associada à produção e socialização do conhecimento e difusão da cultura” (PDI, 2012, p.18). Assim, “a missão da Universidade e de toda educação católica é de formar o ser humano integralmente, segundo os critérios e valores cristãos” (*JUBILAEUS UNIVERSITATIS*, §14).

A PUC Goiás “[...] também goza das prerrogativas e dos deveres inerentes a uma universidade de direito pontifício. Isso implica, mais fortemente, um aprofundamento da observância dos princípios e diretrizes proclamados pela Igreja” (*JUBILAEUS UNIVERSITATIS*, §14). Portanto, a missão, a postura estratégica, os princípios e valores, a natureza, os objetivos institucionais, que constam no PDI, são estruturantes porque, em cada nova elaboração, se apresentam como elementos consolidados, aos quais todos os processos devem se manter fiéis.

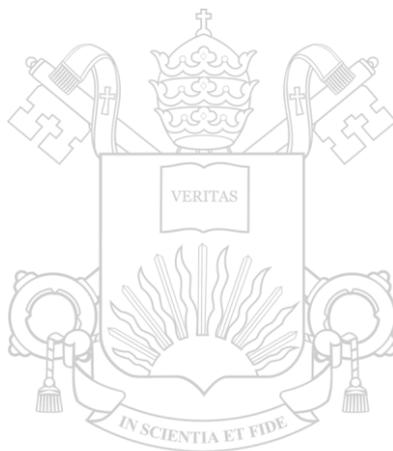
Por outro lado, a elaboração do PDI deve envolver toda a comunidade em busca das visões mais avançadas e inovadoras de seus campos de atuação. Da mesma forma que os planos de gestão anteriores, esse novo PDI resultou de uma construção coletiva, envolvendo os diversos setores da Instituição, seguindo o princípio da mais ampla colegialidade.

A construção coletiva seguiu um cronograma, coordenado pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, que se iniciou em fevereiro de 2016 e previu reuniões com os docentes, os funcionários técnico-administrativos e os estudantes; uma consulta pública *on-line* aberta a toda a comunidade; a formulação da versão final e sua apreciação pelos órgãos colegiados máximos da Instituição, o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e o Conselho Universitário.

O documento final está organizado de acordo com as dimensões avaliativas do Sistema de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e atende tanto às exigências da missão institucional quando aos desafios da conjuntura regional, nacional e internacional para a educação superior, no respeito à legislação vigente e pertinente. Especialmente, o PDI 2017-2021 consolida a profunda transformação organizacional realizada nos últimos 2 anos com a implantação das Escolas e a revisão do Estatuto. É nesse documento prospectivo que as consequências inovadoras das Escolas começam a ser aferidas, pensadas e avaliadas pela comunidade acadêmica em seus fortes desdobramentos na gestão, no ensino, na extensão e na pesquisa.

Este Plano de Desenvolvimento leva em conta as metas do Horizonte 60 em vista do Jubileu de Diamante e as supera, projetando o olhar da comunidade para o início da sétima década de vida da Instituição. Temos certeza de que o esforço coletivo de prospecção e planejamento, que realizamos em 2016 e que se materializa no documento aprovado, dará consistência e solidez ao futuro do projeto pedagógico da Instituição e dos milhares de projetos individuais que dele se desdobram e dependem.

Prof. Wolmir Therezio Amado  
Reitor da Pontifícia Universidade Católica de Goiás



## **SEÇÃO I - PERFIL, HISTÓRICO E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

### **1 PERFIL INSTITUCIONAL**

#### **1.1 Natureza**

A PUC Goiás é uma instituição comunitária de educação superior, católica, filantrópica e sem fins econômicos, mantida pela Sociedade Goiana de Cultura e vinculada ao conjunto das universidades católicas, que atuam no País e no mundo.

Em consequência disso,

como universidade católica, deve distinguir-se pela fidelidade à doutrina e às determinações da Igreja, pela excelência de sua organização e pelas atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como pela primazia na qualificação humana e funcional, acadêmica e religiosa de sua direção, dos professores e técnico-administrativos, em conformidade com o Art. 19 das Diretrizes e Normas para as Universidades Católicas emanadas da CNBB (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, 2014 Art. 3º).

Para a consecução de suas finalidades, integra ativamente as redes nacionais e internacionais de educação superior e pesquisa, especialmente: a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC), a Associação Brasileira de Instituições Comunitárias de Educação Superior (ABRUC), o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, a Organização das Universidades Católicas da América Latina e do Caribe (ODUCAL) e a Federação Internacional das Universidades Católicas (FIUC).

#### **1.2 Áreas de atuação**

A PUC Goiás atua na educação superior, oferecendo cursos de graduação, presenciais e a distância, nos graus Bacharelado, Licenciatura e Cursos Superiores de Tecnologia e cursos de extensão. Oferece ainda cursos de pós-graduação *lato sensu*, incluindo especializações e programas de residência médica, residência em área profissional e multiprofissional da saúde, bem como cursos de pós-graduação *stricto sensu*, em nível de mestrado e doutorado, nas áreas de Ciências Humanas, da Saúde, Biológicas e de Engenharia. Realiza a investigação e a pesquisa científica, bem como atua na prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos campos do saber.

#### **1.3 Valores e princípios**

Valores que permeiam a cultura e a prática acadêmico-administrativa institucional:

- ÉTICA:** construção do saber na articulação rigorosa entre o *ethos* científico e os valores morais que devem orientar a conduta pessoal e profissional.
- JUSTIÇA:** exigência de que a produção dos saberes, das ciências e das tecnologias sirva ao desenvolvimento humano, da sociedade e do meio ambiente.
- VERDADE:** resultado do processo de construção dos saberes, com respeito à liberdade acadêmica de investigação e compromisso com a solução dos problemas regionais, nacionais e internacionais.

Princípios norteadores das ações institucionais:

**EXCELÊNCIA ACADÊMICA**

- QUALIDADE:** busca de padrões de qualidade em todas as dimensões da ação pedagógica: excelência acadêmica, responsabilidade social, eficiência administrativa.
- PLURALIDADE:** construção de saberes que dialogam entre si, no confronto das diversas concepções de ciência e culturas, no respeito às diferenças.
- INTEGRAÇÃO:** promoção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa, extensão e gestão.

#### RESPONSABILIDADE SOCIAL

- AUTONOMIA:** favorecimento de práticas educativas e sociais que, com competência e responsabilidade, incentivem a liberdade, a criatividade e a cidadania.
- TRANSPARÊNCIA:** submissão das dimensões acadêmicas e administrativas ao processo de conhecimento, supervisão, avaliação e comunicação.
- PARTICIPAÇÃO:** a ação educativa se desenvolve em uma relação dialógica entre sujeitos ativos nos processos de aprendizagem, de gestão, de avaliação institucional e de ação social.

#### 1.4 Missão

A Pontifícia Universidade Católica de Goiás, orientada pelos princípios da excelência acadêmica e do compromisso social, fundamentada na sua identidade católica, comunitária e filantrópica, tem por missão desenvolver a formação humana integral por meio da produção e socialização do conhecimento, da promoção da inovação social e tecnológica, da preservação e difusão do patrimônio cultural regional e nacional.

#### 1.5 Objetivos

Os objetivos da Instituição estão definidos no art. 9º de seu **Estatuto**:

- I - promover o ensino, a pesquisa e a extensão, contribuindo para a defesa da dignidade humana, com o respeito à herança cultural e para o desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das artes, das culturas e das religiões;
- II - estimular e promover as pesquisas científica, tecnológica, filosófica, teológica e artística, visando à produção e à difusão da ciência e da cultura, fomentando o diálogo entre as ciências, as filosofias, as artes e a fé, na investigação da verdade e na reflexão dos problemas sociais e humanos, com especial atenção às implicações éticas;
- III - garantir à comunidade universitária a liberdade de buscar, de forma interdisciplinar, os conhecimentos, salvaguardado o direito ao diálogo e à troca de saberes, à luz das implicações éticas e morais, conforme o n. 18 da Constituição Apostólica *Ex Corde Ecclesiae* (JOÃO PAULO II, 2004);
- IV - formar profissionais de nível superior dotados de autonomia, espírito crítico e criatividade, abertos ao diálogo, capazes de inserir-se no mundo do trabalho e de contribuir criativamente para o desenvolvimento das diversas áreas do conhecimento e, conseqüentemente, da sociedade de que participam;
- V - estimular um processo de formação continuada que auxilie na concretização do saber, na criação cultural, no desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo, integrador de uma estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento;
- VI - incentivar a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem patrimônio histórico, cultural e natural, utilizando-se, também, dos

- meios de comunicação social, com estrutura própria e/ou em regime de participação societária;
- VII - estabelecer o diálogo com a sociedade em busca de soluções para os problemas nacionais e regionais, a fim de promover a construção de um saber socialmente compartilhado;
  - VIII - firmar intercâmbio com entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, na realização de cursos, no fomento à pesquisa, na prestação de serviços e na gestão administrativa de instituições;
  - IX - elaborar, implementar e gerenciar programas de assistência social, de desenvolvimento socioeconômico, ambiental e cultural nos âmbitos regional, nacional e internacional, integrando o esforço coletivo pelo desenvolvimento social dos povos, pela defesa da vida e do meio ambiente, colocando a ciência e a tecnologia a serviço da construção de uma sociedade justa e solidária;
  - X - colaborar, de acordo com os princípios institucionais, na efetiva gestão de instituições de saúde.

## 2 HISTÓRICO INSTITUCIONAL

### 2.1 Trajetória

Ao longo dos 60 anos de sua existência, a Pontifícia Universidade Católica de Goiás percorreu uma trajetória de construção da identidade institucional, que pode ser simbolicamente reconhecida na história de sua denominação. Criada com o nome de Universidade de Goiás, aos 17 de outubro de 1959, pelo decreto nº 47.041 do presidente Juscelino Kubistchek, tornou-se a primeira universidade do Centro-Oeste brasileiro. Transformada em Universidade Católica de Goiás (UCG), aos 19 de julho de 1971, pelo decreto nº 68.917 do presidente Emílio Garrastazu Médici, consolidou suas características de instituição de ensino superior católica, até ser reconhecida pela Santa Sé como Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás), aos 3 de setembro de 2009, tendo seu credenciamento aditado pela Secretaria de Educação Superior do MEC por meio da Portaria nº 1.747, de 23 de dezembro de 2009.

A construção da identidade e do projeto institucionais colocaram a ação da Universidade em horizontes sempre mais abrangentes: a partir do Centro-Oeste brasileiro, fortaleceu sua presença e ação no país, construiu relações com instituições acadêmicas nacionais até integrar importantes redes internacionais. A expansão de suas dimensões institucionais foi reconhecida por vários processos de avaliação, que detectaram seu progressivo crescimento quantitativo e qualitativo e seu esforço em responder às exigências decorrentes das dinâmicas educacionais, culturais, sociais e científico-tecnológicas.

A PUC Goiás planejou, executou e avaliou suas ações por meio de instrumentos de planejamento participativo, que receberam diversas denominações, de acordo com o desenvolvimento da cultura institucional e as exigências legais dos sistemas de avaliação e regulação acadêmica. Nos registros históricos, encontramos *projetos*, *grandes linhas* e *planos de ação*, até chegarmos ao atual Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Mudaram os nomes, mas as ações de planejamento participativo sempre nortearam o caminho da PUC Goiás desde sua fundação, criando as condições para a construção de seu reconhecimento junto à comunidade **regional** (Universidade de Goiás), **nacional** (Universidade Católica de Goiás), e **internacional** (PUC Goiás).

## 2.2 Origens

Desde o início do século XX, a Igreja Católica se empenhou em promover a educação superior no País. Implantou faculdades e universidades, antes mesmo da criação formal da primeira universidade brasileira, a Universidade do Rio de Janeiro, instituída por decreto federal em 1920, e da promulgação do Estatuto das Universidades Brasileiras, em 1931. Fundou faculdades nas áreas de Filosofia, Letras e Ciências Jurídicas, que se tornaram, na década de 1930, os primeiros Institutos Católicos de Ensino Superior. No Rio de Janeiro, em 1941, nasceu a primeira Universidade Católica.

Nesse contexto, deve ser inserida a atuação de dom Emmanuel Gomes de Oliveira, primeiro arcebispo de Goiás, conhecido como o “Bispo da Instrução” por ter fundado ou inspirado a criação de dezenas de escolas na região nas décadas de 1930 e 1940. Durante o Primeiro Congresso Eucarístico, realizado em Goiânia em 1948, dom Emanuel apresentou o projeto de criação de uma universidade católica. A Sociedade de Educação e Ensino de Goiás, instituída com a responsabilidade de dirigir os estabelecimentos de ensino médio e fundamental da Mitra Diocesana, ficou incumbida de instalar e manter a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e fundar a Universidade do Brasil Central. Começou a se formar o núcleo de cursos universitários, composto de faculdades ou escolas criadas e mantidas pela Igreja Católica goiana, que daria origem à primeira universidade do Estado, contribuindo significativamente à formação de quadros e lideranças locais para a o desenvolvimento regional, catalisado pela construção de Goiânia, a nova capital de Goiás, em 1934 e, em seguida, a construção de Brasília (1960). Em 1957, o primeiro arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes dos Santos, consultou os superiores da Companhia de Jesus, em Roma, para confiar aos padres jesuítas à gestão da futura universidade, cuja mantenedora, a Sociedade Goiana de Cultura (SGC), havia sido constituída pela Arquidiocese de Goiânia 1958. À época, Goiânia tinha 25 anos de existência e contava com 50 mil habitantes.

A assinatura, em 17 de outubro de 1959, do Decreto Presidencial nº 47.041 (BRASIL, 1959), que criou a então chamada Universidade de Goiás, primeira instituição de educação superior do Centro-Oeste, confirmou o êxito do empenho estratégico da Igreja Católica na área do ensino e sua contribuição no desenvolvimento da região.

A Universidade de Goiás nasceu da incorporação da Faculdade de Filosofia de Goiás, de 1948; da Faculdade de Ciências Econômicas, criada em 1951; da Faculdade Goiana de Belas Artes, fundada em 1952, e da Faculdade Goiana de Direito, em atividade desde 1954. Foram agregadas, também, a Faculdade de Enfermagem São Vicente de Paula, criada em 1944, e a de Serviço Social de Goiás, que remonta ao ano de 1957.

## 2.3 De Universidade de Goiás a Universidade Católica de Goiás

O período de 1960 a 1971 caracterizou-se pelo empenho em consolidar internamente a estrutura jurídica e patrimonial da Universidade, sob a direção dos padres jesuítas. O desenvolvimento institucional, nessa primeira etapa, exigiu a organização dos recursos humanos, financeiros e administrativos e, ao mesmo tempo, a expansão do espaço físico e da infraestrutura acadêmica.

Na segunda metade da década de 1960, a Reforma Universitária (Decretos-Lei n. 53/66 e 252/67; Lei n. 5.539/68 e n. 5.540/68) influenciou a organização da Universidade. Os novos Estatutos e o Regimento Geral, aprovados entre 1971 e 1973, extinguiram as faculdades originárias e criaram 9 departamentos. Considerados, em consonância com a Lei n. 5.540/68, *"a menor fração da estrutura universitária"* (art. 12, § 3), os departamentos foram agrupados no Centro de Ciências Humanas e no Centro Técnico-Científico, cada um sob a coordenação de um decano. Com esta configuração se

consolidou um processo de estruturação institucional, simbolicamente marcado pela mudança do nome para Universidade Católica de Goiás, autorizada pelo Decreto Presidencial n. 68.917 de 19 de julho de 1972.

A nova estrutura refletiu e, ao mesmo tempo, tornou possível políticas acadêmicas mais integradas. Para a elaboração e condução das políticas acadêmicas e administrativas, em 1972 foram criadas a Vice-Reitoria para Assuntos Acadêmicos e a Vice-Reitoria para Assuntos Administrativos. Foi implantado o processo seletivo discente unificado; o regime de créditos foi adotado para todos os cursos e, com a criação da Secretaria Geral, a gestão dos registros acadêmicos passou a ser centralizada. As dinâmicas de participação e colegialidade se institucionalizaram com a criação do Conselho de Ensino e Pesquisa e dos Conselhos Departamentais, a criação do quadro docente permanente e, finalmente, a regulamentação da participação estudantil.

O documento institucional *Estrutura dos Centros e das Unidades Constituintes*, de junho de 1974, sistematizou essa importante etapa de desenvolvimento institucional, estimulando a integração acadêmica e administrativa das unidades originárias e criando as instâncias de gestão colegiada, que marcam a história da Universidade.

No final da década de 1970 e início dos anos 1980, a Universidade Católica de Goiás, como outras universidades católicas, adotou um projeto acadêmico marcado pela participação democrática em todos os seus segmentos. Em sintonia com o projeto político da transição democrática do País e com as linhas de orientação da Igreja, a comunidade universitária condensou seu projeto acadêmico institucional nas *Grandes Linhas e os Critérios Operacionais da Universidade Católica de Goiás*, primeiro documento de um plano de desenvolvimento institucional sistêmico. Esse documento foi orientado pelos princípios do Concílio Vaticano II (1962-1965), das Conferências Gerais do Episcopado Latino-Americano em Medellín (1968) e Puebla (1979) e pelas orientações da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que se constituíram como eixos estruturantes da identidade da Universidade.

A divulgação desse documento desencadeou um processo de discussão interna acerca do papel da universidade na sociedade, antecipando o debate sobre a responsabilidade social de uma instituição comunitária e participativa, que desembocou no documento *Projeto UCG*, de julho de 1983. Por quase uma década a Universidade toda se envolveu numa articulada metodologia, que recolheu e sistematizou as contribuições em três dimensões: a pedagógica, a administrativa e a social, esta última direcionada à comunidade acadêmica. Nortearam os debates algumas orientações fundamentais: a busca do equilíbrio institucional e da sustentabilidade; os princípios organizacionais da autonomia (jurídica, acadêmica e administrativa) e da participação, referenciados no documento da Associação Brasileira de Escolas Superiores Católicas, *A Universidade Católica no mundo de hoje*; bem como a reflexão crítica sobre o papel específico das universidades no contexto da América Latina, estimulada pelos documentos de Medellín e Puebla.

A definição de políticas de pesquisa, pós-graduação, extensão e assistência estudantil se consolidou com a criação da Vice-Reitoria para Assuntos Comunitários e Estudantis (VAE) em 1981 (Instrução Regimental n° 05/81-R, de 4 de novembro de 1981) e da Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (VPG) em 1982 (Instrução Regimental n° 01/82-R, de 2 de setembro de 1982). As novas vice-reitorias elaboraram as diretrizes para as práticas extensionistas de inserção social, apoio estudantil e compromisso social, as políticas de pesquisa e de editoração, os critérios de avaliação e priorização dos projetos e das linhas de pesquisa para o processo de desenvolvimento em ciência e tecnologia.

## 2.4 De UCG a PUC Goiás

O cenário da educação superior brasileira registrou mudanças notáveis na década de 1990 e na seguinte, especialmente no que diz respeito ao aumento da oferta de vagas nos cursos de graduação pela rápida expansão dos estabelecimentos de ensino privados. O crescimento provocou uma segmentação da oferta no sistema de educação superior. Ao lado dos cursos tradicionais, apareceram outras modalidades, de variada tipologia e duração, voltados ao atendimento de demandas de qualificação profissional. Por outro lado, alicerçados na Constituição Federal de 1988, a Lei n. 9.394/96 e os Decretos n. 2.207/97, 2.306/97 e 3.860/01, estabeleceram um novo marco regulatório para o sistema. Nesse contexto, a comunidade acadêmica discutiu o modo de ser e de construir a universidade diante dos desafios das novas políticas públicas para a educação superior, dos avanços nas áreas da comunicação, da informática e o conjunto de transformações no âmbito da ciência e da tecnologia. O movimento de avaliação e planejamento institucional deu origem ao documento *Projeto Acadêmico da UCG: Processo em Construção*, que orientou a implantação, no fim da década, dos primeiros cursos de pós-graduação *stricto sensu*.

Esse novo ciclo institucional de avaliação e planejamento impactou em significativas mudanças da estrutura organizacional da Universidade na década de 2000. As Vice-Reitorias se tornaram Pró-Reitorias e foi criada a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, com competência específica para o planejamento estratégico em articulação com os processos de avaliação.

Tais mudanças ficaram consignadas no *Plano Estratégico de Gestão Participativa 2003-2006*, aprovado pela Resolução n. 03/2003 do Conselho Universitário. O Plano orientou a nova edição do Estatuto e do Regimento Geral, aprovados pelo Conselho Universitário em 2003 e 2006, respectivamente. Nestas normas, a estrutura administrativa da Universidade se articula em administração superior (Grã-Chancelaria, Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração e Reitoria) e em unidades acadêmico-administrativas (departamentos e institutos).

A instituição do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, confirmou a trajetória de avaliação e planejamento, que caracterizou todo o desenvolvimento institucional, e impulsionou uma nova fase de planejamento voltada para a busca do reconhecimento internacional, por meio da ampliação de parcerias acadêmicas, na pesquisa e na pós-graduação, e pelo processo de reconhecimento como Pontifícia Universidade Católica.

O marco regulatório do novo sistema de avaliação do ensino superior estabeleceu diretrizes, que logo foram integradas à matriz de planejamento estratégico institucional. Todas as políticas acadêmicas e os projetos pedagógicos dos cursos de graduação foram reformulados, ampliando as condições efetivas para a interdisciplinaridade e a integração dos projetos pedagógicos dos cursos. Ao mesmo tempo, a Instituição empreendeu um grande esforço de qualificação da infraestrutura pedagógica em todas as áreas. A expansão planejada da pós-graduação levou ao aumento da oferta de cursos de especialização e à implantação dos doutorados.

Esse processo de avaliação e planejamento se consolidou no *Plano Estratégico de Gestão Participativa 2007-2010*, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração com a Resolução n. 001/2007. O Plano definiu as estratégias da transição para o título pontifício e se constituiu como núcleo fundamental para a elaboração do primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional, aprovado e publicado em 2011 para a vigência quinquenal de 2012 a 2016.

A elevação a Pontifícia Universidade Católica, a sétima no Brasil e a vigésima quarta no mundo, foi anunciada no dia 09 de setembro de 2009, pelo Cardeal Zenon Grocholewski, Prefeito da Sagrada Congregação para a Educação Católica do Vaticano. Em 23 de dezembro de 2009, a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação do Brasil publicou, no Diário Oficial da União n. 246, a Portaria n. 1.747, que aditou o ato de credenciamento da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

## **2.5 As Escolas como ambiente de inovação**

O reconhecimento da instituição com pontifícia coroou o processo de desenvolvimento institucional participativo vivenciado pela comunidade acadêmica. Ao mesmo tempo, projetou a Instituição em campo internacional, como participante ativa de uma rede de qualificadas instituições de direito pontifício, que se distinguem pela excelência acadêmica. Sob o impulso do Plano Estratégico de Gestão Participativa 2007-2010 e do PDI 2012-2016, a PUC Goiás confrontou sua organização e sua prática com a crescente complexidade das ciências e da educação superior, buscando elevar o grau de interdisciplinaridade e integração nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e fomentar um ambiente de inovação pedagógica e administrativa.

O processo de autoavaliação e planejamento institucional apontou a necessidade de uma nova organização acadêmico-administrativa, que inicialmente foi identificada com um modelo em Centros (PDI 2012-2016). Os estudos, porém, levaram à elaboração do Projeto Escolas (Série Gestão Universitária, n. 21), aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração e implantado entre 2014 e 2017.

As Escolas são compostas por cursos de graduação, programas de pós-graduação e extensão, com base na proximidade epistemológica e em eventuais sinergias operacionais, favorecendo a integração de suas atividades. A distribuição territorial dos cursos, dos programas e dos institutos, por consequência, é relativizada, podendo uma Escola ter unidades localizadas em áreas físicas distintas. A integração nas Escolas é promovida por sua gestão colegiada.

A organização da Instituição em Escolas objetiva fortalecer a originária indissociabilidade entre ensino (graduação e pós-graduação), pesquisa e extensão; favorecer a cooperação acadêmica entre cursos de áreas afins; adequar as estruturas acadêmicas à complexidade dos cursos, buscando maior eficácia nos fluxos e rotinas acadêmico-administrativos; promover a interdisciplinaridade na construção e na efetividade dos projetos pedagógicos, permitindo uma maior integração entre cursos diferentes e em níveis diferentes de formação; e planejar de maneira integrada os investimentos e o compartilhamento dos recursos e das infraestruturas acadêmicas multiusuário, visando a sustentabilidade das unidades.

A qualificação de Instituição Comunitária de Educação Superior, conferida pela Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Portaria 627, de 30 de outubro de 2014) atendendo às disposições da Lei 12.881/2013, coroa simbolicamente o longo processo de construção da missão institucional originária e abre uma nova fase, a das Escolas como ambientes de inovação.

## **3 DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI 2012-2016**

A última década foi especialmente significativa do ponto de vista do reconhecimento e consolidação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como instituição de ensino superior. Seu título pontifício reconhece o amadurecimento de suas concepções e práticas

didático-pedagógicas e de gestão, o desenvolvimento das estruturas físicas e sua interlocução junto à comunidade. Esses anos foram marcados pela ampliação e readequação das suas instalações físicas, com novas áreas, espaços para convivência e formação acadêmica; pela reorganização de sua estrutura acadêmico-administrativa e política de gestão, em um formato de Escolas, visando maior articulação interdisciplinar e entre o ensino, a pesquisa e a extensão; pelo incremento tecnológico na gestão acadêmica, no que tange a melhorias do sistema de diário online; na ampliação dos canais de comunicação com sociedade por meio de sites oficiais, plataformas de redes sociais, mídias impressas e da PUC TV; criação de novos cursos de graduação para atender demandas regionais, incluindo a implantação de cursos EaD; cursos, de pós-graduação *lato sensu* e de extensão; reorganização dos processos de avaliação para orientação do sistema de gestão acadêmico e institucional; iniciativas para o fortalecimento do vínculo institucional com os egressos; ações relacionadas à formação continuada do corpo docente; ampliação das ações relacionadas à pesquisa acadêmica, com a implantação e ampliação de laboratórios, melhoria do conceito dos periódicos da Instituição, fortalecimento dos eventos acadêmicos, com destaque para o Congresso de Ciência e Tecnologia; ampliação das questões relacionadas à internacionalização da Instituição por intermédio do fortalecimento das redes internacionais e da realização de intercâmbios acadêmicos; ampliação da infraestrutura e das ações extensionistas, com nova sede para suas unidades, coordenações e programas permanentes de extensão, parcerias com órgãos governamentais e não governamentais, bem como participações diretas em conselhos, fóruns e diversas representações sociais.

O Plano de Desenvolvimento Institucional 2017-2021 consolida retrospectivamente os resultados do planejamento, da execução e da avaliação das estratégias e metas previstas no PDI 2012-2016, e orienta o desenvolvimento para o próximo quinquênio, como resultado do processo contínuo de planejamento e avaliação.

As propostas para o quinquênio 2017-2021 se fundamentam na análise crítica do desempenho institucional na implementação gradativa do planejamento anterior, considerando as variáveis socioambientais decorrentes da interação com a conjuntura global e, especialmente, do sistema da educação superior brasileira.

A seguir, destacam-se os macroindicadores da evolução institucional decorrente do PDI 2012-2016, distribuídos nos eixos estruturantes do processo de autoavaliação, e as implicações de sua avaliação para o planejamento das metas do PDI 2017-2021. É importante ressaltar que o intervalo de vigência do PDI anterior foi marcado pela instalação da crise político-econômica na sociedade brasileira, com fortes repercussões de longo prazo na educação. Na PUC Goiás, os efeitos da crise acima aludida tornam-se evidentes a partir de 2015.

### **3.1 Ensino de graduação presencial**

A Instituição consolidou a qualidade no ensino, por meio do aperfeiçoamento contínuo das práticas pedagógicas e de gestão dos cursos de graduação, da atualização permanente do acervo bibliográfico e da melhoria da infraestrutura, com a implantação, manutenção e ampliação de laboratórios e espaços de aprendizagem.

Foram implantados os cursos de Farmácia e de Teologia e foram ampliadas vagas em cursos já existentes para atender à demanda regional emergente. Foi elaborado o projeto para a criação dos cursos de Agronomia e Veterinária.

Foram reformulados e qualificados mais de 50% dos Projetos Pedagógicos de Cursos, buscando atualizar seus objetivos e os perfis de formação às novas exigências dos respectivos campos profissionais, bem como introduzir novas propostas curriculares e metodologias de ensino.

Nas avaliações externas de cursos realizadas pelo MEC o desempenho institucional foi considerado satisfatório, tanto no Conceito Preliminar de Curso, quanto no Conceito de Curso, registrando notas de 3, 4 e 5.

O fortalecimento da gestão colegiada dos cursos permitiu consolidar a participação dos professores no planejamento acadêmico e nas atividades programadas ao longo do semestre. A criação das Escolas fortaleceu os colegiados dos cursos e os Núcleos Docentes Estruturantes (NDE).

Para fomentar a interdisciplinaridade e uma visão integrada do processo de avaliação da aprendizagem foi implantada a Avaliação Interdisciplinar (AI) (Resolução n. 03/2012 CG/CEPEA), aplicada semestralmente em todos os cursos. A valorização e inclusão de diferentes ambientes de aprendizagem motivou a implantação das Atividades Externas da Disciplina (AED) em todas as componentes curriculares dos cursos.

Foi elaborado e aprovado pelo Colegiado Superior o Regulamento Geral dos Trabalhos de Conclusão de Curso de Graduação (Res. 9/2011 CEPEA), publicado e divulgado no caderno 16 da Série Legislação e Normas.

Uma inovação marcante foi a criação e implantação do Programa de Orientação Acadêmica (Proa), lançado pelo caderno 19 da Série Gestão Universitária. O Proa integra ações já existentes, como a monitoria e a iniciação científica, com ações de acolhida, atenção às necessidades específicas, orientação acadêmica e pessoal, vivências de cultura, ação comunitária e de solidariedade. Objetivo do Proa é criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de habilidades cognitivas e relacionais, essenciais à formação integral, que é missão da Instituição e demanda emergente das profissões contemporâneas.

Para viabilizar o registro adequado de disciplinas com características inovadoras nas matrizes de cursos, que adotam metodologias ativas, tais como a Aprendizagem Baseada em Problemas (PBL) e a Metodologia da Problematização, foram implementadas novas funções no Sistema de Gestão Acadêmica.

Para qualificar o atendimento online a estudantes e docentes por meio da plataforma própria de Serviços Online (SOL), foi desenvolvido e implantado, com sucesso, o sistema para publicação dos planos de ensino. Estes, ao serem postados no SOL, passaram a ser avaliados pedagogicamente pela coordenação do curso para, em seguida, serem validados. A Coordenação de Apoio Pedagógico da Pró-Reitoria de Graduação coordena o processo e, também, avalia os planos de ensino. Foi publicado no Caderno 22 da Série Gestão Universitária e distribuído aos docentes o Roteiro para Elaboração Plano de Ensino. Além disso, os docentes têm acesso pelo SOL ao material de suporte didático e de orientação pedagógica.

Como estratégia de qualificação e inovação em seus cursos de licenciatura, a PUC Goiás elaborou seu Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, em conformidade aos editais específicos da CAPES. O projeto aprovado em 2010 contou com a participação inicial de 96 bolsistas, 10 supervisores e 6 coordenadores de área, atendendo um total de 10 escolas públicas. Em 2013, o novo projeto aprovado pela Capes teve a participação de 306 bolsistas, 44 supervisores e 13 coordenadores de área, distribuídos em 80 escolas de Educação Básica das redes públicas de educação de Goiânia e do estado de Goiás.

O processo de autoavaliação institucional na graduação foi aperfeiçoado, possibilitando maior participação dos estudantes na Avaliação *Online* e no Grupo Focal. O resultado da autoavaliação subsidiou o planejamento acadêmico e as políticas de capacitação e formação permanente de professores. A implantação das Escolas a partir de 2014 demandou alterações no registro de informações acadêmicas para a configuração de relatórios gerenciais e de funcionamento dos cursos, adequando-os à nova estrutura.

### **3.2. Ensino de graduação a distância**

A inserção da educação a distância nos projetos pedagógicos dos cursos presenciais foi ampliada, tendo aumentado significativamente o número de disciplinas a distância em cursos de graduação presenciais, dentro dos limites previstos na legislação vigente.

A utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) como suporte para as atividades das disciplinas presenciais foi ampliada, indicando um aumento do interesse dos docentes em integrar as tecnologias de informação e comunicação (TIC) em suas estratégias de ensino nos cursos presenciais.

O AVA foi utilizado com sucesso no Programa de Formação Continuada de Professores e Gestores Acadêmicos e nas Semanas de Integração Acadêmica e Planejamento.

A PUC Goiás participou do Programa de Formação de Professores em Exercício na Educação Básica, do governo federal, com a oferta dos cursos de Física nos pólos de Luziânia e Quirinópolis. A experiência, que se estendeu até 2012, foi bem-sucedida. Os 121 estudantes formados conseguiram nota 4 no Enade. O êxito motivou o desenvolvimento de estudos para a oferta de cursos de graduação a distância. Em 2011 foi aberto também o processo de credenciamento institucional para EaD, que encerrou em maio de 2017, com a expedição da Portaria de Recredenciamento 640/2017, atribuindo Conceito Institucional 4.

### **3.3. Ensino de pós-graduação**

A oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* se consolidou como estratégia de formação continuada, estabelecendo significativas parcerias com instituições educacionais e organizações profissionais de Goiás e de outros Estados.

O processo de autoavaliação identificou a necessidade de qualificar a estrutura de gestão dos cursos para viabilizar sua expansão com o padrão de qualidade já reconhecido pela comunidade. Detectou-se, também, a necessidade de estimular a propositura de novos projetos em conformidade com a estrutura das Escolas, promovendo a formação continuada, valorizando a integração entre os cursos e a interdisciplinaridade da nova configuração institucional.

Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* se consolidaram, conseguindo indicadores satisfatórios na avaliação realizada pela CAPES. No contexto da criação das Escolas, todos os programas foram reposicionados, se beneficiando das novas condições de integração e interação com a graduação. Foi criado em 2012 o Mestrado em Atenção à Saúde e a Instituição integra desde 2013 o doutorado em rede em Biotecnologia e Biodiversidade.

A partir de 2014 com a implantação da Plataforma Sucupira e com os novos critérios e métricas utilizados pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação a PUC Goiás, implementou uma nova política de incentivo ao crescimento da pesquisa e da pós-graduação. Como ações efetivas desta política destacam-se o estímulo da participação dos estudantes da graduação nos programas de iniciação científica, fortalecendo a interação entre graduação e pós-graduação; a política de incentivo à produção científica com o apoio às publicações em periódicos do estrato A (A1 e A2); a melhoria no fluxo de publicações e criação de novas revistas científicas, o que refletiu positivamente na avaliação Qualis das revistas da instituição; o apoio aos convênios com instituições de diversos países fortalecendo o processo de Internacionalização da IES.

O regime acadêmico da pós-graduação *stricto sensu* foi avaliado e reformulado, resultando na aprovação pelo Conselho Universitário do novo Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (Resolução n. 01/2015 COU), publicado no Caderno 22 da Série Legislação e Normas.

A Avaliação Quadrienal 2013-16 apresentou dados e resultados significativos para o processo de autoavaliação e planejamento. A integração da pós-graduação com a graduação foi fortalecida a partir da criação das Escolas, culminando na realização, a partir de 2015, do Congresso de Ciência e Tecnologia, que acontece anualmente em ocasião e com o tema da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. O Congresso é destinado à apresentação de forma integrada de toda a produção científica e acadêmica da Instituição, desde a Iniciação Científica às teses de doutorado. O evento conta com a ampla participação da comunidade acadêmica e é aberto à sociedade, impactando na divulgação e na socialização do conhecimento científico.

Registra-se ampliação e maior envolvimento de pesquisadores da Instituição em projetos em redes nacionais e internacionais, bem como o intercâmbio e a mobilidade docente e discente nos programas.

### **3.4. Pesquisa e inovação**

A criação das Escolas promoveu maior sinergia entre o ensino e a pesquisa, verticalizando a participação docente e discente. A integração dos diferentes níveis de participação na pesquisa (iniciação científica, trabalho de conclusão de curso, pós-graduação, pesquisa aplicada) em projetos formalizados foi incentivada e viabilizada com a articulação das linhas de pesquisa e dos grupos vinculados às Escolas.

O Congresso Ciência e Tecnologia é o espaço institucional de visibilidade da produção de pesquisa, que envolve todas as Escolas e os Institutos, atraindo eventos congêneres, ampliando a comunicação com a sociedade.

A busca de estratégias de sustentabilidade e fomento é foco da Política de Pesquisa desde 2006, quando foi elaborado, publicado e divulgado na comunidade acadêmica o Manual Mecanismos de Captação de Recursos e Apoio à Inovação, no Caderno 10 da Série Gestão Universitária. Em 2012, visando complementar o apoio das agências (Fapeg, Finep etc.), a PUC Goiás criou a Agência de Inovação e o Núcleo de Inovação Tecnológica, para dar suporte aos pesquisadores e estimular a articulação da Universidade com o mercado. Nesse sentido, a PUC integra, também, o Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CRTI), juntamente com a Universidade Federal de Goiás (UFG) e Universidade Estadual de Goiás (UEG). O CRTI é um centro de pesquisa e tecnologia multiusuário, dotado de capacidade analítica diversificada, inaugurado em 2013.

### **3.5. Extensão**

As ações dos programas permanentes de extensão, nas áreas de direitos humanos, políticas para crianças, adolescentes, jovens, idosos, mulheres, drogadição, igualdade étnico-racial, pessoas com deficiência, arte, cultura e meio ambiente foram potencializadas pela articulação com diferentes segmentos da sociedade civil e de entidades públicas. Articulado às redes de proteção social e inclusão para garantia de direitos, diversidade étnico-racial e cultural, o trabalho extensionista da PUC Goiás se desenvolveu em parcerias com os movimentos sociais, grupos culturais e outras IES, bem como com os governos municipal, estadual e federal. Isso permitiu ao trabalho maior alcance e impactos em âmbito regional e nacional.

A formação profissional e cidadã dos acadêmicos da PUC Goiás foi foco das práticas extensionistas, com a realização de eventos em parceria com os cursos de graduação e as Escolas. Foi estimulada a efetiva inserção de docentes e estudantes nas atividades dos programas e institutos de extensão.

A Escola de Línguas PUC Idiomas se consolidou na oferta de cursos de diversos idiomas, tornando-se referência na cidade. O processo de avaliação evidenciou novas oportunidades de crescimento com o reforço de parcerias com escolas de ensino

fundamental, o desenvolvimento de cursos *in company* e de cursos específicos para os estudantes dos cursos de graduação e pós-graduação da Instituição, com o objetivo de favorecer o alcance internacional de sua formação.

A comunicação com a sociedade, tanto interna quanto externa, e a divulgação das ações de extensão foi potencializada com a criação do informativo online PROEX em Tela, que promoveu a disseminação das ações específicas da extensão e maior inserção nas redes sociais. As ações de extensão, também, foram divulgadas nos demais canais de comunicação da Instituição, como a PUC TV e os veículos internos, o PUC Notícias e o PUC VC.

A Instituição publicou anualmente o Balanço Social, que apresenta de forma sistematizada os resultados das ações extensionistas e de responsabilidade social da Instituição. O Projeto Semana da Cultura e da Cidadania, iniciado em 2006, foi transformado em Jornada da Cidadania em 2013. O evento alcançou números extremamente significativos e integrou, efetivamente, a comunidade acadêmica à comunidade da região metropolitana por meio das ações de extensão nas diversas áreas do conhecimento.

A PUC Goiás financiou com recursos próprios os programas permanentes de extensão. Entretanto, pelo trabalho de prospecção de editais, que destinam recursos de origem pública, privada ou do terceiro setor, foi possível captar recursos e estabelecer parcerias importantes para a execução de projetos de extensão.

A implantação das coordenações colegiadas na gestão dos programas de extensão ampliou os debates, estimulou a participação, aumentando a efetividade do planejamento e a eficácia das ações. Destaca-se a participação significativa dos beneficiários das ações de extensão nos processos de avaliação, que qualifica o planejamento.

No que se refere à infraestrutura física utilizada para as ações de extensão, os processos de autoavaliação evidenciaram a necessidade de um espaço mais integrado, destinado a abrigar todos os programas, estimulando a cooperação e melhorando a visibilidade dos programas, bem como oferecendo melhores condições de acesso aos atendimentos pela comunidade externa.

### **3.6. Atendimento aos estudantes**

A PUC Goiás assegurou e incentivou a participação dos discentes e de suas organizações acadêmicas estudantis - Diretório Central dos Estudantes (DCE) e os Centros Acadêmicos (CA) - nos colegiados da Instituição (Conselho Universitário, Conselhos das Escolas e Colegiados dos Cursos) e nas instâncias de avaliação e controle (CPA, COLAPI). O movimento estudantil organizado recebeu incentivos por meio da disponibilidade gratuita de espaço físico, rede de internet *wi-fi* e repasse de recursos financeiros anuais.

O ingresso e a permanência dos estudantes foram objeto de políticas específicas. A Instituição adere ao Prouni desde sua criação e, ainda, mantém um programa próprio de bolsas de inclusão social: o Vestibular Social, desde 2010. Essas estratégias de inclusão se revelaram muito eficazes para melhorar o equilíbrio de oportunidades com base étnico-racial e socioeconômica. Em 2010, quando o Vestibular Social foi implantado, os ingressantes que se declaravam pretos ou pardos representavam 37% total e os que se declaravam brancos ou amarelos, 63% do total. Em 2016 esses mesmos grupos alcançaram aos percentuais de 47% e 53%, respectivamente.

Além de aderir ao FIES, a PUC Goiás mantém dois programas de financiamento, o Fundacred e o Pravalder, e realizou estudo de viabilidade de um novo programa próprio de financiamento. Aos estudantes bolsistas ingressantes a PUC Goiás reservou um encontro especial para acolhida, valorização e integração acadêmica.

Além do aspecto financeiro, a PUC Goiás começou a estruturar em 2012 um programa integrado de acompanhamento ao estudante, o Proa, visando o sucesso integral de sua experiência universitária. Para o sucesso acadêmico o programa oferece orientação individualizada em ambientes adequados, projetados especificamente e em implantação em todas as Escolas; cursos online para aprofundamento e nivelamento em disciplinas básicas; além de monitoria e iniciação científica. Para o crescimento pessoal equilibrado e o desenvolvimento de habilidades e atitudes importantes para seu futuro pessoal e profissional o Proa oferece vivências artístico-culturais (Programa de Arte e Cultura), acompanhamento psicológico e vocacional (Programa Qualidade de Vida Acadêmica), acompanhamento espiritual (Paróquia Universitária), acompanhamento a pessoas com deficiência (Programa de Acessibilidade).

A PUC Goiás mantém a Casa do Estudante Universitário II, oferecendo 60 vagas de moradia gratuita para estudantes carentes. A política de acesso e a regulamentação da concessão e manutenção de vagas na Casa do Estudante Universitário foram objeto de avaliação com a participação dos próprios beneficiários. O resultado do processo foi a aprovação pelo Conselho Universitário do novo Regimento Interno da Casa do Estudante Universitário (Res. n. 02/2015 COU), publicado no caderno 21 da Série Legislação e Normas.

### **3.7. Gestão acadêmico-administrativa**

O marco da evolução institucional na vigência do PDI 2012-2016 foi a elaboração e a implantação da nova estrutura institucional em Escolas, que substituiu o modelo anterior organizado em departamentos.

O PDI previa a adequação estrutural em Centros (Subsídios para a implantação dos Centros na UCG, 2006 - Caderno 9 da Série Gestão Universitária), conforme estudo elaborado para o Plano Estratégico de Gestão Participativa 2007-2010. Porém, com a mudança de UCG para PUC Goiás em 2009, a ampla discussão com toda a comunidade nos Seminários Avançados em 2012 e a análise da experiência e das tendências de instituições congêneres levou à opção, em 2013, pelo Projeto Escolas, publicado no Caderno 21 da Série Gestão Universitária. O Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, em dezembro de 2013, aprovou a criação das atuais 10 Escolas e do Regimento Geral das Escolas.

Ao longo do processo de implantação das Escolas, o Estatuto da PUC Goiás foi integralmente reorganizado, incorporando o Regimento Geral das Escolas. Aprovado em outubro de 2014 pelo Conselho Universitário, o novo Estatuto fortaleceu a colegialidade como princípio fundamental da gestão acadêmica, regulamentando o funcionamento dos órgãos colegiados em todos os níveis da gestão acadêmica. O antigo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração foi desdobrado pelo novo Estatuto em Conselho Universitário e Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em cada Escola foi criado um órgão colegiado próprio, o Conselho da Escola. Cada curso e programa, também, tem seu colegiado específico, que junto com a coordenação elabora e gere o projeto pedagógico. Todas as coordenações de cursos de graduação e pós-graduação são indicadas em lista tríplice pelos colegiados dos cursos e dos programas, após processo participativo de avaliação da gestão anterior e planejamento para a nova gestão.

Identificando as Escolas como as unidades acadêmico-administrativas de referência, o novo Estatuto estimulou o processo de autoavaliação e reposicionamento dos Institutos, como órgãos suplementares, para qualificar sua interação e integração às dinâmicas de ensino, pesquisa e extensão. As Escolas e os Institutos iniciaram um processo de construção de seu Projeto Pedagógico, buscando definir colegiadamente suas diretrizes de ação e a articulação entre os cursos, que passaram a integrá-las.

Ainda em 2014, com a regulamentação pela Portaria n. 863/2014-MEC da lei 12.181, de 13 de novembro de 2013, a PUC Goiás foi qualificada como Instituição Comunitária de Ensino Superior (Portaria n. 627-SERES/MEC, de 30 de outubro de 2014).

### **3.8 Gestão de pessoas: docentes**

O Regulamento da Carreira Docente, em vigência desde 2004, foi avaliado e discutido. Para melhor cumprimento do planejamento institucional foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, em janeiro de 2014, um novo Regulamento, que permitiu a adequação do quadro permanente de docentes à demanda dos cursos e programas. Em decorrência da reformulação, foi realizado um processo seletivo especial, que permitiu consolidar o quadro com docentes qualificados e com experiência na docência universitária, ampliando o quadro permanente e reduzindo o quadro transitório. Essa reorganização, somada à mudança na estrutura organizacional, permitiu criar um ambiente renovado nos Colegiados dos cursos, favorecendo o engajamento docente, a proatividade e a criatividade na execução dos projetos pedagógicos.

Em decorrência disso foi planejado e realizado um programa específico de formação e capacitação docente sobre aspectos metodológicos específicos do trabalho na Instituição: plano de ensino, registros acadêmicos, AED etc. Na programação, especial destaque recebeu o tema da educação inclusiva, com formação presencial e a distância em Libras e outros procedimentos metodológicos de inclusão. Mais de 400 professores participaram do programa e foram certificados.

Dessa experiência, que completou suas etapas em 2016, surgiu a demanda de construção e sistematização de um novo formato para o Programa de Formação Continuada existente com a introdução de novos temas, especialmente as metodologias inovadoras e participativas e os novos modelos curriculares. Para a ampliação do alcance do Programa, uma etapa especial foi integrada na programação das Semanas de Integração Acadêmica e Planejamento, que acontece no início de cada semestre.

Várias edições dos Seminários de Excelência no Ensino de Graduação foram realizadas, abordando temas relevantes para qualificação docente.

### **3.9 Gestão de pessoas: funcionários administrativos**

A aprovação pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração, em 2012, do Plano de Cargos e Salários, publicado no caderno 17 da Série Legislação e Normas, gerou maior coerência na carreira administrativa na PUC Goiás, integrando de forma clara as diferentes profissões à missão institucional.

O Plano, também, aprofundou a cultura da avaliação, atualmente essencial para a progressão na carreira. O Programa Merecer foi desenvolvido para avaliação dialogada entre funcionário e gestor. Sua realização anual gerou insumos importantes para a elaboração de estratégias de gestão das unidades e para a definição de temas de capacitação.

A capacitação permanente foi desenvolvida nos projetos CulturaRH e Café com Prosa. A atenção ao bem-estar dos funcionários administrativos se realiza no projeto, AlongaRH, que envolve estudantes de graduação; nas ações permanentes do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho; no Serviço de Atenção à Saúde; no serviço de UTI Móvel sempre à disposição na Instituição e no Plano de Saúde.

A formação profissional continuada é estimulada pelo programa institucional do Fundo Educacional, que oferece duas bolsas de estudo para o funcionário administrativo em cursos de graduação ou pós-graduação *lato sensu*. Resultado do programa é o alto índice de funcionários com formação superior.

A implantação das Escolas gerou grande demanda de reposicionamento de funcionários administrativos, que foi gerida pelo Programa Gestão de Pessoas, reduzindo o impacto das mudanças e mediando a adaptação à nova estrutura organizacional e laboral.

### **3.10 Gestão administrativa e financeira**

A organização e a padronização dos procedimentos gerenciais da Instituição avançaram significativamente. Foi estruturado o fluxograma da proposta e apreciação das demandas dos cursos e programas, permitindo uma avaliação mais eficiente e permanente de sua viabilidade.

O planejamento orçamentário e sua execução foram realizados com rigor, implementando mecanismos de controladoria, que permitiram prevenir distorções ou imprecisões. No período, a Instituição alcançou um significativo equilíbrio em suas operações.

Foi elaborado o Manual de Custos, aprovado e publicado em 2013 no caderno 20 da Série Gestão Universitária, promovendo a reestruturação dos centros de custo a partir de metodologia própria.

### **3.11 Infraestrutura**

A infraestrutura acadêmica e tecnológica foi objeto de significativos investimentos institucionais. A criação do Proa disparou um cuidadoso planejamento para a criação de espaços acadêmicos adequados ao desenvolvimento do Programa. Foi criado um projeto arquitetônico flexível, que pudesse oferecer suporte aos objetivos do Programa. Desde 2012, e sobretudo a partir de 2014, com a instalação das Escolas, foram construídos e equipados em 5 Escolas.

Para a instalação da Escola de Formação de Professores e Humanidades foi construído um prédio específico. A Escola de Gestão e Negócios e a Escola de Ciências Exatas e da Computação receberam novas instalações para favorecer a integração dos cursos e programas e qualificar o atendimento aos estudantes e a acessibilidade. Nas demais Escolas foram feitos ajustes nas estruturas existentes para viabilizar seu funcionamento adequado durante a execução do cronograma de implantação das novas instalações.

Foram ampliados os espaços para eventos e atividades com metodologias inovadoras com a construção de 3 salas multiuso e da sala de defesa de teses e dissertações. Foi criado o Museu PUC, um espaço expositivo e vivencial temático, focado na história e missão da Universidade. O Museu passou a ser usado como laboratório de imersão dos novos estudantes na cultura institucional e como estratégia de contato e comunicação com a sociedade.

Destaque especial, nesse período, merece a construção do Centro de Convenções, no Câmpus 2 da PUC Goiás. O novo espaço, com um teatro para 2.600 pessoas e 3 pavilhões para exposições, já se firmou como referência para a vida cultural regional, promovendo ou hospedando eventos de grande impacto e qualidade.

A manutenção e expansão do acervo do Sistema de Bibliotecas e do parque de laboratórios de ensino seguiu o curso planejado e previsto nos Projetos Pedagógicos dos cursos. A Biblioteca do Câmpus 5 foi reformada e ampliada, tanto na infraestrutura como no acervo. Nas salas de aula foram instalados projetores fixos para dar suporte às atividades acadêmicas.

A unidade de infraestrutura de tecnologia de informação recebeu novos equipamentos e insumos para ampliar a capacidade de processamento, expandir a oferta de serviços online e ampliar a cobertura da rede *wi-fi*.

Um intenso programa de manutenção foi executado em todos os prédios e ambientes da Instituição, buscando promover a identidade visual e a harmonização ambiental dos

edifícios. Com a implantação das Escolas foi redesenhada, também, a sinalização externa e interna, introduzindo um padrão bilíngue (português/inglês).

### **3.12 Planejamento e avaliação**

Na vigência do PDI 2012-2016 a autoavaliação institucional foi realizada pelas unidades acadêmicas, por meio de questionário online com abordagem quantitativa, para aferir a qualidade do ensino, as condições de oferta e a autoavaliação do estudante. O instrumento foi disponibilizado em meio eletrônico a todos os estudantes no primeiro semestre de cada ano. Outro mecanismo de coleta de dados para autoavaliação foi a realização de grupos focais com abordagem qualitativa, a fim de avaliar as condições de ensino e de aprendizagem, no segundo semestre de cada ano envolvendo os estudantes, em sala de aula, sob a orientação da coordenação de cada curso.

Em ambas as avaliações, o eixo central foi a melhoria na qualidade de ensino, pesquisa e extensão, mediante um diagnóstico da realidade vivenciada na Instituição. Os dados coletados se tornaram subsídio fundamental para a revisão do planejamento e de sua execução, com foco nos dois parâmetros fundamentais que norteiam a ação acadêmica da PUC: a excelência acadêmica institucional e a responsabilidade social.

A autoavaliação institucional contemplou, ainda, o acompanhamento e a sistematização dos resultados dos processos de avaliação externa, como o ENADE e a avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pela Capes, assim como o resultado de avaliações externas dos cursos de graduação.

## **4 EIXOS TRANSVERSAIS DO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL**

O desenvolvimento institucional se articula nas políticas acadêmicas, que constituem o Projeto Pedagógico Institucional, e nas políticas de gestão e infraestrutura, integradas pela dinâmica permanente de planejamento, execução e avaliação. Essas duas camadas integram todas as ações institucionais. Além disso, a natureza da Instituição, sua história, os marcos normativos e os diferentes contextos – regional, nacional, internacional, educacional, comunitário, produtivo etc. - em que está inserida, estimularam a estruturação de eixos transversais de integração entre as duas camadas das políticas acadêmicas e de gestão.

Esses eixos orientam a formulação de todas as metas e ações do planejamento institucional. Não pertencem exclusivamente a uma das camadas de políticas nem se realizam prioritariamente em algum setor delas. Exatamente porque transversais, esses eixos promovem a sincronia e a sintonia entre as políticas acadêmicas e de gestão. Encontram visibilidade em todos os níveis de ação, funcionando como catalisadores dos fluxos normativos e operacionais. Expressam o compromisso da PUC Goiás com a transformação responsável dos múltiplos contextos em que atua e realiza sua missão.

A seguir, apresentam-se brevemente cada um deles, sendo que seus desdobramentos operacionais poderão ser conferidos nas metas de cada política institucional, tanto acadêmica como de gestão.

### **4.1 Inserção regional**

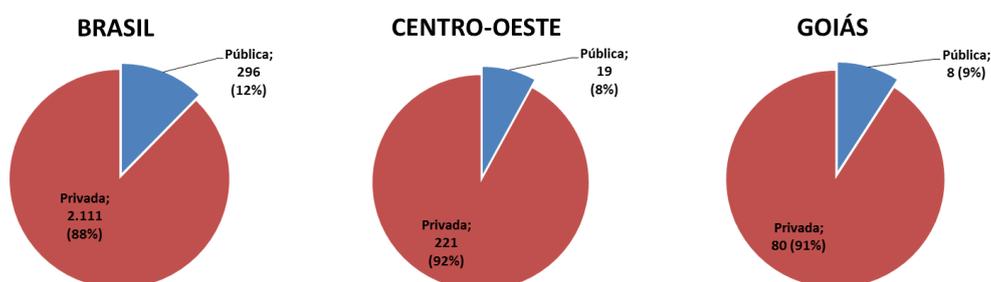
A Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, estabelece a educação como direito de todos, tendo como objetivos a formação profissional, o pleno desenvolvimento da pessoa e a preparação para o pleno exercício da cidadania. Cabe às instituições de educação

superior a tarefa constitucional de qualificar o estudante para as demandas do mundo do trabalho, sempre visando uma formação integral, que dê sentido pleno e cidadão ao domínio das competências técnicas. A PUC Goiás cumpre esse papel pela pesquisa, pelo ensino e pela extensão, seja na graduação, pós-graduação ou na prestação de serviços, socializando os saberes produzidos, contribuindo para o desenvolvimento, preservando e promovendo a cultura e a memória regional. Ao longo de sua história, contribuiu com a qualificação profissional e com o desenvolvimento da cidadania, formando mais de 100 mil estudantes de Goiás e de outros Estados da federação, especialmente da região Centro-Oeste e Norte do país, o que marca sua identidade e inserção regional.

Goiás ocupa a nona posição na economia brasileira, possuindo desempenho no PIB acima da média nacional e registra taxa média de crescimento na ordem de 1,4% ao ano, segundo dados do Instituto Mauro Borges/Segplan-GO (2016). Esse resultado é atribuído à evolução do agronegócio, do comércio, dos serviços e do setor industrial. Neste cenário, destaca-se o setor de serviços como predominante dentre os grandes setores da economia goiana, representando 65,1% do fluxo de negócios. Como atividade componente do setor de serviços tem-se o comércio, tanto atacadista quanto varejista, assim como as atividades imobiliárias, serviços de saúde, educação, turismo de negócios e de lazer, dentre outros. Com participação de 24,5% do PIB, o setor industrial se destaca na indústria de alimentos e bebidas, mineração, fármacos, fabricação de automóveis e etanol. Com uma produção na safra 2016/2017 de 6,4 bilhões de litros, Goiás é o 2º maior produtor nacional de etanol (Instituto Mauro Borges/Segplan-GO, 2016). O Estado se destaca, também, na produção nacional de grãos com um quantitativo na ordem de 22,815 milhões de toneladas, equivalente a 9,5% da produção de grãos brasileira. Esses dados mostram a forte relação do Estado com o setor da agropecuária, responsável pela dinamização econômica de Goiás.

Não menos importante é a contribuição do setor educacional que exerce um papel fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da Região Centro-Oeste brasileira. Segundo dados do Censo da Educação Superior (INEP) (2016), 10% (240) do total de 2.407 instituições de ensino superior do país, estão na região Centro-Oeste, das quais 37,7% (88 IES), estão sediadas no Estado de Goiás, compreendendo Universidades, Centros Universitários, Faculdades e Institutos, sendo 8 (oito) IES Públicas e 80 Privadas (gráfico 1).

**Gráfico 1 - Número de Instituições de Educação Superior, por Categoria Administrativa das IES – 2016.**



Fonte: MEC/INEP, 2016.

A PUC Goiás contribui, nesse contexto, por ser uma referência política, social, científica e acadêmica, seja na produção e disseminação do conhecimento, seja trazendo para dentro

do campus universitário os grandes debates, resistências e gestos solidários de alcance local, regional e nacional. Em seus 60 anos de existência contribui, sistematicamente, com o desenvolvimento local e regional acompanhando o crescimento socioeconômico do estado, impactando mais diretamente na Região Metropolitana de Goiânia, onde está sediada.

A Região Metropolitana de Goiânia, criada pela Lei Complementar nº 27 de 30 de dezembro de 1999, engloba 20 municípios, incluindo Goiânia e se destaca pelo quantitativo populacional (estimativa populacional 2.493.792 habitantes, o que corresponde a 36,8% do total estadual). Em 2010, a Região Metropolitana de Goiânia possuía um grau de urbanização de 98%, concentrando 60% do total da população metropolitana. A taxa de crescimento populacional da Região Metropolitana, entre 2000 e 2010, foi de 2,23% ao ano (IPEA, 2016). No que se refere à faixa etária, destaca-se que a população de Goiânia é jovem, com um grande número de pessoas na faixa etária de 20 e 29 anos. Registra-se, também, um número representativo de crianças e jovens entre 0 a 19 anos. Ou seja, grande parte da população goianiense está em fase escolar e/ou com disponibilidade para se inserir no mundo trabalho.

Os municípios da Região Metropolitana não registram elevados níveis de produção agropecuária. Porém, alguns destes destacam-se pela produção hortifrutigranjeira, como por exemplo: alho em Nerópolis, tomate em Goianópolis, jaboticaba em Hidrolândia, rebanho bovino confinado em Trindade; Goiânia, Nerópolis e Hidrolândia com avicultura; e o cinturão verde (hortaliças), que abastece a região, é característica marcante da economia local.

Em Goiânia, 99,6% da população é residente da área urbana e apenas 0,4% reside na área rural. Nos últimos anos aumentou a população na área urbana e esse movimento migratório pode ser explicado por alguns fatores: a) pela migração interna no Estado de Goiás, onde pessoas de outros municípios e/ou da área rural se mudam para a capital; b) pela migração proveniente de outros Estados brasileiros, movidos pela procura de serviços, principalmente de saúde e educação, além de oportunidades de emprego e; c) pela incorporação de novas áreas antes tidas como rurais, às áreas de expansão urbana. Nessa dinâmica migratória, dentre as regiões do país que mais contribuíram com incremento populacional para Goiânia está à região Nordeste, seguida pela Região Sudeste (IBGE, 2010). Há também um fluxo populacional dinâmico, caracterizando migração pendular da população habitante dos demais municípios da Região Metropolitana de Goiânia, convergindo para a capital, motivado por trabalho, estudos, consumo ou serviços. É importante destacar que os imigrantes provenientes de outras regiões tendem a habitar nas áreas urbanas mais adensadas, principalmente a capital, causando um impacto direto no contingente populacional, que pode ser observado pela densidade demográfica, que registra 339,56 hab/km<sup>2</sup> no ano de 2010 (a maior densidade demográfica do estado de Goiás).

Nesse contexto, a cidade de Goiânia vem se consolidando como polo atrativo nacional do setor de educação. Por ser centro de referência na área da educação, muitos estudantes se deslocam de várias partes do país, principalmente do Nordeste, para estudarem nas instituições de ensino superior de Goiânia.

A PUC Goiás, pioneira na implantação do ensino superior no Centro-Oeste, oferece cursos de graduação e pós-graduação, que respondem às necessidades da região e acompanham o seu desenvolvimento. A Universidade promove a inclusão da população de baixa renda por meio de seus programas de bolsas e de suas ações de extensão, oportunizando gratuitamente serviços e socializando seus conhecimentos.

Pela extensão, especialmente, a PUC valoriza os costumes, tradições, música, literatura, artes, gastronomia e folclore, bem como os processos históricos de progressiva miscigenação racial e cultural, efeito de ininterruptos fluxos migratórios e do potencial de riquezas do Estado. Desde a sua fundação, assumiu as causas da defesa do bioma cerrado, de proteção aos grupos indígenas remanescentes, de identificação dos aldeamentos quilombolas e de outras manifestações culturais que identificam o povo dessa região. O resgate das artes, músicas, do folclore e dos demais aspectos da tradição desta terra tornou-se uma das missões fundamentais da Instituição. E na histórica caminhada rumo à descoberta, identificação, defesa e consolidação da cultura goiana, implantou e implementou institutos e programas, cuja relevância cultural e científica alcançou renome nacional e internacional.

Sendo assim, a PUC Goiás tem seu reconhecimento marcado pela formação de qualidade de seus egressos, pela inserção no mundo do trabalho, por sedimentar e valorizar a cultura local e regional, bem como na contribuição com o desenvolvimento das políticas públicas, no debate em torno da educação em todos os níveis, nos âmbitos local, regional e nacional. Evidência de sua relevância regional é a valorização de seu diploma pelos estudantes e egressos, que é verbalizada com insistência nos grupos focais dos processos de autoavaliação institucional.

#### **4.2 Internacionalização**

A internacionalização faz parte da história das instituições universitárias, que nasceram e se desenvolveram como ambientes de integração sem fronteiras. A colaboração acadêmica aberta, o intercâmbio e a mobilidade docente e discente promovem o avanço da ciência e da educação. O movimento de internacionalização qualifica o PPI, estimula a inovação acadêmica e gerencial, promove o desenvolvimento regional e vitaliza a responsabilidade social da Instituição.

Na história da PUC Goiás pode ser identificada duas etapas do processo de internacionalização. A primeira, abrangendo as décadas de 1980 e 1990, foi a fase da internacionalização unidirecional. Nela a instituição promoveu a mobilidade internacional de seu corpo docente em busca da qualificação necessária para a construção da excelência acadêmica. Esse processo, estimulado por um grande investimento de apoio institucional com licenças remuneradas de pós-graduação, viabilizou a inserção crescente de seus pesquisadores em redes interacionais.

A segunda etapa, correspondente às décadas de 2000 e 2010, foi marcada pela implantação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, desde sua origem planejados em perspectiva de integração internacional, e pelo investimento na promoção da mobilidade estudantil, com a assinatura de convênios de intercâmbio. Nessa segunda etapa, a mobilidade se tornou bidirecional e recíproca, com a crescente atuação de estudantes, docente e pesquisadores internacionais em cursos, programas e projetos da PUC Goiás.

A parábola do projeto *Ciência sem fronteiras* do Governo Federal, ao qual a Instituição aderiu, acelerou temporariamente o processo de internacionalização no ensino. Mas a PUC Goiás continuou consolidando parcerias com instituições privadas, organizações internacionais e órgãos de fomento regionais, nacionais e internacionais, para garantir a sustentabilidade de seu processo de internacionalização.

A transformação em Pontifícia Universidade Católica, em 2009, marcou o ponto alto desse processo, dando visibilidade ao êxito do conjunto de ações institucionais orientadas para a internacionalização. Na ocasião, toda a sinalização interna da Instituição foi alterada e se tornou bilíngue (português-inglês).

Atualmente a Instituição integra, como membro efetivo e atuante, importantes redes internacionais, entre elas a Federação Internacional das Universidades Católicas, de alcance mundial, e a Associação das Universidades Católicas da América Latina e do Caribe.

A internacionalização é uma estratégia de mobilidade estudantil e docente, pela integração da investigação local às pesquisas internacionais e pelo desenvolvimento de ações comunitárias, ambientais e sociais em sintonia com o objetivo estratégico de tornar a PUC Goiás uma universidade sem fronteiras. A implementação da política institucional de internacionalização é de responsabilidade das pró-reitorias acadêmicas e das Escolas, com o apoio e orientação da Assessoria de Relações Internacionais do Gabinete do Reitor.

No âmbito da graduação a política promove a participação nos Programas de Mobilidade Acadêmica Internacional (*in e out*), a realização de estágios internacionais, de cursos de curta duração em parceria com IES estrangeiras conveniadas, de eventos e visitas internacionais e a convivência com estudantes e docentes estrangeiros.

Na pós-graduação, a política prevê estratégias para estimular a realização de eventos científicos internacionais multidisciplinares; incentiva ações de desenvolvimento de projetos de pesquisa com IES estrangeiras conveniadas e a participação em redes internacionais de pesquisa, bem como a divulgação dos resultados das pesquisas realizadas. Favorece a mobilidade de pesquisadores para a oferta de cursos, workshops, palestras e desenvolvimento de pesquisas conjuntas; a mobilidade de estudantes de pós-graduação para realização de cursos, disciplinas e/ou pesquisa; a atração de pesquisadores e visitantes estrangeiros; o estabelecimento de parcerias para aumentar a oferta de programas de doutorado sanduíche e de pós-doutorados; e o estabelecimento de parcerias para implementar a oferta de cotutelas em programas de doutorado.

A pós-graduação *stricto sensu*, buscando a qualificação docente por meio dos grupos de pesquisa, visa consolidar as ações de internacionalização, por considerar este processo como componente fundamental para melhoria na qualidade das pesquisas, qualificação da formação dos estudantes e elemento essencial para consolidação da própria política de pós-graduação da Instituição. Essas ações envolvem múltiplos agentes, tanto na graduação quanto na pós-graduação, articulando o ensino e a pesquisa por meio de práticas que favorecem a relação ensino e aprendizagem para além das fronteiras do próprio país.

Essas estratégias devem se somar ao tradicional processo de envio de estudantes para realizar estágio doutoral no exterior por meio do Programa de Doutorado-Sanduíche no Exterior da CAPES (PDSE), além do acolhimento de estudantes oriundos do exterior por meio do Programa Pec-PG do CNPq e CAPES. Estes programas promovem a socialização do conhecimento produzido nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, favorecendo o processo de internacionalização, incorporam novos modos ou modelos de condução da pesquisa desenvolvidas pelos estudantes, fortalecendo a cooperação e o intercâmbio entre programas e grupos de pesquisa, dando maior visibilidade internacional à produção científica, tecnológica e cultural da PUC Goiás.

A PUC Goiás em seu processo de internacionalização estabeleceu, nos últimos anos, convênios com diversas instituições da Europa e América do Norte. Uma ação e ser implementada é o regime de cotutela em diferentes institutos de referência internacional e dupla titulação. Para fomentar estas ações recomenda-se a articulação da comunidade de docentes e discentes com instituições de ensino e centros da produção científica internacional de reconhecida competência para estabelecimento das parcerias.

A internacionalização da pesquisa, como estratégia de expansão de conhecimento e inovação, é viabilizada por meio de projetos desenvolvidos em parcerias com IES

estrangeiras conveniadas. Ademais, é incentivada a submissão de projetos em editais de pesquisa de cooperação internacional e a participação e organização de eventos científicos internacionais, estimulando atividades de desenvolvimento de produtos, processos ou serviços inovadores em parceria com empresas, instituições de ensino e/ou pesquisa estrangeiras, bem como o aprendizado e a transferência de tecnologia entre empresas do Estado de Goiás e empresas estrangeiras ou instaladas no exterior.

No âmbito da extensão, os processos de internacionalização estão voltados para a construção de oportunidades de intercâmbio cultural internacional; a socialização de práticas e resultados dos projetos e programas institucionais; a realização de cursos de curta duração em parceria com IES estrangeiras e organizações internacionais; a ofertas de campo de estágio para professores ou estudantes estrangeiros nos diversos programas de extensão desenvolvidos pela PUC Goiás. Elemento fundamental de uma cultura da internacionalização é a escola de línguas PUC Idiomas, que oferece cursos em todos os níveis, próprios ou em parcerias com escolas ou empresas, atingindo semestralmente mais de 1.000 pessoas.

A PUC Goiás fez adesão à plataforma Carolina Bori, desde a sua instituição em 2017. O sistema, criado pelo Ministério da Educação (SESu e CAPES), para gestão e controle de processos de revalidação e reconhecimento de diplomas estrangeiros no Brasil, abriga um conjunto de Instituições, que participam de acordos internacionais e se constitui como um banco de dados com informações relevantes para estabelecimento de políticas de internacionalização da educação superior brasileira.

Se destacando em nível internacional no estabelecimento de intercâmbios e parcerias com instituições estrangeiras, a Universidade contribui com o reconhecimento e a construção da rede de relações internacionais do Estado.

### **4.3 Responsabilidade social e ambiental**

A responsabilidade social e ambiental é um dos eixos norteadores de todas as ações institucionais, intrinsecamente vinculado à natureza e missão de instituição comunitária e católica. Perpassa todos os projetos institucionais, as políticas de ensino de graduação e pós-graduação, de pesquisa e inovação, de extensão e de gestão.

O êxito da Instituição no cumprimento de seus compromissos com a sociedade e com a sustentabilidade ambiente se confirma no reconhecimento de utilidade pública pelas esferas federal, estadual e municipal; na certificação de entidade beneficente e de assistência social (CEBAS) na área de educação e em sua qualificação como Instituição Comunitária de Educação Superior, pelo Ministério da Educação. Sobretudo, valem o conjunto de ações realizadas e os resultados acumulados na promoção da inclusão educacional e social, do desenvolvimento regional sustentável e da justiça social.

A responsabilidade social se realiza num movimento bidirecional. Por meio de suas políticas de acesso e permanência, a PUC Goiás se compromete em promover o acesso à educação superior às pessoas em situação social, econômica ou cultural desfavorecida. Em outra direção, a Universidade deve promover a transformação social e cultural por suas ações de extensão e pela inserção e atuação de seus egressos nos diversos campos de atuação profissional, cultural, social e política.

A responsabilidade ambiental, também, é bidimensional. Por um lado, orienta as políticas de gestão, priorizando a adoção de medidas de sustentabilidade ambiental. Por outro, motiva a produção de conhecimentos e tecnologias inovadoras na proteção e promoção do ecossistema e de seus equilíbrios.

A responsabilidade social e ambiental, como eixo transversal, qualifica as ações institucionais em todas as dimensões do PDI e se articula nas seguintes linhas de ação:

1. comunicação (na comunidade acadêmica e com a sociedade);
2. biodiversidade (meio ambiente) e diversidade cultural (produção artística, da memória e do patrimônio);
3. direitos humanos e igualdade étnico-racial;
4. inovação científico-tecnológica e social;
5. acessibilidade.

#### **4.3.1 Comunicação**

Essencial à dinâmica institucional, a comunicação promove a integração da comunidade acadêmica e desta com seus contextos. A comunicação se dirige tanto à comunidade acadêmica (comunicação interna) quanto à sociedade local, nacional e internacional (comunicação externa).

A comunicação interna visa criar e manter uma cultura institucional coerente com a missão estatutária e promover a motivação de todos seus membros na adesão aos projetos definidos em seu planejamento. Promove a participação nos processos de autoavaliação institucional, estimulando a corresponsabilidade e a transparência na gestão acadêmico-administrativa.

A comunicação externa permite que as ações institucionais de ensino, pesquisa e extensão sejam conhecidas e alcancem o contexto social, ampliando sua eficácia e relevância. Criam fluxos de transferência de informações relevantes sobre a vida acadêmica, as inovações científicas, tecnológicas e sociais.

A comunicação institucional é coordenada pela Divisão de Comunicação, ligada ao Gabinete do Reitor, que planeja e executa as ações específicas de assessoria de imprensa e comunicação institucional. A Divisão é composta por uma equipe multiprofissional, que atua em todos os canais de comunicação disponíveis: mídias impressas de circulação interna e externa; páginas eletrônicas e redes sociais institucionais. É responsável pelos registros jornalísticos e fotográficos de todas as ações e eventos, bem como de sua divulgação. Promove estratégias de divulgação e socialização dos processos avaliativos e de seus resultados, para a apropriação por parte de todos os setores da comunidade acadêmica.

Desde 2007 está no ar a PUC TV Goiás, emissora afiliada da TV Aparecida/SP, cujo sinal de transmissão é enviado as principais cidades de Goiás, alcançando mais de dois milhões de pessoas. Além de orientar toda a programação da emissora, a PUC Goiás mantém programas específicos de divulgação da vida acadêmica, como o programa diário *PUC Acontece*.

A PUC TV contribui a divulgar entre a população da Grande Goiânia informações científicas, culturais, inovações tecnológicas e práticas acadêmicas exitosas, fazendo do telejornalismo um exercício de promoção da cidadania.

Um canal essencial e vital de comunicação interna e externa é Ouvidoria, criada pelo Ato Próprio Normativo 04/2006-CEPEA, com atendimento presencial, telefônico e online, garantindo o sigilo e a confidencialidade das informações. Com regimento próprio, atende aos membros da comunidade universitária, estimulando a manutenção e contínuo aperfeiçoamento da qualidade da vida acadêmica, viabilizando a detecção precoce e solução rápida de problemas e dificuldades em processos acadêmicos e administrativos. Acolhe a comunidade externa, repassando informações e realizando os encaminhamentos pertinentes para os problemas apresentados, auxiliando na resolução e prevenção de

conflitos. É um importante agente para a melhoria e organização dos processos de trabalho da instituição.

#### **4.3.2 Biodiversidade e diversidade cultural**

A inserção regional e a responsabilidade social e ambiental se expressam na linha de ação que associa a proteção ao meio ambiente e à biodiversidade com a atenção à diversidade do patrimônio e das manifestações artísticas e culturais da região e do bioma Cerrado.

A universidade, como campo de produção, ressignificação e difusão do conhecimento, pretende estar em consonância com a pluralidade social, étnico-cultural, econômica e de identidade da sociedade regional em que está inserida. A diversidade em seus diferentes aspectos, ao mesmo tempo em que manifesta a riqueza social, também promove a necessidade de reflexão e ação para acesso às oportunidades na construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Essas exigências devem repercutir nas propostas pedagógicas, na relação professor-estudante, no papel sociocultural e político da instituição, bem como em suas ações de gestão e prestação de serviços.

Nesse contexto, a instituição compreende a valorização da diversidade – biológica e cultural - como prática social, na qual a igualdade na diferença e a diferença na igualdade alicerçam e valorizam a humanidade com base nos direitos humanos. As questões relacionadas à diversidade, ao meio ambiente, à memória e ao patrimônio cultural, bem como à produção artística, são eixos estruturantes da formação humana integral de seus discentes, bem como do corpo docente e técnico administrativo. Nessa perspectiva, para além da inserção transversal dessas temáticas nos projetos pedagógicos das Escolas e dos Institutos, a instituição promove um conjunto de ações articuladas em seus programas permanentes de extensão, que objetivam não apenas desenvolver esses temas no campo teórico epistemológico e acadêmico, mas, também na prática, em articulação com a comunidade.

Em sintonia com a Constituição Federal (artigo 225), a PUC Goiás compreende que o meio ambiente ecologicamente equilibrado é direito humano fundamental. O ensino deve permitir ao discente a constatação da gravidade das consequências dos atos humanos degradadores do meio ambiente e a inexistência de limite territorial do dano ambiental. A promoção de um ensino socialmente e ambientalmente responsável é desafiadora e necessária.

Nesse contexto, a PUC Goiás desenvolve pesquisas e ações extensionistas, que permeiam o ensino de graduação e pós-graduação, tendo o bioma Cerrado como centro das discussões socioambientais, de modo a garantir a formação acadêmica articulada à valorização e a apropriação da identidade regional. As diversas ações do Instituto do Trópico Subúmido, do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, do Centro de Estudos e Pesquisas Biológicas, e do Programa Socioambiental geram conhecimento e sensibilização social a respeito da riqueza socioambiental e cultural do maior bioma brasileiro, contribuindo para a manutenção de seus recursos naturais e étnico-culturais.

No entendimento de que cultura está vinculada a tudo que o ser humano produz, sendo por tanto, uma produção das práticas sociais, as ações promovidas pela PUC Goiás reconhecem e disponibilizam a cultura como bem público e de direito do cidadão. Arte e cultura vinculam-se à formação acadêmica, no entendimento de que os valores, as tradições e as expressões culturais regionais, devem ser compartilhados para que o sujeito se sinta pertencente à história, construindo sua identidade.

Essa compreensão deve animar as ações da Coordenação de Arte e Cultura, que promove ações de educação para a arte na comunidade acadêmica e na sociedade contextual; do

Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central e do Instituto Goiano de Pré-história e Antropologia, que promovem o reconhecimento e a preservação do patrimônio cultural regional em seus acervos documentais e materiais, objeto de divulgação na sociedade e de pesquisas acadêmicas. Desse modo, as práticas acadêmicas são alicerçadas no respeito às diferenças, promovendo o acesso à cultura como bem comum.

#### **4.3.3 Direitos humanos e igualdade étnico-racial**

A PUC Goiás assume sua responsabilidade social frente à necessidade de educar para a paz e para o respeito à alteridade, reconhecendo e afirmando que todos os direitos humanos decorrem dos princípios da inviolabilidade, da autonomia e da dignidade inerentes à pessoa humana (Declaração e Programa de Ação de Viena, 1993). Reconhece a educação como um direito, ao mesmo tempo em que a entende como um eixo necessário para a efetiva promoção dos direitos humanos e de uma cultura de direitos. Por isso, desde suas origens, entende a educação em direitos humanos como “um dos eixos fundamentais do direito à educação” e promove “práticas educativas fundadas nos direitos humanos e em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades individuais e coletivas.” (Resolução CNE/CP nº 1/2012 - Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos).

Assim, em conformidade com o que orienta o Programa Nacional de Direitos Humanos (2009) e compreendendo que a cultura dos direitos humanos é um dos alicerces para a mudança social, a PUC Goiás fundamenta sua ação nos princípios da liberdade, relacionada aos direitos civis e políticos; da igualdade, que abarca os direitos econômicos, sociais e culturais; e da fraternidade, que engloba o direito ao meio ambiente equilibrado, à qualidade de vida, ao desenvolvimento, à paz, à autodeterminação e demais direitos difusos. A educação em direitos humanos, portanto, é tema transversal dos projetos e práticas pedagógicas institucionais, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão.

A igualdade étnico-racial compõe de forma substancial a discussão sobre direitos humanos, sendo constitutiva da identidade e da cultura brasileira e, por tanto, indispensável para a compreensão da dinâmica sociocultural contemporânea de nosso país. A universidade assume as determinações e as estratégias da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial/PNPIR (2003) e o Estatuto da Igualdade Racial (2010), respaldados pela Constituição Federal de 1988, na perspectiva de garantia de igualdade de oportunidades, da defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e de combate à discriminação e às demais formas de intolerância racial.

A questão étnico-racial deve ser entendida na concepção de que “todos os povos e países tenham acesso à riqueza e à cultura, em pleno respeito da dignidade, dos direitos e dos valores das crianças, mulheres, idosos e homens de todas as etnias e crenças” (Carta de Salvador. BRASIL - MinC/FCP, 2007, p. 91). A universidade deve se constituir em espaço de possibilidades para a democratização ao acesso de educação em nível superior no Brasil, se fazendo promotora de ações afirmativas e de articulação das diferenças, incluindo as étnicas e raciais.

Para concretizar essas diretrizes a PUC Goiás criou e mantém, desde 1982, originalmente com nome Centro de Estudos África Brasil (CEAB), o programa permanente de extensão PróAfro, pioneiro na região na discussão e na pesquisa do tema em articulação com os movimentos sociais e populares envolvidos com a temática étnico-racial.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas (2004) e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, orientam a

construção dos projetos pedagógicos de cursos, com diretrizes específicas para a inserção e a discussão das relações raciais.

A PUC Goiás se entende como espaço privilegiado e essencial para a promoção das discussões a respeito de questões como: formação do povo e da cultura brasileira, relações de gênero, identidade cultural, democracia, desenvolvimento, xenofobia e outras formas de discriminação, contribuindo para o respeito aos direitos, na construção de uma cultura de solidariedade e cooperação.

#### **4.3.4 Inovação científico-tecnológica e social**

A pesquisa e a inovação podem promover, ao mesmo tempo, o desenvolvimento econômico e social, contribuindo para redução de desigualdades regionais e a exploração sustentável das potencialidades locais. As políticas institucionais devem desenvolver mecanismos de apoio e incentivo ao aumento quantitativo e qualitativo da produção científica e tecnológica, garantindo a produção e transferência de conhecimentos que sejam relevantes para o desenvolvimento social e econômico da região e do país.

A PUC Goiás, nas últimas duas décadas, intensificou seus esforços para o desenvolvimento de estratégias de formação de competências para a pesquisa, a inovação e o empreendedorismo. A implantação de programas de pós-graduação *stricto sensu*, a partir do fim da década de 1990, permitiu organizar grupos de pesquisadores e criar linhas de pesquisas, que estão adquirindo sua maturidade em termos de qualificação e produção. Na última década, a reorganização da pesquisa permitiu definir melhor as linhas estratégicas e articular os pesquisadores em grupos certificados, com participação em redes nacionais e internacionais. Esse esforço alcançou os cursos de graduação, promovendo o aumento do envolvimento dos estudantes na iniciação científica.

A criação do Núcleo de Inovação Tecnológica e da Agência de Inovação, em 2013, e, quase ao mesmo tempo, a criação das Escolas, abriu novas possibilidades de integração do ensino, da pesquisa e da extensão, na perspectiva da inovação. A Incubadora de Empresas abriu as portas da Instituição ao empreendedorismo dos membros da comunidade acadêmica e da sociedade. Pela inovação a Instituição experimenta novas formas de inserção e integração regional, participando ativamente de fóruns representativos com a Rede Goiana de Inovação e o Conselho Temático de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação da Federação das Indústrias do Estado de Goiás. A cultura do registro da propriedade intelectual e a transferência de tecnologia da universidade para as empresas, já bastante difundida nos países desenvolvidos, aos poucos tem ganhado presença na universidade, tornando a pesquisa mais atrativa devido às novas oportunidades de negócios, novas fontes de renda para o pesquisador e a possibilidade de tornar a pesquisa autossuficiente financeiramente.

Aos poucos, mas de forma irreversível, a cultura da inovação começa a permear todas as políticas acadêmicas e de gestão, apontando caminhos, inclusive, para a sustentabilidade da pesquisa e da extensão.

#### **4.3.5 Acessibilidade**

A democratização da educação possibilitou o acesso ao ensino superior de um segmento da sociedade que demanda cuidado diferenciado: às pessoas com deficiência. A PUC Goiás, em seu papel de instituição produtora de conhecimento e formadora de cidadãos, mantém seu compromisso histórico com a inclusão, promovendo ações que contribuam com o bem-estar, o sucesso acadêmico das pessoas com deficiências que integram a comunidade acadêmica e a integração e qualificação de funcionários deficientes. As ações são orientadas pela Política Institucional de Acessibilidade, que define adequações nas

práticas acadêmicas (acessibilidade pedagógica, comunicacional, digital e atitudinal), na gestão de recursos e insumos (acessibilidade instrumental e tecnológica) e de instalações físicas (infraestrutura acessível). A Política se articula no Plano de Acessibilidade, que prevê as ações de responsabilidade dos diferentes segmentos institucionais, levando em conta as efetivas condições estruturais e as decorrentes limitações operacionais, num planejamento gradativo orientado pela meta de longo prazo da acessibilidade plena.

A Política Institucional e o Plano de Acessibilidade atendem as exigências legais e normativas do Brasil, em consonância com os documentos internacionais. Os marcos legais e normativos da inclusão no Brasil tiveram sua trajetória fortemente marcada pelos documentos internacionais, especialmente: a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a Declaração de Salamanca (1994) e a Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (2007). No Brasil, constituem marcos legais e normativos da política de inclusão: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996; Lei n. 13.005, de 25 de junho de 2014, que institui o Plano Nacional de Educação – PNE; Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989 que dispõe sobre a Política Nacional para Integração de Pessoa Portadora de Deficiência; Portaria Ministerial n. 3.284 de 07 de novembro de 2013, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015 que instituiu o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015); Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro Autista, criada pela Lei n. 12.764, de 27 de dezembro de 2012; e a Norma Brasileira de Referência (NBR) 9050/2015, que normatiza a acessibilidade nas edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Destacam-se, também, os documentos complementares quanto à inclusão no ensino superior: a Portaria n. 1.793, de dezembro de 1994 e o Aviso Circular Nº 277/MEC/GM de 8 de maio 1996, que determinam que todas as instituições educacionais têm papel fundamental no desenvolvimento das pessoas e na construção de uma sociedade justa e igualitária.

Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (2015), no seu Art. 2º “considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”.

A PUC Goiás tem por missão e princípio o respeito às diferenças, o compromisso com a democratização do ensino e a promoção da acessibilidade, em todos os seus aspectos. Nesse sentido, sensibiliza a comunidade acadêmica quanto ao convívio saudável e harmonioso, independentemente das especificidades de cada sujeito; investe de forma gradativa e planejada na aquisição de tecnologias assistivas para facilitar o acesso dos deficientes a diversos recursos de aprendizagem; empenha-se em implementar adaptações necessárias nas edificações já existentes, nas reformas previstas e em novas construções, em atendimento à Legislação vigente; promove a formação continuada dos professores e funcionários para atendimento às pessoas com deficiência, dentre outras ações.

A Política Institucional de Acessibilidade se articula nas seguintes diretrizes:

#### **a) Acesso e inclusão**

Essa frente desenvolve ações voltadas ao acesso das pessoas com deficiências à Universidade, tanto como discente quanto como docentes ou funcionários administrativos.

O edital de seleção discente deve prever o atendimento às demandas dos candidatos com deficiências ou com necessidades educacionais especiais, possibilitando diversos

recursos, tais como: leitor, maior tempo para realização da prova, acompanhamento, salas e mobiliário adequados, entre outros.

Em atendimento à Lei n. 8.213, de 24 de julho de 1991, a Instituição deve buscar contratar pessoas com deficiência, observando-se a especificidade da função a ser exercida. Para promover capacitação do funcionário, a Instituição deve desenvolver programas de formação continuada, bem como acompanhamento e orientação pertinentes ao cargo.

#### **b) Acessibilidade pedagógica e curricular**

É implementada por meio do Programa de Acessibilidade, que realiza adaptações curriculares e ações didático-pedagógicas, com atendimento educacional especializado e apoio acadêmico, em atendimento a todas as formas de deficiência, contribuindo para a aprendizagem e a permanência do estudante. Dentre os recursos disponibilizados, destacam-se: provas com letra ampliada, intérprete de Língua Brasileira de Sinais (Libras), auxílio para leitura, auxílio para transcrição, leitura labial, sala de fácil acesso ou mobiliário acessível, material didático adaptado, tempo adicional para provas e atividades acadêmicas, monitores ou tutores de apoio à inclusão, modalidade diferenciada de avaliação.

#### **c) Registro e acompanhamento**

O Programa de Acessibilidade mantém registro centralizado das ações de acessibilidade, por meio de sistema informatizado com detalhamento das referidas ações e os respectivos usuários. No caso dos empregados, a Divisão de Recursos Humanos dispõe de todos os registros e desenvolve as ações necessárias para atendimento à legislação e as especificidades dos empregados docentes ou administrativos.

#### **d) Promoção da cultura de acessibilidade**

Os programas de extensão desenvolvem ações e eventos científico-acadêmicos, esportivos, culturais, artísticos e de lazer sobre acessibilidade, de forma acessível às pessoas com deficiência. A Instituição promove cursos de capacitação, direcionados a professores e funcionários, de Língua Brasileira de Sinais – Libras; disponibiliza equipe multiprofissional para atendimento a estudantes e funcionários, direcionando, quando for o caso, para os programas de assistência ou tratamentos na rede pública; e promove debates com vistas à acessibilidade atitudinal nos espaços administrativos e acadêmicos.

#### **e) Pesquisa e inovação**

A Instituição promove e estimula o desenvolvimento de pesquisas na graduação e pós-graduação, em diferentes cursos, sobre temáticas da acessibilidade, resultando em publicações científicas em formas de artigos, livros, dissertações e teses. Estimula, também, o desenvolvimento de experimentos nos laboratórios especializados nas diferentes áreas do conhecimento, desenvolvendo instrumentais e técnicas inovadoras no campo da acessibilidade.

#### **f) Tecnologias assistivas**

São adotadas ferramentas de tecnologia assistivas, tais como softwares atualizados para cegos e surdos. Essas ferramentas visam contribuir para a aprendizagem das pessoas com deficiência.

#### **g) Infraestrutura acessível**

Equipamentos e adequações de acessibilidade são implantados em todas as edificações novas ou nos projetos de reforma. As edificações antigas demandam planejamento para atendimento à Legislação pertinente, pois foram construídas na vigência de normas que não previam tais requisitos. No entanto, nas reformas ou ampliações da infraestrutura

física, a PUC Goiás procura atender à Legislação vigente em respeito às normas para acessibilidade.



### **SEÇÃO III - PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

#### **5 DIRETRIZES DO PROJETO PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL**

A ação acadêmica da PUC Goiás alicerça-se em dois parâmetros, que norteiam a prática pedagógica cotidiana da Instituição. Esses parâmetros, expressos pela excelência acadêmico-institucional e a responsabilidade social e ambiental orientam a política da Instituição, definem o planejamento, a gestão e a tomada de decisão; fundamentam os projetos pedagógicos dos cursos de graduação e pós-graduação, bem como programas, projetos e ações de pesquisa e extensão, estimulando o caráter inovador e social de suas intervenções.

A excelência acadêmico-institucional é o parâmetro científico-cultural, que fundamenta a ação pedagógica, refletida na determinação da PUC Goiás em oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Este parâmetro se efetiva na permanente qualificação do corpo docente e técnico-administrativo; na observância de diretrizes curriculares, que respondam às reais demandas do mundo do trabalho; na diversificação das metodologias de ensino, com ênfase nas metodologias ativas e em práticas inovadoras no processo ensino aprendizagem; no uso de Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC); na contínua qualificação do processo formativo; na infraestrutura, que atenda às necessidades de formação dos estudantes de modo geral e das pessoas com deficiência de modo especial; na modernização e manutenção dos laboratórios e demais cenários de práticas; na permanente manutenção e atualização do acervo bibliográfico; na autoavaliação de professores e acadêmicos, e na sustentabilidade financeira a fim de assegurar o atendimento das demandas acadêmicas.

A responsabilidade social e ambiental é o parâmetro político que orienta a ação acadêmica da instituição no desempenho de seu compromisso social. Enquanto Universidade comunitária, católica e filantrópica, está determinada a realizar o preceito constitucional do direito de todos os cidadãos à educação, formando-os a partir de princípios éticos, para pleno exercício da cidadania e à inserção qualificada no mundo do trabalho. A responsabilidade social requer que a Instituição assuma papel decisivo no desenvolvimento sustentável da região; que abra suas portas aos processos da inclusão, concernente aos aspectos relativos à acessibilidade pedagógica, atitudinal, digital, arquitetônica e comunicativa; que dialogue com os segmentos sociais; que amplie as modalidades de acesso e de permanência dos estudantes nos cursos; que mantenha diálogo contínuo com a comunidade; e que promova ações e atitudes de sustentabilidade ambiental.

A fim de assegurar a coerência com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o Projeto Pedagógico Institucional (PPI), a Universidade estabelece as seguintes diretrizes e princípios a serem seguidos na elaboração dos projetos pedagógicos de curso de graduação e pós-graduação, nos projetos de pesquisa e nas ações de extensão:

- rigorosa definição dos conhecimentos, competências, habilidades, atitudes e valores fundamentais à formação profissional, observando-se as exigências do mundo do trabalho;
- adoção de uma concepção de educação em que docentes e discentes construam o conhecimento a partir da práxis;
- formação humanística comprometida com a construção da cidadania, com os princípios éticos, a solidariedade e a emancipação humana;

- utilização de metodologias que privilegiam a participação ativa do estudante na construção do conhecimento;
- desenvolvimento de atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão;
- comprometimento com o desenvolvimento científico e o avanço tecnológico associado ao bem-estar, à sustentabilidade ambiental, à qualidade de vida e ao respeito aos direitos humanos;
- implementação de estrutura curricular que contemple a flexibilidade, a articulação da teoria com a prática, a acessibilidade pedagógica e a interdisciplinaridade, possibilitando ao acadêmico o desenvolvimento de uma postura crítica diante dos múltiplos desafios apresentados pela sociedade contemporânea;
- docência exercida com competência e responsabilidade;
- incorporação às práticas pedagógicas de inovações metodológicas e tecnológicas;
- gestão acadêmico-pedagógica participativa e integradora com vistas a favorecer o trabalho em equipe e a interdisciplinaridade;
- utilização, na qualificação dos cursos, programas e projetos, dos resultados das avaliações externas e dos processos de autoavaliação como subsídios para reorientação das práticas acadêmicas e de gestão;
- fortalecimento da inserção regional sem perda do horizonte universal.

### **5.1 Princípios didático-pedagógicos**

Na PUC Goiás, o processo educativo prioriza o desenvolvimento integral, a formação cidadã e a qualificação para o trabalho. Nessa perspectiva, a Instituição busca assegurar aos seus estudantes, em qualquer nível, formação humanística, política, científica, ética, estética, cultural, técnica e tecnológica. Como dimensão constitutiva do processo educativo, o ensino estabelece estreita relação com a investigação (pesquisa) e a intervenção nos processos sociais (extensão).

A competência científica do estudante é uma construção que se dá mediante o convívio com os fundamentos de sua área de saber, com a compreensão da evolução histórica da ciência e domínio dos métodos e linguagens que lhe são próprios.

O diálogo com a realidade, inerente à prática educativa e à produção científica, torna-se indispensável à compreensão de sua natureza, visto que o exercício profissional se dá em tempo e local determinados e, portanto, compromete-se com um projeto de sociedade e de ser humano.

Um ensino desenvolvido com base nesses princípios implica o domínio do pensamento científico na compreensão dos métodos e processos de produção das ciências, a inserção da pesquisa no ensino e da extensão como campo de socialização do saber. O que a Universidade propõe é a formação de sujeitos críticos, criativos e reflexivos, capazes de problematizar, pesquisar, confrontar situações problemas, fazer análises, ou seja, uma formação que assegure o desenvolvimento da capacidade de aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser (DELORS, 2003), fomentando a sua autonomia intelectual para uma formação continuada, ao longo da vida inteira. Assim, a pesquisa é componente essencial da formação discente e elemento distintivo da prática docente em nível de graduação e de pós-graduação, e importante instrumento propulsor de novos projetos e saberes agregadores de novas tecnologias, com rigor científico, confiabilidade teórico-metodológica, inovação e relevância social.

Considerando essas perspectivas, a extensão é entendida como expressão das aprendizagens a partir da apreensão da realidade econômica, política, cultural e social e constitui construção permanente do conhecimento com o propósito de elaborar novas

metodologias para o enfrentamento das questões sociais. É nesse sentido que a extensão se articula ao ensino e à pesquisa.

### **5.2 Inovações tecnológicas**

Na PUC Goiás a incorporação de avanços tecnológicos é estimulada por meio do uso de tecnologias de informação e comunicação no ensino, na pesquisa e na extensão, com a utilização de ambientes virtuais de aprendizagem; de todo aparato tecnológico disponível nos ambientes práticos de aprendizagem; bem como no desenvolvimento de recursos técnicos e tecnológicos por professores e estudantes em programas de iniciação científica e em atividades laboratoriais. A Instituição também estimula e oferece formação continuada para que os docentes diversifiquem as práticas pedagógicas, especialmente, nos cursos de graduação.

As atividades práticas, com uso de recursos tecnológicos, são implementadas ao longo dos cursos e visam proporcionar aos discentes vivências da futura atuação. Além dos laboratórios da Universidade, outros espaços de aprendizagem permitem realizar essas práticas, graças às parcerias com empresas públicas e privadas, hospitais, instituições escolares e não escolares, organizações não governamentais, dentre outras, que possibilitam ao discente o desenvolvimento das competências e habilidades necessárias ao exercício profissional.

Para o incremento das inovações tecnológicas presente nos laboratórios de ensino e de pesquisa da Universidade deve-se estimular a produção e a incorporação de equipamentos e *softwares* desenvolvidos pelos próprios estudantes em trabalhos de conclusão de curso, iniciação científica e pesquisas de mestrado e doutorado. Com o apoio institucional das Escolas, projetos de destaque são selecionados para o apoio financeiro e com isso equipamentos de alto custo são replicados dentro da Universidade pelo conhecimento de seus pesquisadores. Desta forma os estudantes aprendem fazendo, a produção científica de impacto é realizada, inovações podem ser registradas e os laboratórios passam a contar com uma infraestrutura diferenciada.

### **5.3 Inovações pedagógicas**

As ações voltadas para a inovação pedagógica e fundamentam-se no entendimento de que inovar e reavaliar significam, essencialmente, avançar para além do padrão de reprodução das práticas de ensino, pesquisa e extensão consolidadas. Trata-se, portanto, de caminhar na direção de uma abordagem do conhecimento emancipatório e qualificado.

São estratégias promotoras de inovação: contextualizar o ensino de forma que os conteúdos trabalhados possibilitem a articulação teoria e prática, de forma que os conhecimentos impactem positivamente no contexto de vida dos estudantes; utilizar de metodologias participativas, que dinamizem o processo de ensino e de aprendizagem e estimulem o desenvolvimento da autonomia dos estudantes; apresentar para os estudantes versões variadas dos conhecimentos, a fim de oportunizar diversas possibilidades de análise do objeto de estudo, estimulando a produção de novos conhecimentos; romper com a fragmentação do conhecimento e fortalecer as práticas interdisciplinares; utilizar as tecnologias de comunicação e da informação como instrumentos capazes de contribuir para a apropriação do conhecimento de forma coletiva, o aprofundamento e ampliação entre os diversos saberes, na trilha da construção de redes de conhecimento; e propiciar a articulação da graduação com a pós-graduação, por meio do desenvolvimento de projetos, grupos de estudo, eventos e estes com a pesquisa e a extensão, assumindo a articulação com princípio pedagógico fundamental para a formação profissional.

A Instituição promove inovações pedagógicas, investindo na infraestrutura técnica, tecnológica e na formação continuada dos professores. Exemplos dessas iniciativas são a implantação de salas de aula adaptadas para as metodologias participativas; o Proa e os diversos cenários de prática; a aquisição de softwares aplicados ao ensino e a modernização de laboratórios, entre outras.

### **5.3.1 Programa de Orientação Acadêmica (Proa)**

O acompanhamento ao aluno universitário supõe conceber o crescimento como um valor e uma perspectiva. As necessidades que cada um apresenta são o maior indicador da importância e da relevância do acompanhamento pessoal. Evitando tratar o estudante genericamente, o acompanhamento educativo pessoal é mais eficaz na identificação das potencialidades e dos problemas do aluno.

No acompanhamento pessoal, impõe-se a exigência da correta articulação entre a liberdade, a consciência e a verdade. A orientação para a verdade supõe a compreensão da consciência e a livre opção. E se destina ao crescimento e à felicidade. Certamente, isso implica em incorporar deveres, empenhar-se numa determinada conduta de compromisso com a própria formação, construir bons hábitos que formam intelectual e existencialmente.

Na Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a ação pedagógica de acompanhamento pessoal do aluno terá nova ênfase e nova orientação político-pedagógica e administrativa, potencializando iniciativas e projetos existentes e criando novas possibilidades e condições. Além do aprofundamento teórico-metodológico e de uma nova disposição pedagógica, o acompanhamento pessoal se faz: pelo acompanhamento aos portadores de necessidades especiais, com destaque à política de acessibilidade; pelo acompanhamento artístico-cultural, intensificando a participação dos alunos em atividades que estimulem seu desenvolvimento de seus talentos e habilidades artísticas; pelo acompanhamento e orientação espiritual, com a participação pastoral da Paróquia Universitária; pelo acompanhamento psicológico e vocacional; pelo acompanhamento sociofinanceiro, contando com o atendimento de plantão dos assistentes sociais. Tais iniciativas já existentes se articulam agora com a criação do Programa de Acompanhamento Acadêmico, o Proa, com espaço físico específico e carga horária docente para as atividades de acompanhamento planejadas pelas Unidades Acadêmicas.

Com o objetivo de proporcionar ao estudante a oportunidade de exercer um papel ativo na construção de seu conhecimento, planejando e monitorando seu desempenho escolar, avaliando seus resultados, a PUC Goiás propõe o Programa de Acompanhamento Acadêmico, uma estratégia institucional que alia a criação de ambientes de aprendizagem e a promoção de projetos que impliquem na intervenção e promoção do sucesso escolar discente e de sua integração à vida acadêmica, superando as dificuldades que porventura traga de sua formação anterior, tanto em nível de graduação como de pós-graduação.

O Proa é um espaço pedagógico, um ambiente de aprendizagem. Ambiente de aprendizagem é aquele que se caracteriza pela interação, comunicação, confiança, ética, respeito ao pensamento do outro, compreensão, consideração, liberdade, alegria. É um ambiente que apresenta desafios e estimula a curiosidade, o debate, a investigação, a criatividade, a formação de uma autoimagem positiva, o espírito de equipe, a responsabilidade e uma insaciável busca do saber, reforçando a autoestima. Para viabilizar essas atividades, espaços físicos adequados estão sendo planejados e serão executados em todas as áreas da Universidade.

### 5.3.2 Cenários de Práticas

#### 5.3.2.1 Santa Casa de Misericórdia de Goiânia

A Santa Casa de Misericórdia de Goiânia (SCMG) – Hospital de Ensino (Portaria Interministerial n. 1687, de 12 de agosto de 2014) –, é uma instituição de natureza filantrópica, beneficente, de assistência social no campo da saúde, da promoção humana e de educação, de identidade católica e caracterizada por garantir níveis de excelência na prestação de serviços de assistência à saúde, tendo em vista seu reconhecimento como referência na área, e colaborar com o fomento à pesquisa, ao ensino, à extensão e à assistência social. Ao longo de sete décadas, a SCMG tornou-se, sob todos os aspectos, um hospital de referência para a região Centro-Oeste, tanto em sua estrutura como em sua concepção de atendimento a todas as pessoas que buscam seus serviços, sem nenhuma forma de discriminação. O desenvolvimento sistemático de pesquisas e a produção, sobretudo na área médica, credenciaram e legitimaram a Instituição a constituir-se em Hospital de Ensino. A Santa Casa desenvolve importante função como campo de estágio na formação de profissionais de saúde dos cursos da PUC Goiás nas áreas de Enfermagem, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Psicologia, Assistência Social e Medicina desde 2006, quando as duas instituições firmaram parceria para a articulação ensino-serviço.

Os principais serviços hospitalares oferecidos são: Laboratório de Análises Clínicas, Laboratório de Anatomia Patológica, Serviço de Radiologia, Banco de Sangue, Serviço de Nutrição, Serviço de Enfermagem, Serviço de Psicologia, Serviço de Fisioterapia, Serviço de Odontologia, Serviço de Hemodiálise, Serviço de Oncologia, Centro Obstétrico, Serviço de Farmácia, Serviço de Internação Hospitalar, Serviço de U.T.I, Centro Cirúrgico e Medicina Nuclear, nas especialidades de Cardiologia, Urologia, Neurologia, Nefrologia Clínica, Ortopedia e Traumatologia, Otorrinolaringologia, Dermatologia, Cirurgia Geral, Proctologia, Oftalmologia, Angiologia, Oncologia, Endocrinologia, Pneumologia, Reumatologia, Neurologia, Psiquiatria, Infectologia, Mastologia, Hematologia, Gastroenterologia e Cirurgias (Plástica, Torácica, Cabeça e Pescoço e Transplante renal).

#### 5.3.2.2 Empresas Juniores

As Empresas Juniores são associações civis, sem fins lucrativos, com finalidades educacionais, criadas, constituídas e geridas por estudantes regularmente matriculados nos cursos de graduação.

Na PUC Goiás, as Empresas Juniores foram regulamentadas em maio de 2016, segundo a Resolução CEPE n. 2, de 25 de maio de 2016, que estabelece normas de criação e funcionamento, visando despertar o empreendedorismo e estimular o acadêmico a buscar uma formação profissional que articulam os conhecimentos teóricos com a prática profissional.

Entende-se que as Empresas Juniores agregam valor ao resgate da Responsabilidade Social da Instituição, por meio de práticas voltadas aos aspectos socioeconômico, tecnológico e ambiental, desenvolvendo parcerias que insiram os acadêmicos no meio corporativo, objetivando a contextualização da teoria adquirida em sala de aula com a prática do mercado de trabalho.

### **5.3.2.3 Núcleo de Práticas Jurídicas**

O Núcleo de Práticas Jurídicas, responsável pela condução do estágio supervisionado para o curso de Direito, funciona como escritório de assistência judiciária atuando gratuitamente na assessoria jurídica à comunidade, nos termos do artigo 5º, LXXIV da Constituição da República e na forma da Lei nº 1.060/50, que ampara aqueles que não dispõem de meios ou recursos financeiros para arcar com custas e honorários advocatícios, sem prejuízo de seu sustento ou de sua família.

Entre os objetivos do Núcleo de Práticas Jurídicas estão o de apoiar projetos comunitários de cidadania e defesa dos direitos humanos, direitos do consumidor, desenvolver atividades de orientação junto à comunidade, atender demandas individuais e coletivas, relacionar-se com órgãos governamentais e não-governamentais por meio de convênios e parcerias, promover a interdisciplinaridade, propiciar aos estudantes da graduação uma visão crítico-humanística do Direito a partir de múltiplas práticas relacionadas à sua área de formação acadêmica. O Núcleo oferece, também, simulação processual, no qual os estudantes têm oportunidade de acompanhar e vivenciar a elaboração de vários processos nos mais diversos ramos do Direito, mas com destaque para causas civis, penais, previdenciárias e trabalhistas, face às exigências dos diversos campos jurídicos.

O Núcleo de Práticas Jurídicas, também, conta com estrutura física e técnica para colocar em prática as formas alternativas de solução de conflitos, com atividades efetivas de arbitragem, de negociação, de conciliação e de mediação, sob a supervisão de um professor/orientador junto ao 3º Centro Judiciário de Resolução de Conflitos e Cidadania do Tribunal de Justiça de Goiás, localizado no interior do Campus V.

### **5.3.2.4 Clínicas Escolas e Laboratório de Análises Clínicas**

As atividades que articulam a teoria e prática nos cursos da área da saúde são desenvolvidas nas diversas clínicas-escola da PUC Goiás. Esses espaços, por sua natureza, são destinados ao desenvolvimento das habilidades práticas e à prestação de serviços à comunidade, no atendimento nas áreas de fonoaudiologia, psicologia, Fisioterapia, Serviço Social, Nutrição, Exames Clínicos, entre outros.

**Clínica Escola de Fonoaudiologia e Saúde Auditiva** - criada em 2007, presta serviços à comunidade, por meio de convênio com o Ministério da Saúde, em atenção à saúde auditiva de média complexidade. Neste centro, são realizados exames audiológicos que possibilitam diagnóstico nosológico e funcional - diagnóstico fonoaudiológico - dos diversos distúrbios da audição.

**Clínica Escola Vida** - Criada em 2003, é campo de Estágio para os cursos de Psicologia, Fisioterapia, Serviço Social e Nutrição. Oferece atendimento especializado à comunidade nos setores de diagnóstico, avaliação, orientação e reabilitação.

**Laboratório Clínico** - credenciado ao Ministério da Saúde para atendimento via SUS, realiza diversos exames clínicos e é importante campo de estágio para o curso de Biomedicina.

**Centro de Estudos, Pesquisas e Práticas Psicológicas** - com atendimento desde 1976, é importante campo de Estágio do curso de Psicologia. Oferece atendimento gratuito nas áreas de Psicologia da saúde, hospitalar, organizacional, escolar, social e comunitária.

#### **5.3.2.5 PUC TV**

A PUC TV é veículo de produção de informações, meio de divulgação e valorização da cultura local e regional, bem como é um cenário de prática que possibilita a qualificação da formação dos estudantes do Curso de Jornalismo da Escola de Comunicação da PUC Goiás. As atividades desenvolvidas junto à PUC TV são: divulgação de programas de televisão e documentários produzidos por estudantes do curso de Jornalismo; visitas técnicas orientadas, em que um profissional da emissora acompanha os estudantes apresentando a rotina dos profissionais, os fluxos do trabalho e os equipamentos; e oferta de vagas de Estágio nas áreas de produção, reportagem, redação, edição e computação gráfica. Cabe ressaltar que no Estágio Supervisionado os estudantes de Jornalismo passam por todas as etapas de atuação profissional em televisão.

A PUC TV e a Escola de Comunicação desenvolvem, ainda, atividades durante a Jornada da Cidadania, em um espaço destinado especificamente para esse fim, onde são produzidos materiais para divulgação interna e externa das ações de extensão. Os estudantes, orientados pelos professores, realizam a cobertura jornalística e produzem conteúdo para a comunidade, agregando mais um componente indispensável para a prática profissional do estudante de Jornalismo. Os estudantes também desenvolvem projetos de extensão que resultem em produtos televisivos que auxiliem a divulgação da produção acadêmica da Universidade.

#### **5.3.2.6 Instituto do Trópico Subúmido**

Na perspectiva de ser espaço de investigação e reflexão acadêmica, o ITS foi implantado em 1992, como uma unidade suplementar de natureza científica, tecnológica, pedagógica e de extensão. Concentra suas ações no Sistema Biogeográfico dos Cerrados dos Chapadões Centrais do Brasil e suas funções englobam atividades de ciência e tecnologia, ordenamento espacial, desenvolvimento sustentado, promoção humana e educação ambiental. As atividades pedagógicas, de extensão e pesquisa procuram integrar multidisciplinarmente diversas áreas do conhecimento, bem como a graduação e a pós-graduação, e agentes públicos e privados, em um sistema de parcerias.

A partir de diferentes espaços de aprendizagem integra responsabilidade social e ambiental, valorizando a cultura e a etnografia do Estado de Goiás, em uma perspectiva de renovação da prática pedagógica vivenciada, objetivando alcançar uma melhor qualificação, bem como um direcionamento em função da problemática ambiental. O Memorial do Cerrado, organizado pelo Instituto, se constitui como espaço privilegiado de educação à biodiversidade, à sustentabilidade ambiental e à diversidade cultural. No Memorial a PUC Goiás oferece à população, especialmente às escolas da rede municipal e estadual, uma oportunidade de contato com o Cerrado e suas culturas tradicionais, se tornando laboratório de extensão para muitos cursos de graduação da Universidade.

## **6 POLÍTICAS PARA O ENSINO DE GRADUAÇÃO**

Considerando a dinâmica das realidades local, regional, nacional e mundial, a Universidade organiza seu projeto educativo, mobilizando e incentivando a produção científica, o ensino de qualidade e a extensão universitária que impacte o desenvolvimento social. Como dimensão constitutiva do processo educativo, o ensino necessita priorizar o desenvolvimento integral e a formação para o exercício da cidadania como princípios fundantes das relações humanas, éticas e sociais. A partir desse entendimento, seus cursos de graduação presenciais e a distância possibilitam aos estudantes a experiência da vida científica, política e cultural como importantes espaços que engendram autonomia intelectual, a efetiva leitura e ação crítica sobre os fundamentos teórico-metodológicos do conhecimento.

### **6.1 Política de ensino de graduação presencial**

#### **6.1.1 Concepção da política de ensino de graduação presencial**

A atualização da Política e Diretrizes de Ensino de Graduação, aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 20 de junho de 2018 e publicada no caderno 25 da Série Gestão Universitária, defronta-se com o desafio de compreender o significado social da ciência e da tecnologia para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, assim como o de promover a atenção aos valores éticos e religiosos, por meio do diálogo entre racionalidade científica e experiência religiosa em todas as práticas educativas; e de ações pedagógicas de reflexão e formação ética para a comunidade acadêmica e na sociedade. A concepção expressa na Política se alicerça nos elementos a seguir relacionados.

O entendimento do significado histórico-social das profissões encontra seus fundamentos nas determinações dos processos societários e na forma peculiar como se inscrevem na divisão social e técnica do trabalho. Nesse contexto, a PUC Goiás empenha-se em garantir aos estudantes as condições para levar a termo um projeto de estudo e formação, que privilegie a aquisição e o desenvolvimento de hábitos de investigação científica.

A flexibilidade curricular é entendida como essencial à implantação de propostas curriculares diferenciadas, que favoreçam o diálogo e a postura crítica perante os desafios apresentados pela sociedade contemporânea. Deve propiciar aos estudantes o pleno domínio de habilidades e competências relativas à sua área de formação, bem como à aquisição de outros instrumentais que possibilitem a compreensão da realidade.

A interdisciplinaridade é compreendida como uma atitude, que implica colocar-se na condição de fazer uso da razão, do esclarecimento e elucidar objetos do conhecimento sob o olhar da ciência. Quando se reconhece o lugar da interdisciplinaridade como atitude do pensamento, do esclarecimento e da razão, identifica-se também o lugar da ciência. A atitude interdisciplinar constitui exercício de diálogo constante entre o conhecimento científico e os desafios e problemas do mundo.

Teoria e prática são dimensões indissociáveis no ato de conhecer, devendo estar presentes no processo de ensino-aprendizagem de todos os componentes curriculares. A aquisição e o desenvolvimento de competência teórico-científica do estudante de graduação têm como requisito o conhecimento das teorias que fundamentam um saber científico, técnico, filosófico, estético ou artístico, incluindo a compreensão articulada do desenvolvimento histórico desses saberes e dos métodos lógico-investigativos e o domínio das linguagens que lhes são próprios.

Os determinantes técnico-científico-sociais pautam-se pelo perfil de profissional que se deseja formar e de sociedade que se pretende construir. Diante disso, as discussões

priorizam o eixo epistemológico de cada curso, com clara ênfase nos determinantes que orientam a natureza e o perfil profissional, bem como o diálogo com outras ciências e com o mundo do trabalho. Pretende-se, assim, assegurar as bases epistemológicas de cada currículo, a fim de fortalecer o perfil de profissional que saiba dominar, com competência e ética, os instrumentos técnico-operativos com os quais cada profissão se expressa em seu processo evolutivo.

A concepção de currículo e de produção de conhecimentos pressupõe que o ensino de graduação presencial deve ser capaz de possibilitar aos futuros profissionais o domínio de teorias e métodos, de múltiplos códigos e linguagens, bem como a formação e a qualificação adequada à dinâmica do mundo do trabalho. A ampliação da capacidade de análise crítica do mundo e de seus condicionantes históricos, políticos, sociais e culturais possibilita a apreensão dos saberes específicos de cada profissão. Os currículos desenvolvidos e trabalhados na Universidade devem, então, romper com a lógica instrumental, fundamentada na visão pragmática e estática do conhecimento, para constituírem-se em espaço de crítica e de produção de novos conhecimentos, intimamente articulados aos vários campos da vida social.

A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se constitui em princípio pedagógico que requer um esforço contínuo de entendimento das demandas atuais em seus recortes histórico-políticos e sociais. Segundo o Art. 5º da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018, a Extensão na Educação Superior deve promover:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

A formação integral retoma a capacidade de compreensão do mundo do trabalho e das alternativas sociais e políticas de transformação da sociedade. Pensar o ensino na dimensão da formação integral pressupõe ter em vista um projeto de sociedade sustentável, na qual o estudante possa contribuir positivamente com as questões éticas, ambientais, religiosas, da saúde, da cultura, da economia, dentre outras. O currículo é, então, uma prática de reflexão norteada por questões problematizadoras, a saber: por quê, para quem, como, com quais objetivos, para qual momento histórico.

O contexto histórico que configura a sociedade contemporânea exige que o ensino nos cursos de graduação seja o ponto de partida para a instituição da cultura de formação continuada. Isto requer, acima de tudo, que o projeto acadêmico da universidade esteja sintonizado com as demandas sociais, com a dinâmica na produção do conhecimento e com as mudanças do processo de organização do mundo do trabalho, reafirmando os vínculos científicos e intelectuais entre a graduação e a pós-graduação *lato e stricto sensu*.

A gestão acadêmica do ensino nos cursos de graduação apoia, acompanha, avalia e promove condições objetivas para a consolidação e efetivação dos Projetos Pedagógicos das Escolas (PPE) e dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC). Assumindo uma perspectiva participativa de gestão, a PUC Goiás experimenta múltiplas opções e formatos de cursos e currículos, alternativas didático-pedagógicas, bem como a utilização

de tecnologias de informação e comunicação e novos significados para o tempo e o espaço no processo de ensino-aprendizagem.

A colegialidade como prática de gestão sustenta-se em um modelo de gestão acadêmica compartilhada, capaz de articular os princípios e objetivos decorrentes do compromisso social da Instituição. Deve ser proativa, promover novas ideias e induzir os gestores à transformação contínua da ação acadêmico-administrativa. As Escolas também constituem instâncias mediadoras do processo de articulação dos cursos com outras instâncias e com o campo profissional no qual os egressos atuarão. Os princípios sobre os quais a colegialidade fundamenta sua prática podem assim ser sintetizados: integração entre as instâncias institucionais; convivência participativa de todos os segmentos; assunção de responsabilidades; acompanhamento e avaliação das atividades propostas; relação orgânica entre a direção e as demais instâncias envolvidas no projeto acadêmico.

A PUC Goiás desenvolve programas de mobilidade internacional, que proporcionam aos estudantes o aperfeiçoamento na formação acadêmica por meio de intercâmbio internacional. Durante a graduação a mobilidade acadêmica permite ao discente frequentar uma Instituição estrangeira conveniada por um período mínimo de um semestre e máximo de dois semestres acadêmicos, com a possibilidade de aproveitamento dos créditos obtidos no exterior. A PUC Goiás, também, recebe estudantes de outros países em busca de qualificação acadêmica e profissional, bem como docentes que objetivam a verticalização dos conhecimentos na área da docência. Há dezenas de convênios com instituições parceiras, localizadas nos continentes americano, europeu, africano e asiático.

A sustentabilidade financeira está apoiada na captação, alocação e aplicação de recursos para todas as atividades acadêmicas e administrativas. Para viabilizar a sustentabilidade financeira são estabelecidas, dentre outras, algumas ações: otimização da gestão administrativo-financeira, implementação de ações que visem à redução de gastos e a criação de programas de incentivo à adimplência das mensalidades.

As experiências inovadoras, na perspectiva do ensino de graduação, podem ser consideradas como atividades intencionais, desenvolvidas com o objetivo de solucionar problemas e/ou desafios nos diferentes âmbitos do processo de ensino-aprendizagem. De acordo com as diretrizes institucionais e o atual Plano Nacional de Educação torna-se evidente o caminho das inovações na perspectiva da formação humana e do desenvolvimento tecnológico.

### **6.1.2 Objetivos da política de ensino de graduação presencial**

Como critério orientador, tanto do ponto de vista da consecução de uma política que se expressa na colegialidade da gestão acadêmica quanto de uma prática pedagógica fundada na indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão nos cursos de graduação presencial, são objetivos da Política de Ensino de Graduação na PUC Goiás:

- Assegurar permanentemente a excelência acadêmica do ensino.
- Fortalecer o compromisso dos docentes quanto à execução, o acompanhamento, a avaliação e a qualificação do Projeto Pedagógico do Curso.
- Promover formação humanística que expresse responsabilidade e compromisso social com as demandas da sociedade.
- Promover formação generalista com vistas à atuação profissional crítica e ética para atender às exigências postas pelo mundo do trabalho e à dinâmica de suas transformações.
- Fortalecer a internacionalização acadêmica, a fim de promover a cooperação mútua e o desenvolvimento institucional, por meio de programas de intercâmbio

estudantil, de mobilidade de professores e de pesquisadores, de publicações, de realização e participação em eventos científicos internacionais.

- Apresentar diretrizes para a gestão acadêmica dos cursos de graduação, considerando a liberdade acadêmica e a autonomia universitária.
- Fortalecer a relação entre a teoria e a prática, articulando as dimensões teórico-metodológica e técnico-científica ao conhecimento da realidade e à dinâmica de sua transformação.
- Implementar novas opções e formatos de cursos e currículos, metodologias de ensino, alternativas didático-pedagógicas e procedimentos de avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- Fomentar o uso de Tecnologias da Informação e Comunicação no processo educacional, a fim de ressignificar o espaço e o tempo no ensino, na aprendizagem e na integralização curricular.
- Promover o desenvolvimento de habilidades e competências requeridas à formação profissional e à intervenção nos processos sociais.
- Fortalecer o diálogo e a cooperação com os diversos setores sociais a nível local, regional e nacional.
- Orientar práticas de gestão acadêmica coerentes com a excelência do ensino na graduação, que sejam indutoras de política de gerenciamento dos cursos, dos processos pedagógicos e da promoção de ações interdisciplinares como espaço de diálogo entre os vários campos do conhecimento.
- Estimular práticas de gestão proativas, tendo em vista os processos de articulação dos cursos com outras instâncias e com o campo profissional em que os egressos atuarão, como estratégia de consolidação dos princípios que norteiam o ensino na PUC Goiás.
- Ampliar as condições de acesso e permanência nos cursos de graduação de pessoas oriundas de diferentes grupos sociais, incluindo aquelas com deficiência e com diferentes experiências culturais e educacionais.
- Assegurar o respeito à diversidade cultural e étnico-racial da comunidade acadêmica.
- Estimular a produção da pesquisa, bem como fortalecer a iniciação científica;
- promover, permanentemente, a atualização e a ampliação da infraestrutura institucional necessária à qualificação dos cursos.
- Implementar ações com vistas ao acompanhamento e ao desenvolvimento profissional dos egressos.
- Fomentar o Programa de Formação Continuada de Professores, Gestores Acadêmicos e pessoal técnico-administrativo.
- Promover práticas de sustentabilidade e de viabilidade dos cursos de graduação.

### **6.1.3 Referenciais da política curricular**

A centralidade na fundamentação teórica, o fortalecimento da dimensão pedagógica, a dimensão curricular e a gestão pedagógica do currículo consistem em referenciais que subsidiam a política curricular na PUC Goiás. Esses referenciais resultam de experiências e práticas desenvolvidas com a finalidade de estruturar as propostas curriculares dos cursos de graduação. No contexto da Política e Diretrizes do Ensino de Graduação (2018), eles se encontram sistematizados com o propósito de oferecer elementos de análise e consistência que assegurem a qualidade dos cursos de graduação presencial e a distância da Instituição, tendo em vista que os cursos “destinam-se à formação integral da pessoa, em suas dimensões científica, técnica, estética, ética, ambiental, humana, profissional,

social e espiritual, preparando-a para o exercício pleno da cidadania e qualificando-a para o mundo do trabalho” (REGIMENTO GERAL, 2017, p. 74). Na organização do currículo, é conferido destaque particular às disciplinas do eixo epistemológico, mediante o aprofundamento dos conteúdos das disciplinas profissionalizantes. Nesta perspectiva,

- enfatiza-se o processo de produção das ciências e o domínio da linguagem própria que expressam o seu processo histórico, em consonância com o paradigma que orienta as ciências na contemporaneidade;
- exige-se sólida formação científica, tecnológica, ética, humanística, social, configurando-se em uma educação que considera o ser humano em sua integralidade;
- articula-se teoria e prática, seja na abordagem eminentemente teórica dos conteúdos, seja nas atividades práticas, no uso de metodologias ativas, conferindo ao estudante efetiva responsabilidade na condução de sua aprendizagem, mediante permanente situação de conflito com a realidade, desenvolvendo o raciocínio, a capacidade de tomada de decisão e a criatividade;
- forma-se o profissional comprometido com a construção de uma sociedade na qual o saber seja propiciador da inclusão social e do exercício da cidadania, fortalecendo os princípios éticos, a solidariedade e a emancipação humana.

A participação dos estudantes em outros espaços acadêmicos e dimensões da vida social e produtiva enriquece a formação do futuro profissional. Por sua vez, o planejamento e a colegialidade articulados e articuladores do projeto pedagógico, assim como a otimização de espaço, tempo e recursos, as oportunidades de vivenciar experiências acadêmicas em ambientes que permitam a convivência com situações diversas, ampliam a compreensão do campo profissional do estudante. Desse modo, na organização curricular:

- requer-se o emprego de metodologias orientadas, permanentemente, à atuação do estudante como protagonista da aprendizagem, visando a sua formação com autonomia de pensamento e o desenvolvimento de habilidades e competências que qualifiquem o seu exercício profissional;
- exige-se que a proposta de avaliação discente contenha os instrumentos utilizados, os quais devem não só apreender os conteúdos fundantes das disciplinas, mas também serem capazes de qualificar a aprendizagem. Além disso, devem ser considerados os critérios que regulamentam o sistema de avaliação discente da PUC Goiás;
- contempla-se, ainda, a implementação de programas de nivelamento nos cursos: tutorias, cursos online, acompanhamento de ingressantes, Programa de Orientação Acadêmica – Proa e monitorias condizentes com a dimensão pedagógica do currículo.

Nesse sentido, os currículos na graduação são constituídos de conteúdos básicos e conteúdos profissionais essenciais para o desenvolvimento de habilidades e competências, bem como a formação de atitudes requeridas aos egressos de cada área no exercício da vida profissional e cidadã. Assim, a dimensão curricular manifesta-se no conjunto das ações e estratégias que possibilitam a integração ensino-pesquisa-extensão. Nesta perspectiva:

- o currículo visa à formação do perfil de egresso/profissional que seja capaz de pensar, decidir, planejar e, portanto, apto a realizar atividades nos níveis global e regionais e locais em sua área de conhecimento;
- os conteúdos curriculares devem expressar coerência com os objetivos gerais e específicos almejados;

- a organização dos componentes curriculares expressos na matriz curricular considera dois campos de formação organicamente interligados: formação humanística e formação profissional fundamentada em sólida base epistemológica;
- a prática deve permear todo o curso desde o seu início, pois ela não é uma reprodução da teoria, tampouco a teoria é o reflexo da prática, constitui um *modus operandi* cujo conteúdo é traspassado por uma teoria.

#### **6.1.4 Concepção de avaliação da aprendizagem**

O Sistema de Avaliação da Aprendizagem na PUC Goiás é concebido dentro de um processo que integra a aprendizagem do estudante e a intervenção pedagógica do professor, na direção da construção do conhecimento e da formação profissional, técnica, humana e cidadã.

A avaliação constitui-se de um meio e não de uma finalidade, refletindo os princípios filosóficos, pedagógicos, políticos e sociais que orientam a relação educativa com vistas ao crescimento e ao desenvolvimento do discente na sua integralidade. Valendo-se de uma metodologia que permita avaliar o processo de formação conforme os perfis e competências que norteiam os projetos pedagógicos de curso, na perspectiva formativa. A avaliação discente segue as normas estabelecidas para todos os cursos da PUC Goiás, conforme especificado no Regimento Geral, é desenvolvida de forma contínua, por meio de exercícios, trabalhos práticos, projetos, relatórios, painéis, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, estudos de caso, entrevistas, provas e outras atividades correlatas, de modo a garantir a avaliação dos processos ensino-aprendizagem.

Além das avaliações específicas de cada disciplina, a PUC Goiás realiza semestralmente a Avaliação Interdisciplinar em todos os cursos de graduação. A estrutura da Avaliação Interdisciplinar institucional viabiliza aos discentes a percepção de temas comuns entre as disciplinas e a compreensão da natureza do curso de graduação, possibilitando questionamentos e entendimentos relativos à sua formação profissional e a inserção da sua formação acadêmica nos contextos social, político, econômico e cultural da vida social.

A Avaliação Interdisciplinar foi implementada e regulamentada por meio da Resolução n. 003/2012 da Câmara de Graduação do Conselho de Ensino, Pesquisa, extensão e Administração da PUC Goiás. Esta avaliação expressa o esforço de um trabalho articulado entre os docentes e contempla vivências interdisciplinares nos períodos ou módulos dos cursos. Também oferece condições para que o Projeto Pedagógico do curso seja sempre revisitado e subsidiando elementos para a autoavaliação dos cursos.

#### **6.1.5 Modalidades de acesso e seleção**

O processo seletivo discente - vestibular, regulamentado em edital, é realizado semestralmente mediante aproveitamento da nota obtida no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) ou por prova aplicada pela Instituição.

As vagas remanescentes do vestibular são preenchidas por candidatos selecionados via processos de reopção de curso, transferências externas e portadores de diplomas de nível superior. Estas modalidades de ingresso têm período de inscrição e de seleção previstos no calendário acadêmico da PUC Goiás.

Com objetivo de assegurar a entrada e a permanência dos estudantes oriundos de famílias de baixa renda, a PUC Goiás instituiu o Vestibular Social que consiste na concessão de bolsa de estudos de 50% do valor da mensalidade do curso. Essa modalidade de vestibular

tem edital próprio e para usufruir desse benefício, o candidato deverá atender a critérios estabelecidos, especialmente quanto aos aspectos socioeconômicos.

O Processo Seletivo da Instituição é aplicado:

- aos candidatos oriundos do Ensino Médio (Vestibular);
- aos candidatos de outras IES (Transferência Externa);
- aos candidatos graduandos pela PUC-Goiás, que desejem mudar de curso (Reopção de Curso); e
- aos candidatos já graduados e que pretendem cursar outra graduação (Portadores de Diploma).

### **6.1.6 Política de formação de professores para a educação básica**

A PUC Goiás desenvolve, há mais de três décadas um Projeto de Formação de Professores, que implementa sua Política Institucional de formação de profissionais para a educação, como opção estratégica de compromisso social, para enfrentar o paradoxo brasileiro da tensão entre a demanda emergente por educação e o baixo investimento em educação, que redundava na desvalorização do profissional docente. O Projeto sempre integrou o planejamento estratégico da Instituição e seus PDI, antecipando a exigência da Portaria n. 158 de 10 agosto de 2017, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Nas décadas de 1980 e 1990, o Brasil vivenciou um contexto econômico, político e social de intensos debates em torno dos processos de lutas sociais pela redemocratização do País, com forte incidência no projeto educacional brasileiro pautado pelo reordenamento do papel do Estado e da educação. Em meio às lutas dos movimentos sociais, destacava-se a defesa pela ampliação do direito à educação gratuita de qualidade, em todos os níveis e modalidades, e o fortalecimento da cidadania como condição humana e política. Neste cenário, a Universidade consolidou sua opção estratégica e política de compromisso social pela formação de professores. Amadureceu sua compreensão do papel do professor, alicerçada numa compreensão crítica das questões científicas, filosóficas, éticas, técnicas e políticas da educação que lhe permitissem agir e intervir, no trabalho de recriar a realidade, como agente da cultura e de sua história individual e social, por meio da atuação profissional e de uma produção teórica sólida e consistente.

Em 1994, a Universidade criou o Programa de Formação de Professores coordenado pelo Colegiado das Licenciaturas que, à época, responsabilizava-se por promover a articulação dos Departamentos, acompanhando e avaliando permanentemente a implementação da Política de Formação de Professores, concretizada por um currículo com uma base comum a todas as Licenciaturas, cujo objetivo consistia em formar com qualidade o professor da escola básica.

Enquanto a PUC Goiás consolidava sua concepção de formação de professores crítica, interdisciplinar, integrada e inovadora, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB n. 9394/96), exigindo que a formação superior para atuar na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, promoveu a partir de 1996 a expansão dos cursos de formação de professores no setor privado. Neste cenário, mais uma vez a PUC Goiás reafirmou sua opção por um projeto que tivesse a universidade como *locus* da formação docente alicerçada na concepção de professores/pesquisadores. Defendia-se, à época, uma compreensão ampliada do campo de trabalho dos profissionais da educação, que requeria capacitação adequada para atuar nas áreas específicas como professores e desempenhar as funções de assessoria, coordenação, gestão e pesquisa nas escolas, nos sistemas de ensino e demais ambientes educativos, como os movimentos sociais e os espaços de educação não formal.

A partir de 2002, os cursos passaram a ser orientados pelas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica (Resolução CNE/CP n. 1, de 18 de fevereiro de 2002), confirmando a opção institucional pela formação de professores assentada em sólida base teórica, compromisso social e político, com vista ao desenvolvimento de uma Educação Básica de qualidade. A opção pela docência como eixo epistemológico assegurava um núcleo comum a todos os cursos de formação de professores, concretizando-se por meio de disciplinas e atividades de caráter científico-cultural, humanístico e pedagógico, visando a possibilitar ao estudante a compreensão das relações existentes entre o processo educacional e a globalidade das dinâmicas sociais, políticas e culturais. A fim de assegurar a entrada e a permanência dos discentes nos cursos de formação de professores, a PUC Goiás criou em 2010 o Vestibular Social para o enfrentamento da baixa demanda nas Licenciaturas. Um dos princípios centrais do Vestibular Social é a inclusão social, concebendo o ingresso à Universidade como uma possibilidade de democratização do acesso ao conhecimento que é historicamente produzido por todos.

Integra a política para a formação de professores o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), decorrente da ação conjunta da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e da Diretoria de Educação Básica Presencial do Ministério da Educação. O Pibid foi instituído em 2009, para o aperfeiçoamento e a valorização da formação inicial de professores para a educação básica em instituições públicas de ensino, e a PUC Goiás participa do Programa desde o lançamento do primeiro edital em 2010.

A coordenação institucional do Programa tem como foco e objetivo prioritário integrar a educação superior com a educação básica, visando à proposição de alternativas pedagógicas que qualifiquem o sistema público de ensino e promover ações colaborativas envolvendo a PUC Goiás e a escola pública de educação básica no desenvolvimento de alternativas metodológicas inovadoras.

O Pibid promover a aproximação entre ensino, pesquisa e extensão no campo da prática educativa, envolvendo ações integradas de docentes e estudantes de graduação e pós-graduação em projetos de pesquisa e extensão.

A partir de 2014, como a nova configuração da universidade em Escolas, as licenciaturas passam a ser oferecidas na intersecção de três Escolas: Escola de Formação de Professores e Humanidades: cursos de Educação Física, Filosofia, Geografia, História, Letras e Pedagogia; Escola de Ciências Exatas e da Computação: cursos de Física, Matemática e Química; e Escola de Ciências Agrárias e Biológicas : curso de Ciências Biológicas. Nas Escolas se torna possível uma melhor articulação entre graduação e pós-graduação (*lato e stricto sensu*) no Projeto de formação de professores.

Neste contexto, a PUC Goiás implementou o Fórum das Licenciaturas como espaço de debates, fortalecimento político e troca de experiências para a gestão da Política de Formação de Professores. Composto pelos Diretores e Coordenadores das Escolas que oferecem Cursos de Licenciatura, este Fórum é imprescindível para acompanhar e avaliar a Política de Formação de Professores da PUC Goiás. Resultado de amplas discussões redefiniu-se a partir de 2014, às diretrizes comuns aos cursos de Formação de Professores da PUC Goiás em um esforço institucional para atender às exigências contidas na Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015, e nas Diretrizes Curriculares Específicas dos Cursos de Licenciaturas, primando: a) por uma proposta inovadora no campo da formação inicial e continuada; b) pelo fortalecimento dos princípios que orientam a formação de professores; c) pela inovação curricular que agrega Projeto Integrador, Prática como Componente Curricular Orientada, Fundamentos Gerais da Docência,

Linguagens e Comunicação, Formação em Humanidades, Estudos Interdisciplinares, Formação Específica, Atividades Complementares; e Formação Específica Articulada; d) pela flexibilização curricular mediante a oferta de disciplinas eletivas; e) pelo exercício da interdisciplinaridade no desenvolvimento das atividades acadêmicas ao longo do curso; f) pela articulação e verticalização dos estudos da graduação, pós-graduação e extensão; e g) pelo rigor científico nos processos acadêmicos (pesquisa, registro, sistematização, documentação e socialização do conhecimento).

A responsabilidade social da Instituição e seu comprometimento com o desenvolvimento local e regional tem, ao longo de sua história, reforçado o compromisso com a formação de professores para atuar na educação básica. O Projeto de formação de professores abrange tanto a graduação como, também, a pós-graduação *lato e stricto sensu*. Em atendimento à Portaria n. 158, de 10 de agosto de 2017, que dispõe sobre a participação das Instituições de Ensino Superior nos programas de fomento da Diretoria de Formação de Professores da Educação Básica, a PUC Goiás reforça seu compromisso com oferta de cursos de Licenciatura em diferentes áreas, bem como cursos de Especialização, Mestrado e Doutorado.

A opção fundamental da PUC Goiás pela formação de professores resultou também na concessão da Cátedra da UNESCO “Ciência da Educação para a Formação de Professores e Investigação Educativa”, desde 1997. A Cátedra integra o conjunto de 12 Cátedras, na América Latina e Caribe, dedicadas à Educação Superior e sob a coordenação do Instituto Internacional para a Educação Superior na América Latina e Caribe (IESALC) – organismo da UNESCO. Foi concedida em 1997 à PUC Goiás em reconhecimento de seu compromisso na formação de professores de Educação Básica, em âmbito regional e nacional, visando promover e realizar projetos e atividades de formação docente que contribuam para melhorar a qualidade da educação.

O reconhecimento da UNESCO valoriza o histórico de ações da PUC Goiás na área de formação de professores, iniciadas com o projeto “Licenciatura concentrada: um projeto em construção”, no ano de 1984, em parceria com a Universidade Federal de Goiás, a Diocese de Goiás e a Secretaria de Estado da Educação. Em 1994, 800 discentes já haviam concluído esse nível de formação e 1.568 estavam matriculados na área de abrangência do Projeto.

Todas as ações desenvolvidas pela Instituição na área de formação de professores de educação básica reafirmam o compromisso da PUC Goiás com a formação desses profissionais e fortalecem o objetivo da Cátedra de “promover e realizar projetos e atividades direcionadas à formação docente de educação básica e de investigação educativa, que contribuam para melhorar a qualidade da educação”. Essas ações, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, são relatadas, anualmente, em documento encaminhado à UNESCO. Exigência para a renovação da Cátedra.

### 6.1.7 Cursos de graduação presenciais

| COD. NA PUC | CURSO                                 | *HAB | TURNO DE FUNCIONAMENTO |      |     |     | VAGAS AUTORIZADAS | Quantidade de Períodos | CÓDIGO INEP | Ato Regulatório              | Ch. DCNs          | Ch na IES | Enade | CPC |
|-------------|---------------------------------------|------|------------------------|------|-----|-----|-------------------|------------------------|-------------|------------------------------|-------------------|-----------|-------|-----|
|             |                                       |      | MAT                    | VESP | NOT | INT |                   |                        |             |                              |                   |           |       |     |
| 1           | DIREITO                               | B    |                        |      |     |     | 1840              | 10                     | 10792       | Port. MEC 419 de 08/05/2017  | 3700 <sup>1</sup> | 3940      | 3     | 3   |
| 2           | PEDAGOGIA                             | L    |                        |      |     |     | 180               | 08                     | 10793       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 3200 <sup>1</sup> | 3200      | 3     | 3   |
| 3           | PSICOLOGIA                            | B    |                        |      |     |     | 300               | 10                     | 10794       | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 4000 <sup>1</sup> | 4060      | 3     | 3   |
| 7           | SERVIÇO SOCIAL                        | B    |                        |      |     |     | 120               | 08                     | 10798       | Port. MEC 136 de 01/03/2018  | 3000 <sup>1</sup> | 3000      | 3     | 4   |
| 10          | FONOAUDIOLOGIA                        | B    |                        |      |     |     | 80                | 08                     | 10796       | Port. MEC 822 de 30/12/2014  | 3200 <sup>1</sup> | 3330      | 2     | 2   |
| 11          | FILOSOFIA                             | L    |                        |      |     |     | 30                | 08                     | 10809       | Port. MEC 286 de 21/12/2012  | 2800 <sup>1</sup> | 3290      | 3     | 4   |
| 16          | ARQUITETURA E URBANISMO               | B    |                        |      |     |     | 180               | 10 / 12                | 10800       | Port. MEC 286 de 21/12/2012  | 3600 <sup>1</sup> | 4440      | 3     | 3   |
| 18          | FÍSICA                                | L    |                        |      |     |     | 60                | 08                     | 10799       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 2810      | 3     | 4   |
| 21          | CIÊNCIAS ECONÔMICAS                   | B    |                        |      |     |     | 100               | 08                     | 10805       | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 3000 <sup>1</sup> | 3000      | 2     | 3   |
| 22          | CIÊNCIAS CONTÁBEIS                    | B    |                        |      |     |     | 400               | 08                     | 10806       | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 3000 <sup>1</sup> | 3000      | 2     | 3   |
| 23          | ADMINISTRAÇÃO                         | B    |                        |      |     |     | 420               | 08                     | 10807       | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 3000 <sup>1</sup> | 3000      | 3     | 3   |
| 24          | ENFERMAGEM                            | B    |                        |      |     |     | 300               | 10                     | 10808       | Port. MEC 276 de 20/04/2018  | 4000 <sup>1</sup> | 4020      | 3     | 3   |
| 25          | ENGENHARIA CIVIL                      | B    |                        |      |     |     | 240               | 10                     | 10803       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 3600 <sup>1</sup> | 4260      | 3     | 3   |
| 26          | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS-MODALIDADE MÉDICA | B    |                        |      |     |     | 160               | 09                     | 10802       | Port. MEC 136 de 01/03/2018  | 3200 <sup>1</sup> | 3260      | 3     | 3   |
| 27          | ZOOTECNIA                             | B    |                        |      |     |     | 120               | 10                     | 10813       | Port. MEC 136 de 01/03/2018  | 3600 <sup>1</sup> | 3700      | 2     | 3   |
| 28          | CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO                 | B    |                        |      |     |     | 340               | 10                     | 10814       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 3200 <sup>2</sup> | 3630      | 4     | 3   |
| 29          | ENGENHARIA DE ALIMENTOS               | B    |                        |      |     |     | 180               | 10                     | 19773       | Port. MEC 541 de 25/08/2014  | 3600 <sup>1</sup> | 4230      | 1     | 2   |
| 33          | ENGENHARIA DE COMPUTAÇÃO              | B    |                        |      |     |     | 200               | 10                     | 20598       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 3200 <sup>2</sup> | 4110      | 2     | 3   |
| 35          | ENGENHARIA AMBIENTAL                  | B    |                        |      |     |     | 200               | 10                     | 20590       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 3600 <sup>1</sup> | 4140      | 3     | 3   |
| 36          | QUÍMICA                               | L    |                        |      |     |     | 60                | 08                     | 74642       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 2840      | 2     | 3   |
| 37          | ENGENHARIA DE PRODUÇÃO                | B    |                        |      |     |     | 100               | 10                     | 20591       | Port. MEC 286 de 21/12/2012  | 3600 <sup>1</sup> | 4110      | 4     | 3   |
| 38          | ENGENHARIA ELÉTRICA                   | B    |                        |      |     |     | 100               | 10                     | 20592       | Port. MEC 286 de 21/12/2012  | 3600 <sup>1</sup> | 4170      | 2     | 3   |
| 40          | FISIOTERAPIA                          | B    |                        |      |     |     | 320               | 09                     | 20595       | Port. MEC 136 de 01/03/2018  | 4000 <sup>1</sup> | 4030      | 3     | 3   |
| 42          | DESIGN                                | B    |                        |      |     |     | 80                | 08                     | 20596       | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 2400 <sup>1</sup> | 2640      | 3     | 3   |
| 43          | RELAÇÕES INTERNACIONAIS               | B    |                        |      |     |     | 120               | 08                     | 20599       | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 2700 <sup>3</sup> | 2730      | 3     | 3   |
| 44          | TEOLOGIA                              | B    |                        |      |     |     | 60                | 08                     | 38943       | Port. MEC 429 de 15/05/2017  | 2900 <sup>4</sup> | 3040      | 4     | 4   |
| 47          | CIÊNCIAS AERONÁUTICAS                 | B    |                        |      |     |     | 180               | 08                     | 21534       | Port. MEC 1344 de 15/12/2017 | 2500 <sup>5</sup> | 3130      |       |     |
| 49          | EDUCAÇÃO FÍSICA - Licenciatura        | L    |                        |      |     |     | 120               | 08                     | 38958       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 2960      | 3     | 3   |
| 50          | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - Bacharelado     | B    |                        |      |     |     | 100               | 08                     | 107734      | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 3200 <sup>1</sup> | 3320      | 2     | 3   |
| 51          | CIÊNCIAS BIOLÓGICAS - Licenciatura    | L    |                        |      |     |     | 120               | 08                     | 107736      | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 3380      | 2     | 3   |
| 52          | GEOGRAFIA                             | L    |                        |      |     |     | 40                | 08                     | 10804       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 3230      | 4     | 4   |
| 53          | HISTÓRIA                              | L    |                        |      |     |     | 100               | 08                     | 10797       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 2810      | 3     | 3   |
| 54          | MATEMÁTICA                            | L    |                        |      |     |     | 60                | 08                     | 10811       | Port. MEC 919 de 27/12/2018  | 2800 <sup>1</sup> | 2840      | 3     | 3   |
| 60          | MEDICINA                              | B    |                        |      |     |     | 124               | 12                     | 84408       | Port. MEC 60 de 02/02/2018   | 7200 <sup>6</sup> | 8000      | 3     | 3   |
| 64          | ARQUEOLOGIA                           | B    |                        |      |     |     | 40                | 07                     | 93995       | Port. MEC 278 de 20/04/2018  | 2400 <sup>1</sup> | 2640      |       |     |
| 66          | PUBLICIDADE E PROPAGANDA              | B    |                        |      |     |     | 100               | 08                     | 103808      | Port. MEC 271 de 03/04/2017  | 2700 <sup>1</sup> | 2900      | 3     | 3   |
| 67          | NUTRIÇÃO                              | B    |                        |      |     |     | 160               | 08                     | 97685       | Port. MEC 136 de 01/03/2018  | 3200 <sup>1</sup> | 3300      | 4     | 3   |

|     |  |   |  |  |  |     |    |         |                               |       |      |   |   |
|-----|--|---|--|--|--|-----|----|---------|-------------------------------|-------|------|---|---|
| 118 | ENG. DE CONTROLE E AUTOMAÇÃO - MECATRÔNICA | B |  |  |  | 100 | 10 | 116092  | Port. MEC 919 de 27/12/2018   | 3600' | 3990 | 3 | 3 |
| 120 | ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS      | T |  |  |  | 40  | 06 | 116110  | Port. MEC 919 de 27/12/2018   | 2000' | 2110 | 3 | 4 |
| 121 | GASTRONOMIA                                | T |  |  |  | 80  | 04 | 113417  | Port. MEC 419 de 08/05/2017   | 1600' | 1680 | 4 | 4 |
| 123 | FARMÁCIA                                   | B |  |  |  | 100 | 10 | 1179787 | Port. MEC 136 de 01/03/2018   | 4000' | 4080 | 3 | 3 |
| 125 | LETRAS                                     | L |  |  |  | 80  | 08 | 10795   | Port. MEC 919 de 27/12/2018   | 2800' | 2870 | 3 | 3 |
| 127 | JORNALISMO                                 | B |  |  |  | 160 | 08 | 103810  | Port. MEC 271 de 03/04/2017   | 2700' | 3000 | 2 | 3 |
| 128 | EDUCAÇÃO FÍSICA - Bacharelado              | B |  |  |  | 120 | 08 | 338958  | Port. MEC 3.799 de 17/11/2004 | 3200' | 3300 |   |   |
| 129 | AGRONOMIA                                  | B |  |  |  | 120 | 10 | 1421449 |                               | 3600' | 3700 |   |   |
| 130 | MEDICINA VETERINÁRIA                       | B |  |  |  | 300 | 10 | 1421451 |                               | 4000' | 4045 |   |   |

\*HAB – HABILITAÇÃO – B = Bacharelado / L = Licenciatura / T = Tecnólogo

CAS/Prograd -

11/12/2019.

(<sup>1</sup>) REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA / (<sup>2</sup>) RESOLUÇÃO Nº 5, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016 / (<sup>3</sup>) RESOLUÇÃO Nº 4, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017 / (<sup>4</sup>) PARECER CNE/CES Nº: 60/2014 / (<sup>5</sup>) PARECER CNE/CES Nº 225/2012 / (<sup>6</sup>) RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE JUNHO DE 2014 / (<sup>7</sup>) CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA



### **6.1.8 Metas para o ensino de graduação presencial**

- M1 Qualificar 100% dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Graduação promovendo a excelência na qualidade do ensino.
- M2 Implantar novos cursos presenciais de Bacharelado: Medicina Veterinária, Agronomia, Direito no Campus II e Odontologia.
- M3 Qualificar a gestão do processo de ensino-aprendizagem por meio de apoio pedagógico e promover a formação continuada de coordenadores de curso, abordando temáticas voltadas à gestão pedagógica.
- M4 Elaborar projeto norteador para implementação do Núcleo de Apoio Pedagógico nas Escolas.
- M5 Ampliar e consolidar o uso das metodologias participativas/ativas nos diversos cursos.
- M6 Elaborar e executar estratégias de ampliação da participação docente e discente no processo de autoavaliação Institucional para avaliarem as condições de oferta dos cursos de graduação, bem como aperfeiçoar os meios de socialização de seus resultados e das ações de melhoria decorrentes dos processos avaliativos.
- M7 Estimular e orientar o desenvolvimento de modelos curriculares e metodologias diferenciadas, em função das especificidades de cada curso.
- M8 Criar programa integrado para a inserção e o desenvolvimento dos temas transversais (biodiversidade, diversidade cultural, direitos humanos e igualdade étnico-racial) e das temáticas relativas à formação humana em todos os cursos.
- M9 Finalizar o projeto e implantar o PUC Diário para registro online de notas e frequências, acessível aos estudantes.
- M10 Capacitar os docentes para uso mais efetivo dos recursos disponíveis no SOL.
- M11 Qualificar a Avaliação Interdisciplinar (AI) com a implantação da Matriz de Referência das habilidades e competências por curso para orientar a elaboração do instrumento de avaliação.
- M12 Reformular e aprovar a Política e Diretrizes do Ensino de Graduação Presencial.
- M13 Elaborar o plano estratégico para a reconfiguração das formas de captação de estudantes para os cursos de graduação, ampliando a divulgação e a interlocução com a sociedade e com os estudantes do Ensino Médio da região.
- M14 Desenvolver projeto de ação com professores e estudantes para o estudo e a compreensão crítica do sistema de avaliação do Enade.
- M15 Implementar até 40% de EaD (Portaria 2.117/2019) em todos os cursos de Graduação, de acordo com a legislação vigente;

### **6.2 Política de ensino de graduação a distância**

#### **6.2.1 Concepção da política de ensino de graduação a distância**

A PUC Goiás implementa a Educação a Distância como mais uma possibilidade de formar pessoas, assegurando-lhes o desenvolvimento integral para o pleno exercício da cidadania e para a inserção qualificada no mundo do trabalho. Embora essa modalidade de ensino possua características, linguagem e formato próprios, antes de pensar no seu modo de organização, o essencial a ser considerado na elaboração do projeto educativo

Institucional, é a compreensão da educação como seu fundamento primeiro e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como suas dimensões constitutivas.

Fundamentada nos parâmetros norteadores de toda ação acadêmica, quais sejam: a excelência acadêmico-institucional e a responsabilidade social, o processo formativo em EaD, na PUC Goiás, propõe-se a capacitar profissionais aptos a responder, de forma ética, crítica e autônoma, às demandas sociais e às relativas ao mercado de trabalho. Neste sentido, a EaD visa ao desenvolvimento integral, à formação cidadã e profissional, proporcionando aos estudantes vivências acadêmicas no âmbito científico, político e cultural (PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS, 2018).

Com base nesses pressupostos, a EaD constitui um processo educacional no qual a mediação pedagógico-didática ocorre mediante a utilização de tecnologias de informação e comunicação, com estratégias de ensino que estimulam a participação ativa e autônoma do estudante e a capacidade de gerir sua formação. Cabe considerar a especificidade dessa metodologia, que se efetiva em espaço e tempo diferentes do local de ensino.

Dessa forma, o ato de ensinar e aprender constitui-se, em um processo orientado, dialógico, comunicativo, interativo e social, em que o estudante tem participação ativa e autônoma e o professor o papel de mediador que intervém tanto para auxiliar o acadêmico em sua aprendizagem, como para dinamizar o processo educacional. Nesse sentido, a metodologia proporciona ao estudante o protagonismo em seu processo de aprendizagem, exigindo ações contínuas de avaliação e acompanhamento, tanto do aspecto cognitivo e como do afetivo. A formação educacional a distância responde às demandas da sociedade contemporânea que é, cada vez mais, dependente do uso das tecnologias. Ela é, também, facilitada pela popularização e democratização do acesso às tecnologias da informação e de comunicação.

### **6.2.2 Objetivos da política de ensino de graduação a distância**

Nesta perspectiva, a Política de Educação a Distância da PUC Goiás tem por objetivos:

- Promover o desenvolvimento da cultura da Educação a Distância na PUC Goiás.
- Assegurar a excelência acadêmica do ensino, promovendo a formação científica e humanística com vistas à atuação profissional crítica e ética.
- Articular a Política de Ensino de EaD com os princípios norteadores da Política e Diretrizes do Ensino de Graduação da PUC Goiás.
- Desenvolver propostas pedagógicas que considerem a flexibilidade de tempo e espaço, bem como as metodologias participativas.
- Orientar práticas de gestão acadêmica com vistas à excelência do ensino.
- Estimular ações pedagógicas com suporte tecnológico que enriqueçam o processo ensino-aprendizagem a distância.
- Fomentar o uso de recursos comunicacionais presentes no Ambiente Virtual de Aprendizagem a fim de proporcionar dialogicidade e interação entre professores, tutores e estudantes no processo educacional.
- Favorecer a formação pedagógica e tecnológica do corpo docente com vistas a qualificar continuamente o processo ensino-aprendizagem a distância.
- Incentivar a incorporação das tecnologias, ferramentas e conteúdos disponíveis para EaD, aos avanços metodológicos da educação presencial.

### **6.2.3 Referenciais da política curricular**

Os currículos para os cursos em EaD são constituídos por projetos, ações e atividades que visam garantir a socialização dos conhecimentos científicos e a formação integral dos

sujeitos. Privilegia-se o desenvolvimento do pensamento, da capacidade crítica e da autonomia intelectual do estudante com vistas à participação ativa no processo de construção do conhecimento.

O Projeto Pedagógico de Curso segue o roteiro proposto na Política e Diretrizes do Ensino de Graduação e, ao definir a estrutura curricular, em módulos, ciclos, eixos ou itinerários formativos diversificados, deverá considerar as especificidades da EaD. Já os conteúdos a serem trabalhados em uma abordagem contextualizada e interdisciplinar, devem ter relevância social, oferecer elementos para análise, compreensão e transformação da sociedade.

Os Projetos Pedagógicos de Cursos de graduação a distância, devem especificar as formas de uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) e as suas ferramentas comunicacionais, por exemplo, chat, webconferência, fórum de discussão, uso de laboratórios virtuais, ensino com pesquisa com uso de biblioteca virtual.

No AVA são publicados os materiais do curso na forma de texto, imagens, áudio e/ou vídeo, organizados de forma problematizadora, com vistas a provocar a reflexão sobre os conteúdos disciplinares. Os conteúdos e as tecnologias utilizadas nesses materiais são, sistematicamente, revisados e atualizados. Estão, também, disponíveis para o estudante, ferramentas que auxiliam na acessibilidade de baixa e nenhuma visão e tradução da Língua Brasileira de Sinais (Libras).

Na educação a distância, o currículo deve ser pensado a partir de uma realidade educacional interativa, proporcionada por estratégias de ensino com o uso de tecnologias, assegurando o domínio dos conteúdos, promovendo o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas e a formação de atitudes e valores éticos subordinados às vivências educativas que visam à responsabilidade social da educação.

As atividades avaliativas devem possibilitar a identificação das fragilidades na aprendizagem, no que se refere ao domínio dos conteúdos e ao desenvolvimento das competências cognitivas, habilidades e atitudes, verificando, continuamente, o progresso do estudante e estimulando-o a ser proativo na construção do conhecimento. Dessa forma, mediante o acompanhamento contínuo dos estudantes, pretende-se identificar eventuais dificuldades, solucionando-as durante o processo de ensino-aprendizagem.

As avaliações e a frequência do estudante são registradas conforme as atividades previstas no PPC e no Plano de Ensino, considerando: execução de atividades no AVA (exercícios, fóruns, chats, web conferências etc.) e participação em atividades presenciais.

#### **6.2.4 Gestão administrativo-pedagógica dos cursos de educação a distância**

A Coordenação de Educação a Distância, em uma ação conjunta com as Escolas, é responsável pela gestão do processo educacional a distância, com vistas a consolidar as propostas e as formas de operacionalização dos currículos com a utilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação. Suas ações envolvem a oferta e expansão de cursos a distância, bem como a criação de polos de apoio ao presencial em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Institucional. São responsáveis, também, pela produção e disseminação de recursos educacionais tecnológicos e formação de docentes e tutores de polo, dentre outras funções.

Os cursos de graduação a distância contam com toda a estrutura acadêmico-administrativa vinculada à Escola responsável pela sua oferta. Desse modo, estão envolvidos na implantação e implementação dos cursos: a direção, a secretaria, o NDE, a coordenação do curso de EaD e o colegiado.

O coordenador de curso, responsável pela gestão do Projeto Pedagógico do Curso, analisa e discute com o NDE e com o colegiado as questões relativas a sua implementação, revisão e atualização; avalia com os docentes e tutores as atividades presenciais e a distância; e acompanha a vida acadêmica do estudante. Suas ações buscam, a partir das articulações com os diversos profissionais envolvidos no processo educacional, promover a melhoria contínua do processo ensino-aprendizagem.

O professor com formação para atuar em cursos a distância, assume as seguintes funções: elabora o Plano de Ensino; planeja e elabora as aulas; ministra as aulas e/ou atividades presenciais; estimula e apoia o protagonismo dos estudantes no processo educacional e o diálogo entre os atores desse processo; elabora atividades que problematizem e contextualizem os conteúdos dos componentes curriculares de forma interdisciplinar; elabora e corrige as avaliações; registra os conteúdos ministrados, as frequências e as notas; cumpre o Calendário Acadêmico do Curso.

Já o tutor, que pertence ao quadro docente de educação a distância, organiza a infraestrutura de laboratórios, auditório, salas de aula e outros espaços; comunica ao coordenador do curso qualquer eventualidade para que as providências sejam tomadas; organiza e controla os materiais de consumo, informando a necessidade de reposição e novas aquisições; acompanha a execução das atividades, observando a frequência do estudante no AVA e nas atividades presenciais; estabelece contato com os estudantes, os professores e o coordenador de curso sempre que necessário; alerta os estudantes quanto aos prazos das atividades propostas; auxilia o estudante com relação ao uso dos recursos e ferramentas de comunicação do Ambiente Virtual de Aprendizagem.

A gestão colegiada e multidisciplinar da EaD está estruturada em três instâncias:

- a) Administrativa - realizada de modo colaborativo, envolve diretamente a Cead e a Escola de origem do curso na proposição, implantação e implementação do curso.
- b) Pedagógica - envolve a coordenação da Cead, o coordenador do curso, o NDE e o colegiado. Apoia, orienta e avalia a implementação do currículo, o trabalho do docente, dos tutores e a interação e interatividade dos estudantes.
- c) Tecnológica – constituída pela equipe da Cead em parceria com a Divisão de Tecnologia da Informação (DTI) da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (Prodin).

### 6.2.5 Cursos de graduação a distância

| CURSO                              | *HAB | VAGAS AUTORIZADAS | Quantidade de semestres | CÓDIGO INEP |
|------------------------------------|------|-------------------|-------------------------|-------------|
| Administração                      | B    | 400               | 8                       | 1484168     |
| Agroindústria                      | T    | 300               | 6                       | 1515317     |
| Big Data e Inteligência Artificial | T    | 300               | 4                       | 1484619     |
| Ciências Contábeis                 | B    | 400               | 8                       | 1484182     |
| Comércio Exterior                  | T    | 300               | 4                       | 1484184     |
| Comunicação Institucional          | T    | 300               | 4                       | 1515330     |
| Engenharia Civil                   | B    | 400               | 10                      | 1515308     |
| Engenharia de Controle e Automação | B    | 400               | 10                      | 1515313     |
| Engenharia de Produção             | B    | 400               | 10                      | 1515600     |
| Engenharia Elétrica                | B    | 400               | 10                      | 1515606     |
| Engenharia Mecânica                | B    | 400               | 10                      | 1516326     |

|                                |   |     |   |         |
|--------------------------------|---|-----|---|---------|
| Física                         | L | 60  | 8 | 119860  |
| Gestão Ambiental               | T | 300 | 4 | 1515321 |
| Gestão Comercial               | T | 300 | 4 | 1484187 |
| Gestão em Recursos Humanos     | T | 300 | 4 | 1484254 |
| Gestão Financeira              | T | 300 | 4 | 1484186 |
| Gestão Hospitalar              | T | 300 | 6 | 1484188 |
| Gestão Pública                 | T | 300 | 4 | 1515325 |
| Internet das Coisas            | T | 300 | 4 | 1484620 |
| Logística                      | T | 300 | 4 | 1484183 |
| Marketing                      | T | 300 | 4 | 1484185 |
| Mídias Sociais e Digitais      | T | 300 | 4 | 1515334 |
| Serviços Jurídicos e Notariais | T | 300 | 4 | 1484621 |

\*HAB – HABILITAÇÃO – B = Bacharelado / L = Licenciatura / T = Tecnólogo

(<sup>1</sup>) REFERENCIAIS CURRICULARES NACIONAIS DOS CURSOS DE BACHARELADO E LICENCIATURA / (<sup>2</sup>) RESOLUÇÃO Nº 5, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2016 / (<sup>3</sup>) RESOLUÇÃO Nº 4, DE 4 DE OUTUBRO DE 2017 / (<sup>4</sup>) PARECER CNE/CES Nº: 60/2014 / (<sup>5</sup>) PARECER CNE/CES Nº 225/2012 / (<sup>6</sup>) RESOLUÇÃO Nº 3, DE 20 DE JUNHO DE 2014 / (<sup>7</sup>) CATÁLOGO NACIONAL DE CURSOS SUPERIORES DE TECNOLOGIA

### 6.2.6 Metas para o ensino de graduação a distância

- M1 Aperfeiçoar o uso do AVA Moodle e ampliar a oferta de disciplinas básicas para apoio aos estudantes;
- M2 Criar salas de aula virtuais para o desenvolvimento das disciplinas de Trabalhos de Conclusão de Cursos (TCC) de graduação presencial, dinamizando, assim, a comunicação e a colaboração entre estudantes e orientadores;
- M3 Implementar o plano de expansão da infraestrutura tecnológica e da rede *wifi*;
- M4 Promover a formação continuada dos professores, dos tutores, da equipe pedagógica e da equipe técnica que atuam na EaD;
- M5 Atualizar permanentemente o material didático para EaD;
- M6 Iniciar a oferta de cursos de graduação (Bacharelados, Licenciaturas e Tecnólogos) a distância.

## 7 POLÍTICA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Os cursos de pós-graduação compreendem o conjunto de atividades acadêmicas e científicas vinculadas a uma ou mais áreas do conhecimento, nos níveis de especialização – que expedem certificados de especialista, sendo referenciados como da modalidade *lato sensu* - e nos níveis de Mestrado e Doutorado Acadêmicos e Profissionais – que conferem graus e expedem diplomas de Mestre e Doutor, respectivamente, e são referenciados como cursos da modalidade *stricto sensu*.

### 7.1. Política de ensino de pós-graduação *stricto sensu*

A pós-graduação *stricto sensu* na instituição teve início em 1990 com a criação dos primeiros três cursos. Desde então, a Instituição desenvolve estratégias para o crescimento do número de programas, das vagas e da produção qualificada de docentes e discentes buscando atender as exigências, métricas e diretrizes da avaliação conduzida pela CAPES.

A consolidação da pós-graduação *stricto sensu* seguiu as diretrizes da Política de Ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, prevista no PDI, promovendo convênios, parcerias e protocolos de cooperação entre diversas Instituições de ensino e/ou pesquisa, visando a produção do conhecimento por meio de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos qualificados em diversas áreas do conhecimento.

A partir de 2014 com a implantação da Plataforma Sucupira e com os novos critérios e métricas utilizados pela CAPES para avaliar os programas de pós-graduação a PUC Goiás, a Política foi adequada às novas exigências, sendo apreciada e aprovada pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão aos 5 de dezembro de 2018.

### **7.1.1. Concepção da política de ensino de pós-graduação *stricto sensu***

Os Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da PUC Goiás compreendem um conjunto de atividades acadêmicas e científicas vinculadas a uma ou mais áreas do conhecimento, na forma de curso de mestrado (acadêmico ou profissional) e doutorado. Os cursos de mestrado e doutorado acadêmicos se destinam a proporcionar formação científica e cultural ampla e aprofundada, desenvolvendo a capacidade de pesquisa e ensino nas diversas áreas do saber. Os cursos de mestrado e doutorado profissionais se destinam a propiciar o aprimoramento de conhecimentos ou técnicas de investigação científica, tecnológica ou artística, visando uma atuação profissional mais dinâmica e efetiva. A pós-graduação *stricto sensu* na PUC Goiás impacta positivamente na formação de recursos humanos qualificados nas regiões centro-oeste, norte e nordeste.

São diretrizes fundamentais da pós-graduação *stricto sensu* a construção ética do conhecimento científico, valorizando sua função de repensar a realidade histórica e social das comunidades em que atua; o respeito ao ser humano e ao meio ambiente em todas as suas dimensões; a incorporação do princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, bem como entre teoria e prática; a integração entre pós-graduação e graduação; a sólida fundamentação técnica, científica e social; a promoção de uma formação integral e continuada; e a sustentabilidade financeira.

### **7.1.2. Objetivos da política de ensino de pós-graduação *stricto sensu***

São objetivos da Política de Ensino de Pós-Graduação *Stricto Sensu*, segundo o Regulamento Geral dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* (caderno 22 da Série Legislação e Normas), hoje incorporado ao Regimento Geral da PUC Goiás:

- Desenvolver estudos e pesquisas que ampliem o conhecimento e a reflexão sobre a problemática econômico-social, cultural e tecnológica de cada campo investigativo.
- Formar pessoal nos níveis de mestrado e doutorado acadêmico ou profissional, elevando seu desempenho e sua competência tanto à docência em educação básica e superior quanto à realização de pesquisa científica e tecnológica, com competência, ética e compromisso com o bem comum.
- Articular ensino, pesquisa e extensão por meio de atividades de integração entre graduação e pós-graduação.
- Estimular e desenvolver atividades de pesquisa com finalidades didática, científica e/ou tecnológica, tendo em vista a produção, ampliação, difusão de conhecimentos e inovação tecnológica e promover intercâmbios acadêmicos e científicos.
- Estimular as pesquisas colaborativas com pesquisadores de instituições de ensino nacionais e internacionais.
- Acolher e estimular o desenvolvimento de projetos de estágios pós-doutorais.

- Relacionar conhecimentos e identificar problemas multidisciplinares e propor soluções por meio de projetos de pesquisa científica e/ou tecnológica.
- Aprimorar o espírito de iniciativa e a capacidade empreendedora gerando novos conhecimentos e inovações.
- Gerar e socializar novos conhecimentos, técnicas, processos e inovações.
- Consolidar a infraestrutura disponível para o funcionamento dos cursos de Pós-Graduação, garantindo a disponibilidade de espaços de aprendizado devidamente equipados, com especial atenção na preparação de condições para o atendimento a pessoas com deficiência.

### **7.1.3 Organização pedagógica dos cursos de pós-graduação *stricto sensu***

A organização pedagógica dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* dá-se em torno das áreas de concentração e das linhas de pesquisa. Esta articulação deve estar apoiada por atividades acadêmicas consideradas necessárias à formação de doutores e mestres acadêmicos e profissionais. Essas atividades acadêmicas, classificadas como obrigatórias ou optativas, podem ser oferecidas nas modalidades presencial e/ou semipresencial, respeitando a especificidade de cada área do conhecimento e as particularidades de cada curso.

As experiências inovadoras, na perspectiva do ensino de pós-graduação *stricto sensu*, são estimuladas e devem ser consideradas como atividades estratégicas, desenvolvidas com o objetivo de solucionar problemas e/ou desafios nos diferentes âmbitos do processo de ensino-aprendizagem com a aplicação dos conhecimentos por elas produzidos para as transformações sociopolíticas e intelectuais necessárias para o próprio avanço das fronteiras do conhecimento.

Assim a organização pedagógica do ensino de pós-graduação será pautada na:

- Elaboração e implementação de propostas curriculares comprometidas com a inserção regional e nacional dos egressos.
- Inserção internacional de pesquisadores e estudantes, em especial em programas de mobilidade docente e discente regidos pelos acordos estabelecidos entre a PUC Goiás e Instituições de ensino e/ou Pesquisa da América Latina, Ásia, Estado Unidos e Europa.
- Flexibilidade curricular e a revitalização permanente dos projetos pedagógicos, orientados pelas áreas de avaliação e ancorados em avanços conceituais e metodológicos e em sintonia com as fronteiras do conhecimento.
- Estímulo a ações pedagógicas inter e transdisciplinares.
- Integração permanente e efetiva entre os níveis de graduação e de pós-graduação, por meio de políticas de pesquisa, programas de iniciação científica e extensão, desenvolvimento da carreira do magistério e outras ações conjuntas.

### **7.1.4 Acesso e permanência**

O acesso aos cursos de pós-graduação *stricto sensu* se dá por processo seletivo, regulamentado em edital público, de acordo com as normas regulamentares. Para promover a permanência dos pós-graduandos, a Instituição conta com cotas de benefícios do Programa de Suporte à Pós-Graduação de Instituições Comunitárias de Educação Superior (PROSUC) e da CAPES e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG). Integram também à Política Institucional de Pós-Graduação o incentivo ao desenvolvimento de estágios pós-doutorais nas modalidades com ou sem financiamento

Com o objetivo de estimular pesquisadores ao desenvolvimento da ciência, tecnologia e inovação na Instituição e no estado de Goiás, a PUC Goiás, por meio de estágios pós-doutorais, fomentados por agências regionais (FAPEG) e nacionais (CNPq) dos Programas de Desenvolvimento Científico e Tecnológico Regional, oportuniza junto a seus programas de pós-graduação *stricto sensu* a realização de pesquisa de alto impacto, reforçando seu compromisso social. Pelo Programa DocFix incentiva seus docentes na busca de financiamentos para o desenvolvimento de projetos de pesquisa que favoreçam a permanência de recém-doutores na região para aquisição, por esses profissionais, de prática acadêmica junto às equipes docentes de programas de pós-graduação, valorizando a participação dos egressos de cursos de doutorado da PUC Goiás ou de outras instituições do Brasil com foco na integração das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

Com o objetivo de favorecer a permanência e ampliar a área de abrangência geográfica da pós-graduação *stricto sensu*, os cursos são estimulados a incorporar, em suas ações e gestão das atividades curricular, os avanços tecnológicos disponíveis para o acompanhamento e orientações para execução das atividades por meio do AVA. Tais ações permitem que estudantes das Regiões Norte e Nordeste cumpram parcialmente os requisitos de integralização curricular mediante realização de atividades semipresenciais.

#### 7.1.5. Comunicação com a sociedade.

A PUC Goiás desenvolve ações de divulgação da atuação da pós-graduação utilizando meios convencionais: jornais e mídias eletrônicas. Os resultados das pesquisas são apresentados em eventos nacionais e internacionais e em sua grande maioria durante o Congresso de Ciência e Tecnologia, evento que incentiva a participação de 100% dos estudantes de graduação, pós-graduação *lato e stricto sensu*, além de possibilitar a participação da comunidade e de estudantes e pesquisadores de outras instituições de ensino do Estado de Goiás. As teses, dissertações e relatórios de iniciação científica são publicados no Repositório Institucional.

A PUC TV é um canal de divulgação e comunicação com a sociedade, que possibilita a divulgação da produção científica da Instituição por meio de programas de entrevistas, debates e documentários.

#### 7.1.6 Cursos de pós-graduação *stricto sensu*

| Nome do Curso   | Nível Curso | Ano de início | Conceito Atual |
|---|-------------|---------------|----------------|
| Programa de Pós-Graduação em Educação                                   | Mestrado    | 1999          | 5              |
| Programa de Pós-Graduação em Educação                                   | Doutorado   | 2007          |                |
| Programa de Pós-Graduação em Psicologia                                 | Mestrado    | 1999          | 4              |
| Programa de Pós-Graduação em Psicologia                                 | Doutorado   | 2007          |                |
| Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião                       | Mestrado    | 1999          | 5              |
| Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião                       | Doutorado   | 2007          |                |
| Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais e Saúde                | Mestrado    | 2002          | 4              |
| Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Planejamento Territorial | Mestrado    | 2006          | 3              |
| Programa de Pós-Graduação em Genética                                   | Mestrado    | 2006          | 3              |
| Programa de Pós-Graduação em Letras                                     | Mestrado    | 2006          | 3              |

|  |                   |      |   |
|--|-------------------|------|---|
| Programa de Pós-Graduação em História                          | Mestrado          | 2007 | 3 |
| Programa de Pós-Graduação em Serviço social                    | Mestrado          | 2007 | 3 |
| Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção e Sistemas | Mestrado          | 2010 | 3 |
| Programa de Pós-Graduação em Atenção à Saúde                   | Mestrado          | 2013 | 3 |
| Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia e Biodiversidade    | Doutorado em Rede | 2014 | 4 |

### 7.1.7 Metas para o ensino de pós-graduação *stricto sensu*

- M1 Expandir a oferta de estágios pós-doutorais.
- M2 Estimular as solicitações, por docentes na Instituição, de estágio de pós-doutoramento no exterior, seja por meio de editais específicos de agências de fomento, ou na modalidade voluntário.
- M3 Promover integração da pós-graduação com a graduação, por meio do estágio de ensino dos pós-doutorandos e dos estudantes de pós-graduação, na organização e realização de atividades acadêmicas curriculares para a graduação.
- M4 Fortalecer a sinergia e a integração das linhas de pesquisas dos programas de pós-graduação *stricto sensu* previstos nos Projetos Pedagógicos das Escolas e nos Projetos Pedagógicos dos Cursos de graduação com foco no desenvolvimento dos projetos de Iniciação Científica e dos Trabalho de Conclusão de Curso.
- M5 Estudar a possibilidade de oferta de cursos de pós-graduação *stricto sensu* a distância.
- M6 Ampliar a colaboração e o intercâmbio internacional docente e discente na pós-graduação *stricto sensu* e apoiar as parcerias com docentes/pesquisadores estrangeiros participando de atividades nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*.
- M7 Consolidar a integração entre pós-graduação *stricto sensu* e os cursos de graduação nas atividades desenvolvidas no Congresso de Ciência e Tecnologia.
- M8 Realizar o acompanhamento dos egressos.
- M9 Estimular a criação de mestrados profissionais em áreas estratégicas estabelecidas com base no PDI e na autoavaliação institucional.
- M10 Apoiar a criação e consolidação de programas de pós-graduação em outras instituições, por meio de programas MINTER e DINTER.
- M11 Ampliar as formas de divulgação das pesquisas realizadas e dos resultados obtidos.
- M12 Ampliar a divulgação dos processos seletivos para os programas de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*.
- M13 Atualizar as estratégias de autoavaliação institucional dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*, especialmente para interpretação e discussão dos resultados e estabelecimento de metas e acompanhamento anual.
- M14 Estimular a admissão de estudantes provenientes de outros países, de modo promover o intercâmbio internacional.
- M15 Consolidar a incorporação de TICs e incentivar o desenvolvimento de atividades de natureza inter(multi)disciplinares no emprego de novas tecnologias.

## **7.2 Política de ensino de pós-graduação *lato sensu***

### **7.2.1 Concepção e objetivos**

Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, também denominados cursos de especialização, constituem programas de nível superior e de educação continuada. Os cursos são oferecidos a candidatos graduados, conforme dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), artigo 44, inciso III. Tem como objetivo geral atender estudantes que almejam aprofundar seus conhecimentos, atualizar-se ou aprimorar-se.

As ações para o desenvolvimento de cursos de especialização definidos na Resolução N° 1, de 6 de abril de 2018, do CNE/CES/MEC e demais atos normativos, são operacionalizadas pela Coordenação de Pós-Graduação *Lato Sensu*, unidade da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Os cursos são oferecidos institucionalmente pelas Escolas ou em parcerias com Instituições externas. Entretanto, todos os cursos são administrados academicamente diretamente pela PUC Goiás.

A oferta dos cursos de Especialização tem como objetivo oportunizar um ensino qualificado, inovador e articulado com o mundo do trabalho, contribuindo para a formação de profissionais autônomos, críticos, reflexivos e criativos. Busca ainda, desenvolver perfis profissionais qualificados teórica e tecnicamente, que tenham como concepção a articulação dos conhecimentos científicos adquiridos na promoção da reflexão dos problemas sociais e humanos, com especial atenção às implicações éticas.

Os princípios que regem os cursos são a excelência acadêmica para o aprimoramento profissional, balizado por atitudes críticas e interventivas, fundamentado na análise contínua exigida pelo mundo do trabalho e pelas demandas sociais, na perspectiva da formação integral do profissional e do desenvolvimento de competências, habilidades e atitudes.

### **7.2.2. Organização didática e currículos dos cursos**

A organização didático-pedagógica da pós-graduação *lato sensu* tem como referência a articulação entre teoria-prática e os Projetos Pedagógicos dos cursos. Os componentes curriculares são operacionalizados por meio de metodologias que facilitam o aprendizado e a aplicação prática do conhecimento apreendido na formação profissional, permitindo um percurso formativo, reflexivo e transformador, propondo uma formação plural e interdisciplinar.

Os cursos de especialização são oferecidos nas modalidades presencial e à distância. Os formatos são flexíveis, atendendo às especificidades e demandas para cada curso, área profissional e campo do saber, buscando as melhores configurações de carga horária, duração, cronograma, periodicidade das atividades, estrutura curricular, métodos de ensino e modelos de espaço de aprendizado em função das demandas do público a ser atendido. A prática pedagógica considera a articulação entre ensino, pesquisa e extensão na medida em que trabalha a produção acadêmica e ações junto à comunidade, de modo a contribuir com a transformação social.

### **7.2.3. Comunicação com a sociedade**

As ações de visibilidade e comunicação do ensino de pós-graduação *lato sensu* são planejadas e executadas, institucionalmente, objetivando a captação de estudantes, a publicidade dos cursos e o marketing. São utilizadas como ferramenta de comunicação social as matérias jornalísticas e publicitárias, bem como as mídias digitais, rádio, televisão e documentos impressos.

A comunicação com a sociedade e a comunidade acadêmica é realizada por meio da participação em eventos científicos, publicação de pesquisas, destacando o Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás.

#### **7.2.4. Internacionalização da pós-graduação *lato sensu***

A política de internacionalização é realizada a partir do estabelecimento de convênios com Instituições de diferentes localidades, fortalecendo o processo de integração com outras IES. Esta relação possibilita o acesso de profissionais de diferentes localidades aos cursos e a emissão de certificados com dupla titulação, válidos nos diferentes países conveniados.

#### **7.2.5 Cursos de pós-graduação *lato sensu***

| NOME DA ESPECIALIZAÇÃO  | VAGAS | GRADUAÇÃO VINCULADA  |
|---|-------|----------------------|
| Pilates   | 20    | Educação Física      |
| Direito Penal e Direito Processual Penal                            | 50    | Direito              |
| Dynamique Pilates   | 30    | Educação Física      |
| Psicologia da Saúde Hospitalar                                      | 35    | Psicologia           |
| Saúde Pública com Ênfase em Saúde da Família                        | 60    | Medicina             |
| Mediação de Conflitos   | 17    | Direito              |
| Saúde estética  | 45    | Medicina             |
| Medicina do trabalho  | 40    | Medicina             |
| Farmácia Clínica e Atenção Farmacêutica                             | 60    | Farmácia             |
| Cuidados paliativos e atenção multiprofissional em doenças crônicas | 30    | Medicina             |
| Direito Civil e Processo Civil                                      | 25    | Direito              |
| Gerontologia e geriatria  | 20    | Medicina             |
| Psicanálise   | 20    | Psicologia           |
| UTI pediátrica e neonatal   | 20    | Medicina             |
| Farmácia e Química Forense  | 50    | Farmácia             |
| Yoga  | 20    | Educação Física      |
| Farmácia dermoestética  | 30    | Farmácia             |
| Pedagogia Catequética   | 50    | Teologia             |
| Arteterapia   | 17    | Fisioterapia         |
| Gerontologia  | 25    | Medicina             |
| Diagnóstico por Imagem  | 50    | Farmácia             |
| Psicopatologia: Subsídios para a Atuação Clínica                    | 50    | Pedagogia            |
| Enfermagem em Cardiologia   | 50    | Enfermagem           |
| Gestão de Pessoas   | 50    | Administração        |
| Análises Clínicas   | 20    | Biomedicina          |
| Perícia Ambiental   | 50    | Engenharia Ambiental |
| Gestão Financeira   | 50    | Administração        |
| Gestão de Unid de Alimen e Nutr, Audit e Cons em Restaurante        | 20    | Nutrição             |
| Direito Constitucional e Direito Administrativo                     | 25    | Direito              |
| Direito e Consultoria Empresarial                                   | 50    | Direito              |

|   |     |   |
|---|-----|---|
| Medicina em emergência e urgência                                 | 25  | Medicina                                      |
| Direito e Processo Tributário e Constitucional                    | 25  | Direito                                       |
| Citopatologia Ginecológica  | 30  | Enfermagem                                    |
| Práticas Integrativas da Saúde                                    | 30  | Enfermagem                                    |
| Reumatologia  | 15  | Medicina                                      |
| Pedagogia bíblica: animação bíblica da pastoral                   | 50  | Teologia                                      |
| Comunicação Estratégica   | 50  | Comunicação social - publicidade e propaganda |
| Farmácia Clínica  | 60  | Farmácia                                      |
| Gestão de Unidade de Alimentos e Nutrição                         | 30  | Engenharia de Alimentos                       |
| Formação de Professores - Educação Infantil                       | 30  | Pedagogia                                     |
| Ergonomia   | 20  | Fisioterapia                                  |
| MBA em Gestão e Análise Organizacional                            | 20  | Administração                                 |
| MBA Gestão Estratégica de Projetos e Competitividade              | 20  | Administração                                 |
| Juventude no Mundo Contemporâneo                                  | 25  | Serviço Social                                |
| MBA em Administração Hospitalar e Marketing na Saúde              | 40  | Medicina                                      |
| Enfermagem em cardiologia e hemodinâmica                          | 20  | Enfermagem                                    |
| Fisioterapia ortopédica e traumatológica                          | 20  | Fisioterapia                                  |
| MBA em Auditoria e Gestão de Tributos                             | 60  | Ciências contábeis                            |
| Gestão em Relações Humanas  | 20  | Psicologia                                    |
| Neuropsicopedagogia e psicomotricidade                            | 24  | Psicologia                                    |
| Vigilância sanitária  | 50  | Enfermagem                                    |
| Enfermagem em Emergência e Urgência                               | 100 | Enfermagem                                    |
| Desempenho das edificações  | 20  | Engenharia                                    |
| Biociências forenses  | 50  | Direito                                       |
| MBA Executivo em Gestão Agroindustrial e Sustentabilidade         | 25  | Administração                                 |
| Enfermagem em Unidade de Terapia Intensiva                        | 100 | Enfermagem                                    |
| Mediação e gestão de conflitos                                    | 17  | Direito                                       |
| Fisioterapia Cardiopulmonar e Terapia Intensiva                   | 60  | Fisioterapia                                  |
| Projeto executivo de paisagismo de jardins                        | 20  | Arquitetura                                   |
| Terapia Sistêmico-construtivista e Psicodrama de Casais e Família | 30  | Psicologia                                    |
| Psicologia analítica  | 25  | Psicologia                                    |
| Transporte Aeromédico   | 20  | Enfermagem                                    |
| Fisioterapia em Oncologia   | 20  | Fisioterapia                                  |
| Gestão em Controle de Infecção Hospitalar                         | 20  | Enfermagem                                    |
| Ultrassonografia em Ginecologia, Obstetrícia e Medicina Inte      | 35  | Medicina                                      |
| Musculação e Personal Training                                    | 30  | Educação física                               |
| Direito Previdenciário  | 45  | Direito                                       |
| Oncologia Clínica   | 30  | Enfermagem                                    |
| Psicodrama Clínico e Sócio Educacional                            | 12  | Psicologia                                    |
| Farmácia clínica e hospitalar                                     | 20  | Farmácia                                      |
| Auditoria em Sistema de Saúde                                     | 50  | Enfermagem                                    |
| Disfagia  | 25  | Fonoaudiologia                                |
| Tutela do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador     | 60  | Direito                                       |

|   |     |                          |
|---|-----|--------------------------|
| Fisioterapia Dermatofuncional                                   | 50  | Fisioterapia             |
| Psicologia Jurídica   | 20  | Direito                  |
| Qualidade e Getão de Software                                   | 50  | Engenharia de Computação |
| Gestão em Saúde Mental com Ênfase em Dependência Química        | 20  | Enfermagem               |
| Enfermagem do Trabalho  | 100 | Enfermagem               |
| Docência Universitária  | 50  | Pedagogia                |
| Medicina do Tráfego   | 50  | Enfermagem               |
| Enfermagem em Neonatologia e Pediatria                          | 60  | Enfermagem               |
| Enfermagem Dermatológica  | 20  | Enfermagem               |
| Enfermagem em UTI em Neonatologia e Pediatria                   | 60  | Enfermagem               |
| Gestalt Terapia   | 30  | Psicologia               |
| Farmácia Clínica e Prescrição Farmacêutica                      | 29  | Farmácia                 |
| Direito Tributário  | 50  | Direito                  |
| MBA em Engenharia de Software                                   | 21  | Engenharia de Computação |
| Nutrição e Controle de Qualidade                                | 20  | Nutrição                 |
| Hematologia Clínica e Laboratorial                              | 25  | Ciências Biológicas      |
| Psicodrama Psicoterapêutico                                     | 30  | Psicologia               |
| MBA em Controladoria e Finanças                                 | 60  | Ciências Contábeis       |
| Freud à Lacan: Terapia da Clínica Psicanalítica para o Sécu     | 20  | Psicologia               |
| Gestão de Bloco Cirúrgico                                       | 20  | Enfermagem               |
| Direito Ambiental   | 50  | Direito                  |
| Gestão e Análise Organizacional                                 | 60  | Administração            |
| Fisioterapia Cardiorrespiratória e Terapia Intensiva            | 16  | Fisioterapia             |
| Acupuntura  | 20  | Fisioterapia             |
| Fisiologia do exercício: do treinamento à reabilitação          | 60  | Fisioterapia             |
| Ultrasonografia em Ginecol, Obstetrícia e Medicina Interna      | 45  | Medicina                 |
| Engenharia de Segurança Trabalho                                | 60  | Engenharia               |
| Geoprocessamento e Análise Ambiental                            | 20  | Geografia                |
| Fisioterapia Pediátrica e Neonatal UTI a Reabilitação           | 20  | Fisioterapia             |
| Enfermagem Oncológica   |     | Enfermagem               |
| Hematologia: Análise Forense, Citológica e Banco de Sangue      | 16  | Biomedicina              |
| MBA Arquitetura de Redes e <i>Cloud Computing</i>               | 20  |                          |
| Psicotrauma e Psicoterapia Sociodramática de Casais e Família   | 15  | Psicologia               |
| Enfermagem Obstétrica e Ginecológica                            | 35  | Enfermagem               |
| Fisioterapia Neurológica  | 30  | Fisioterapia             |
| Perícia Médica  | 20  | Medicina                 |
| Psicopedagogia  | 50  | Pedagogia                |
| Gerenciamento de projetos                                       | 19  |                          |
| Enfermagem em Nefrologia  | 60  | Enfermagem               |
| Ultrassonografia em ginecologia, obstetrícia e medicina interna | 30  | Medicina                 |
| Psicologia Trasnpeçoal  | 40  | Psicologia               |
| MBA em Contabilidade e Auditoria Aplicada ao Setor Público      | 60  | Ciências Contábeis       |
| Residência em Enfermagem Obstétrica                             | 10  | Enfermagem               |

|  |    |                    |
|--|----|--------------------|
| Psicologia do Trânsito   | 30 | Psicologia         |
| Ultrassonografia em Ginecologia e Obstetrícia                      | 30 | Medicina           |
| MBA em Perícia Judicial e Auditoria                                | 25 | Direito            |
| Formação Pedagógica e de Gestão em EaD                             | 50 | Pedagogia          |
| Treinamento Funcional na Performance e no Envelhecimento           | 30 | Educação Física    |
| MBA Perícia Judicial e Auditoria                                   | 20 | Ciências Contábeis |
| Terapia Familiar e de Casais                                       | 30 | Psicologia         |
| Ciências Criminais   | 30 | Direito            |
| De Freud a Lacan: Teoria da clínica psicanalítica                  | 30 | Psicologia         |
| Direito do Trabalho e Processo do Trabalho                         | 50 | Direito            |
| Farmácia Hospitalar com Ênfase em Oncologia                        | 30 | Farmácia           |
| Nutrição Clínica e Esportiva                                       | 40 | Nutrição           |
| Desempenho das edificações habitacionais                           | 20 | Engenharia Civil   |
| Microbiologia Laboratorial   | 14 | Biomedicina        |
| Psicopatologia Subsídios Para Atuação Clínica                      | 25 | Psicologia         |
| Fisioterapia Traumatológica-Ortopédica e Desportiva                | 30 | Fisioterapia       |
| Gestão Empresarial   | 50 | Administração      |
| Enfermagem em emergência e urgência com ênfase em transporte aéreo | 25 | Enfermagem         |
| MBA em Marketing e Gestão Comercial Inovadora                      | 25 | Administração      |
| Educação e Direitos Humanos  | 30 | Pedagogia          |
| Gestão em Saúde e Administração Hospitalar                         | 60 | Enfermagem         |
| Neuropsicologia  |    | Psicologia         |

### 7.2.6 Metas para o ensino de pós-graduação *lato sensu*

- M1 Elaborar plano estratégico para a expansão da pós-graduação *lato sensu*.
- M2 Readequar o espaço físico da Pós-Graduação *Lato Sensu*.
- M3 Consolidar e ampliar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* propostos pelos Colegiados das Escolas.
- M4 Planejar e implementar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* na modalidade a distância.
- M5 Ampliar as formas de divulgação das pesquisas realizadas e dos resultados obtidos pelos vários pesquisadores, grupos de pesquisa e programas de pós-graduação.
- M6 Realizar a autoavaliação dos cursos de pós-graduação *lato sensu*.
- M7 Realizar a cooperação com pesquisadores de instituições nacionais e internacionais, por meio de debates e palestras disponíveis em videoconferência.
- M8 Diversificar a oferta de cursos de pós-graduação *lato sensu* com estrutura curricular voltada à formação interdisciplinar.
- M9 Estabelecer novos convênios interinstitucionais para promoção de cursos em cursos em outras localidades.

## 8 POLÍTICAS PARA A PESQUISA E A INOVAÇÃO

A pesquisa científica é um dos pilares da universidade e propicia a articulação com o ensino em todos os níveis e com a extensão, permitindo qualificar o processo de ensino aprendizagem na graduação e pós-graduação. Estudantes dos cursos de graduação podem se inserir na pesquisa por meio da iniciação científica e tecnológica, além do trabalho de conclusão de curso que possibilita o desenvolvimento de pesquisa aplicada voltada para soluções inovadoras em seu campo profissional. As atividades de extensão fomentam perguntas que podem ser respondidas com a execução de uma pesquisa científica que, por sua vez, pode resolver problemas reais que impactam na comunidade. A pós-graduação *stricto sensu* é o *locus* privilegiado da pesquisa na Universidade por congrega os pesquisadores, os estudantes e os professores da graduação e da pós-graduação por meio dos grupos de pesquisa. Desta forma, a pesquisa cumpre seu papel primordial de impactar no desenvolvimento da sociedade local, regional, nacional e internacional.

A estruturação das atividades de pesquisa iniciou-se a partir da criação da Vice-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa em 1982. Ao longo dos anos seguintes até a primeira metade da década de 90 desenvolveram-se os núcleos de pesquisa, nos quais encontravam-se cadastrados os projetos de pesquisa. Em 2004, a Vice-Reitoria tornou-se Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e intensificou a relação com as coordenações de pós-graduação *stricto* e *lato sensu*, com a Pró-Reitoria de Graduação em consonância com os diversos cursos de graduação e com a Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis.

Ao longo dos anos de 2015 e 2016, discussões com pesquisadores da instituição foram realizadas com vistas a adequar a estrutura da pesquisa às denominações das agências reguladoras. A partir de 2018 a instituição adota a terminologia grupos de pesquisa com as mesmas normativas do Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq. Ao mesmo tempo, os núcleos serão unidades de articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Destacam-se conquistas importantes referentes à pesquisa na PUC Goiás nos últimos anos: estímulo à produção científica resultando no aumento e na qualificação de publicações e de apresentações de trabalhos em eventos, além de impacto na comunidade local, regional, nacional e internacional; reorganização da Semana de Ciência e Tecnologia resultando na criação do Congresso de Ciência e Tecnologia da PUC Goiás com edições anuais; crescimento do número de estudantes e professores orientadores no Programa de Iniciação Científica; maior participação de pesquisadores em editais para fomento de pesquisas e qualificação acadêmica; estabelecimento de parceria com o Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CRTI) e o início da estruturação de um Parque Tecnológico com equipamentos de ponta obtidos com financiamento.

### 8.1 Concepção da política de pesquisa e inovação

A atividade de pesquisa compreende uma tarefa constante que lida com questões básicas e aplicadas para gerar conhecimento e buscar soluções para demandas locais, nacionais e internacionais. Consolida-se em ações inter-relacionadas que visam beneficiar a sociedade a partir da divulgação das pesquisas; da aplicação em contextos socialmente relevantes e do desenvolvimento de produtos e processos inovadores, com a consequente transferência de tecnologia à sociedade.

O desenvolvimento científico da universidade está ancorado em práticas de pesquisa que envolvem os diferentes níveis: graduação, via iniciação científica; pós graduação *lato sensu*, via oferta de cursos de especialização com foco em construção de soluções atuais e inovação, e na pós-graduação *stricto sensu*, com a formação de mestres e doutores em

diferentes áreas do conhecimento, além de realizar ações extensionistas ancoradas em pesquisas.

A definição da política de pesquisa e inovação consiste na organização de todas as atividades e atores presentes na produção de novos conhecimentos e na implementação deles dentro e fora da universidade. O documento da Política e Diretrizes de Pesquisa, Tecnologia e Inovação da PUC Goiás, de dezembro de 2018, define na universidade os objetivos da pesquisa e inovação, a estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, o sistema informatizado de gestão da pesquisa, os detalhes internos do dia-a-dia dos pesquisadores na universidade (carga horária, fomentos à pesquisa, apoio às publicações e a infraestrutura laboratorial). A política de pesquisa da universidade também define de maneira criteriosa o sistema organizacional dos projetos de pesquisa, o programa de iniciação científica, a divulgação institucional da pesquisa (por meio da editora e do congresso de Ciência e Tecnologia). Para garantir a qualidade e integridade das informações produzidas na universidade, foram instituídos sistemas informatizados anti-plágio e rígidas regras para aprovação de defesas de trabalhos científicos. Seguindo a legislação brasileira, trabalhos que envolvem seres humanos e animais precisam ser previamente aprovados pelo comitê de ética em pesquisa, através da plataforma Brasil. A fim de valorizar o resultado de todo esse esforço intelectual da comunidade acadêmica, foi instituído na universidade a Agência de Inovação, composta pelo Núcleo de Inovação Tecnológica e a Incubadora de empresas, responsáveis por realizar a proteção/transferência de tecnologia e o apoio a novos negócios, respectivamente.

## **8.2 Objetivos da política de pesquisa e inovação**

Constituem-se como diretrizes da atuação institucional no âmbito da pesquisa e da inovação:

- valorizar e incentivar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, voltadas a redução das desigualdades, promoção da justiça social, preservação do meio ambiente, produção cultural, empreendedorismo, inovação de produtos e processos e o cooperativismo, em consonância com a missão da PUC Goiás;
- regulamentar a gestão da titularidade dos direitos de propriedade intelectual institucional ou compartilhada com outras instituições públicas e privadas;
- contribuir para o desenvolvimento regional, social, econômico, cultural, científico e tecnológico do País, priorizando ações voltadas para o Centro-Oeste.

Decorrem dessas diretrizes os objetivos operacionais da Política de Pesquisa e Inovação:

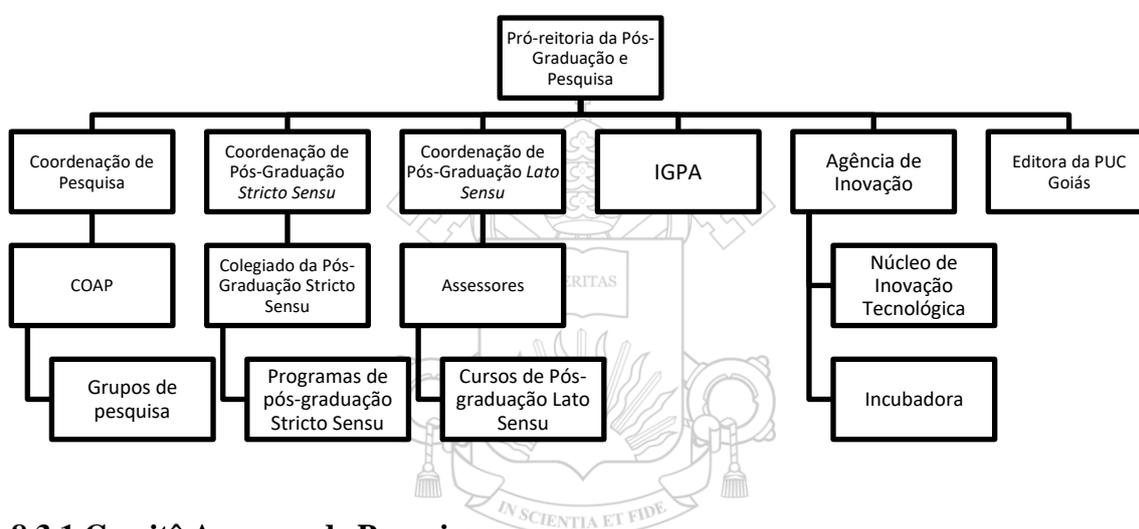
- Estabelecer normas para as atividades de pesquisa, tecnologia e inovação realizadas na instituição.
- Definir critérios para cadastro, realização e acompanhamento de projetos de pesquisa e relatórios finais na instituição.
- Orientar sobre o Sistema de Gestão de Pesquisa (SIGEP) da PUC Goiás.
- Dispor sobre critérios para concessão de carga horária de pesquisa, fomento à pesquisa e apoio às publicações.
- Estabelecer normas gerais de funcionamento do Programa de Iniciação Científica e Tecnológica (Pro-ICT) da PUC Goiás.
- Fortalecer os grupos de pesquisa e as suas linhas de pesquisa.
- Orientar docentes e estudantes quanto a política de pesquisa.

### 8.3 Organização do sistema de pesquisa e inovação

A Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa é o órgão da Administração Superior que coordena, articula, promove, superintende e supervisiona a pós-graduação, a pesquisa e a inovação tecnológica, e a editoração da produção acadêmica. Estão a ela vinculadas e subordinadas a Coordenação de Pesquisa; Coordenação de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e Coordenação de Pós-Graduação *Lato Sensu*, o Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA), a Editora PUC e a Agência de Inovação, juntamente com o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) e a Incubadora de Empresas.

O acompanhamento das atividades de pesquisa da PUC Goiás e sua interface com a graduação e a pós-graduação são realizados pela Coordenação de Pesquisa, que também é responsável pela gestão do Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (Pro-ICT), junto ao CNPq.

O organograma a seguir mostra a estrutura organizacional da Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa.



#### 8.3.1 Comitê Assessor de Pesquisa

O Comitê Assessor de Pesquisa (COAP) da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC Goiás) é uma comissão colegiada, ligada à Coordenação de Pesquisa (CP) e por ela presidida. É composta por professores doutores pesquisadores das diversas áreas do conhecimento, pelo Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa, pelo Coordenador de Pesquisa, pelos Coordenadores de Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*.

O COAP auxilia na elaboração da política de pesquisa, aprecia projetos cadastrados no Sistema de Gestão de Pesquisa (SIGEP), avalia planos de trabalho e os relatórios de estudantes de iniciação científica, emite pareceres e analisa solicitação de reconsideração de pareceres relativos a projetos e relatórios de pesquisa.

São atribuições dos membros do COAP:

- 1) fazer cumprir, monitorar a aplicação e executar a Política de Pesquisa em vigor na PUC Goiás;
- 2) assessorar a CP / PROPE na avaliação ou eventuais alterações da composição e/ou das linhas de pesquisa dos grupos de pesquisa da PUC Goiás;
- 3) atuar como consultor ad hoc na avaliação de projetos de pesquisa, planos de trabalho e relatórios técnico-científicos;
- 4) julgar, mediante solicitação da Coordenação de Pesquisa, recursos administrativos que envolvam pesquisadores dos grupos de pesquisa da PUC Goiás;

- 5) participar das reuniões ordinárias mensais e extraordinárias;
- 6) apreciar e aprovar as atas das reuniões.

### **8.3.2 Sistema de gestão**

O SIGEP é um programa de gestão de pesquisa desenvolvido na PUC Goiás. Todos envolvidos na pesquisa - gestores, pesquisadores internos e externos à instituição, estudantes e administradores - devem realizar seu cadastro no sistema. A partir do cadastro dos membros todos os procedimentos da pesquisa são realizados no SIGEP:

- a) Cadastro, apreciação e acompanhamento dos grupos de pesquisa (com suas linhas e membros) e dos projetos de pesquisa.
- b) Solicitação, distribuição e comunicação sobre a carga horária de pesquisa.
- c) Inscrição, avaliação dos planos de trabalho e relatórios parcial e final de estudantes de iniciação científica.

A sistematização das informações disponíveis no SIGEP tem um papel primordial na manutenção da história de pesquisa da universidade, permite a visualização pública das temáticas de pesquisa desenvolvidas, do envolvimento de discentes e fornece um meio sistematizado de acompanhamento de diferentes dimensões da pesquisa: linhas de pesquisa prioritárias, dinâmica da atividade de pesquisa, repercussão da pesquisa. Assim, contribui para a participação da sociedade civil, agências e pesquisadores que buscam estabelecer parcerias institucionais.

### **8.3.3 Grupos de pesquisa**

Os grupos de pesquisa são as unidades estruturais da pesquisa na instituição, cuja proposição, criação e avaliação é regida pela Resolução n. 003/2017-CEPE. A propositura de um grupo de pesquisa com suas linhas de pesquisa é aprovada pelo Conselho da Escola a que o líder (professor doutor) pertence e avaliada e homologada pela Prope. Dessa forma a instituição busca garantir que a pesquisa desenvolvida se ancore nas linhas de pesquisa das escolas e dos cursos que as compõem, e que os grupos tenham potencial de produzir conhecimentos socialmente relevantes, inovadores e em consonância com o perfil acadêmico das unidades às quais se vinculam.

Devem fazer parte do Grupo de Pesquisa professores e estudantes de todos os níveis e de várias escolas, além de pesquisadores externos, priorizado as parcerias multi e interprofissionais de âmbito nacional e internacional e a articulação com o ensino e a extensão. Os pesquisadores que compõem o GP elaboram projetos vinculados a uma das linhas de pesquisa com ou sem financiamento.

As linhas de pesquisa na PUC Goiás são definidas conforme Resolução N° 003/2017, que as caracterizam por atividades de pesquisa que são vinculadas às temáticas de uma ou mais áreas do conhecimento, aglutinando estudos científicos e/ou tecnológicos, coerentes em suas inter-relações, que se desenvolvem por meio de projeto de pesquisa.

### **8.3.4 Núcleo de Inovação Tecnológica**

O Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT) é a unidade responsável pela gestão da política de inovação e de propriedade intelectual da Instituição, em observância à Lei n° 10.973/2004 (Lei de Inovação); da Emenda Constitucional n° 85/2015; da Lei 13.243/2016, bem como ao Decreto n° 9.283/2018, a fim de estabelecer medidas de incentivo à inovação e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo, com vistas à capacitação e a autonomia tecnológica e ao desenvolvimento do sistema produtivo regional e nacional. O Núcleo foi instituído pelo ato próprio normativo n. 006/2012-GR.

O Núcleo foi criado devido a necessidade de estabelecer mecanismos para proteção de direitos decorrentes das atividades de criação intelectual no âmbito da PUC Goiás, e de suas entidades vinculadas, com relação a patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos ou modelos industriais, variedades vegetais e topologias de circuitos integrados; a necessidade de regulamentar igualmente a informação técnica não patenteada e aos sinais distintivos susceptíveis de registro, como marcas, recompensas, nomes e insígnias de estabelecimentos, logotipos, denominações de origem ou indicações geográficas; e a necessidade de definir a destinação dos recursos auferidos por meio da exploração de resultados de criação intelectual.

Além da atividade técnica de registros junto ao INPI, o NIT possui como missão a mudança de cultura e paradigmas da comunidade acadêmica que em essência permanece limitada dentro do mundo dos artigos científicos, ignorando a imensa quantidade de informações valiosas nas diversas bases de dados de registros de patentes dos diversos países. A difusão da cultura da propriedade intelectual visa a valorização do trabalho dos alunos e professores, que além de trazer solução para os problemas da sociedade, podem também gerar novas formas de negócios, empresas e empregos na região.

O NIT desenvolve estratégias que visam incentivar a inovação:

- a) estabelece relações com empresas nacionais e internacionais para a realização de parcerias em pesquisa;
- b) utiliza recursos próprios e provenientes de editais para adequar e ampliar a infraestrutura da universidade relacionada com atividades de Inovação;
- c) realiza os trâmites de registro de patentes, marcas e desenhos industriais;
- d) orienta estudantes, professores e empreendedores da instituição para que redijam as solicitações de patentes, as transformem em artigos científicos e textos monográficos e produzam inovações patenteáveis;
- e) analisa produções intelectuais na universidade com o objetivo de identificar possíveis produtos que possam ser registrados.
- f) Orienta pesquisadores para que aumentem as produções de caráter tecnológico passíveis de geração de propriedade intelectual a fim de agregar um maior valor ao tempo de trabalho dos professores e alunos.

O NIT tem trabalhado no sentido de tornar a pesquisa e a inovação em um dos pilares de sustentação financeira da universidade, tornar a pesquisa autossuficiente e produzir riquezas para as empresas parceiras através de novos produtos.

### **8.3.5 Institutos**

#### **8.3.5.1 Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia - IGPA**

O Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia é reconhecido nos segmentos das instituições de ensino, de pesquisa e de cultura do país. Fundado no início da década de 1970, como Gabinete de Arqueologia, cuja atuação se restringia às pesquisas arqueológicas no estado de Goiás, ao ampliar sua proposta de atuação com pesquisas no campo da Antropologia, transformou-se, em 1972, no Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia. O Instituto é comprometido com o reconhecimento e a valorização do Patrimônio Histórico-Cultural, Arqueológico, Etnográfico e Ambiental, numa perspectiva multicultural. Ao longo dos seus 40 anos, o IGPA recebeu diferentes prêmios por ser reconhecido no campo da proteção e divulgação dos patrimônios de natureza material e imaterial, bem como por seus acervos arqueológico, histórico, fílmico e fotográfico.

O Instituto coordena e desenvolve o curso de graduação em Arqueologia, cursos de educação continuada, bem como a gestão do Museu Centro Cultural Jesco Puttkamer. O Centro Cultural Jesco Puttkamer constitui-se em espaço vocacionado para a preservação, conservação e divulgação do patrimônio cultural dos povos pré-coloniais e indígenas brasileiros. É aberto ao público em geral para visitação e oferece programação anual voltada ao desenvolvimento cultural da região e com a divulgação do patrimônio cultural, em especial, o arqueológico e etnográfico, abrangendo: exposições semipermanentes e itinerantes; mostras de vídeos; palestras e oficinas ludo pedagógicas. O comitê regional para a América Latina e Caribe – Memória do Mundo, certificou em 2010, a incorporação da Coleção Jesco Puttkamer da PUC Goiás – IGPA, em reconhecimento de sua significação para a Memória Coletiva da Sociedade da América Latina e Caribe.

### **8.3.5.2 Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central - IPEHBC**

Em 1980 a SGC criou o Centro Goiano de Cultura, para reunir documentos sobre a história do Brasil Central que desenvolveu suas atividades até o ano de 1996.

Em 05 de julho de 1996 foi criado o Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central (IPEHBC) com a finalidade de trabalhar no campo da cultura, da história e da memória. Sua missão é contribuir para a recuperação e construção da cidadania - compreendida em sua relação com a memória e com a identidade dos sujeitos e comunidades - pela mediação da cultura; por meio do conhecimento, preservação, e disponibilização de patrimônio e bens culturais, prestando um serviço de compromisso social à comunidade em geral e ao público especializado.

O IPEHBC constitui-se hoje como um centro cultural dedicado à pesquisa, conservação, preservação, e disponibilização de acervo bibliográfico, documental, iconográfico, fotográfico e cartográfico sobre o Brasil Central. É referência para os pesquisadores na área no país e no exterior. Caracteriza-se como uma presença cultural, católica, comunitária e de excelência.

O acervo do IPEHBC é composto por informação documentada em diversos tipos de papel, pergaminho, papel de trapo, microfilme, disquete, cd-rom, metal, couro; livros, cartas, diários, assento de batismo e óbito, fotografias, decretos, jornais, mapas e plantas. Esses arquivos são organizados e disponibilizados ao público para pesquisas.

### **8.4 Programas de incentivo à pesquisa**

A PUC Goiás orienta os pesquisadores quanto aos procedimentos para a captação de recursos externos disponibilizados por agências de fomento e empresas. A instituição auxilia os pesquisadores na aquisição dos equipamentos e insumos, dentro das especificações aprovadas pelas agências.

Os pesquisadores da PUC Goiás recebem carga-horária de pesquisa, conforme critérios estabelecidos, com destaque para a participação em programas de pós-graduação *Stricto Sensu*, a produtividade científica/tecnológica, a orientação de estudantes de iniciação científica, dentre outros.

A produção científica docente é acompanhada a partir dos currículos cadastrados na plataforma Lattes (CNPq) ou em ferramentas de uso internacional, como por exemplo, o ORCID (*Open Researcher and Contributor ID*).

A instituição incentiva os pesquisadores e estudantes a participarem dos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica. Desenvolve cinco modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – BIC/PUC Goiás; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnologia e Inovação – PIBITI/CNPq; Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq; Programa Institucional como Exigência de Contrapartida em Atividades de Iniciação Científica –

BIC – OVG/PUC Goiás; Programa Voluntário de Iniciação Científica. Além de possibilitar a iniciação científica via editais específicos, conforme a disponibilização de financiamentos por agências públicas ou privadas de fomento à pesquisa.

A participação dos discentes nos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica induz a formação de futuros pesquisadores, na perspectiva de um saber comprometido com o desenvolvimento local, regional e nacional, do ponto de vista social, econômico, ambiental e sustentável. O processo de seleção, avaliação e classificação dos candidatos aos programas, ocorre anualmente, levando-se em consideração as linhas de pesquisa consolidadas na instituição.

Os laboratórios que compõem o Parque Tecnológico da instituição, existentes nas escolas, são disponibilizados a todos os pesquisadores em consonância com seus objetos de pesquisa e os objetivos de formação na graduação e pós-graduação.

A PUC Goiás é uma das instituições parceiras do Centro Regional para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (CRTI/UFG) multiusuário e multi-institucional que conta com equipamentos de ponta para a realização de pesquisas em diferentes áreas, voltado para atender as demandas científica, tecnológica e de inovação.

#### **8.4.1 Incentivo aos discentes**

A iniciação científica visa à formação em ciência e tecnologia de estudantes dos cursos de graduação (licenciatura, bacharelado e tecnológico) no âmbito das atividades de pesquisa desenvolvidas na Instituição. A iniciação científica (IC) e a Iniciação Tecnológica (IT) são operacionalizadas por meio de processos de seleção de estudantes, associados à planos de trabalho, em processos seletivos instituídos mediante editais apresentados anualmente, sempre no primeiro semestre letivo.

O Programa Institucional de Iniciação Científica e Tecnológica (Pro-ICT) estrutura-se nas seguintes modalidades: Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC/CNPq), Programa Institucional de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI/CNPq), Bolsas de Iniciação Científica da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (BIC/PUC) Goiás, Bolsa de Iniciação Científica da Organização das Voluntárias de Goiás (BIC/OVG) e Voluntários. Modalidades diferentes podem ser, eventualmente, ofertadas por meio de editais específicos, conforme a disponibilização de recursos ou financiamentos por agências públicas ou privadas de fomento à pesquisa.

#### **8.4.2 Incentivo aos docentes**

No que se refere aos docentes, a PUC Goiás atribui carga horária para os pesquisadores, conforme o perfil acadêmico; aloca carga horária para os membros do Comitê Assessor de Pesquisa (COAP); possui programa de publicações em periódicos de reconhecida qualidade, além de ser cliente da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT) e da Comunidade Acadêmica Federada (CAFe); fornece ambiência (recursos bibliográficos, cultura acadêmica, contexto de discussão/estímulo), ambientes e insumos laboratoriais, além de credibilidade (manutenção do COAP, certificação) e possibilidades de divulgação/publicação (em eventos e pela Editora PUC). Os professores pesquisadores, vinculados aos programas de pós-graduação stricto sensu ou professores que orientam estudantes de iniciação científica, recebem carga horária fundamentada na produção científica, verificada em seu currículo cadastrado na plataforma Lattes (CNPq) ou em ferramentas de uso internacional, como por exemplo, o ORCID.

## **8.5 Ética e integridade acadêmica**

### **8.5.1 Comitê de Integridade Acadêmica**

O Comitê de Integridade Acadêmica visa prevenir a má conduta e garantir a originalidade e a qualidade da produção acadêmica. É constituído por um colegiado interdisciplinar de caráter consultivo, educativo e disciplinar, vinculado ao Gabinete do Reitor, com as suas atribuições definidas no Regimento Geral (PUC Goiás, 2017 b). Soma-se a essa iniciativa, a disponibilização de ferramentas para a identificação de similaridades de texto, como parte das ações de valorização da integridade acadêmica e da pesquisa, bem como a consolidação de comitês e comissões específicas.

A PUC Goiás realizou estudos ao longo do ano de 2016 para implementação de ferramentas para a gestão da integridade acadêmica. Além dos softwares de acesso livre, a instituição adquirirá, em 2017, a plataforma Turnitin.

### **8.5.2 Comitê de Ética em Pesquisa**

O Comitê de Ética em Pesquisa foi instituído em 15 de agosto de 2003, regulamentado pela Portaria 072/03 em cumprimento à Resolução CNS n. 196/96 (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 1996), a qual estabelecia as diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde (CONEP/CNS/MS) aprovou este CEP em 14 de janeiro de 2004.

O CEP/PUC Goiás é constituído por professores doutores de todas as áreas de conhecimento além de representante(s) de usuário(s). Todos os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos, tendo a PUC Goiás como instituição proponente ou participante devem atender a Resolução n. 466/12 (CONEP/CNS/MS) (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012) ou a Resolução n. 510/16 (CONEP/CNS/MS) (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2012) e, portanto, submetidos à apreciação ética do CEP/PUC Goiás.

### **8.5.3 Comissão de Ética no Uso de Animais**

A Comissão de Ética no Uso de Animais (CEUA), atendendo a Resolução Normativa nº 1 de 09/07/2010 do Conselho Nacional de Controle da Experimentação Animal (CONCEA), foi instituída pelo Ato Próprio Normativo nº 01/2013/Prope. Tem por objetivo a observância e o cumprimento das disposições da Lei 11794/2008 a partir do exame dos procedimentos de ensino e pesquisa que envolvam animais, determinando sua adequação à legislação, bem como o cumprimento das definições do CONCEA. É constituída por professores mestres ou doutores da instituição e por representantes da Associação Protetora e Amiga dos Animais (ASPAAN).

## **8.6 Práticas de integração da pesquisa e da inovação**

A pesquisa científica e a inovação estão intimamente ligadas pelo fato de que ambas resultam da criação intelectual transformada em produtos, processos e tecnologias, bens culturais, práticas inovadoras, com vistas à disseminação do conhecimento, que, por sua vez, impacta no desenvolvimento e no bem-estar para a sociedade. Na pesquisa científica a produção do conhecimento tem uma abrangência em maior escala, enquanto a inovação impacta, mais diretamente, em nível local e regional. A pesquisa científica pode ser um estudo de base conceitual ou teórico e permanecer circunscrito à academia. A inovação, por sua vez, só se efetiva quando implementada em um contexto real.

A pesquisa é o combustível da inovação, e muitas vezes esta não é feita por pesquisadores com alta formação, mas por simples empreendedores corajosos e que são alimentados por seu desejo de ter a própria empresa. É quando estes dois mundos são alinhados, da

pesquisa de alto nível feita por doutores e por empreendedores arrojados, que realmente grandes empresas inovadoras e com impacto internacional surgem.

No sentido de integrar a pesquisa e a inovação, constitui-se como diretrizes institucionais:

- priorizar no Centro-Oeste ações que visem adotar a pesquisa e o sistema produtivo regional de maiores recursos humanos e capacitação tecnológica;
- valorizar e incentivar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente e à inovação, a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo na PUC Goiás;
- regulamentar a gestão da titularidade dos direitos de propriedade intelectual institucional ou compartilhada com outras instituições públicas e privadas, órgãos de fomento e entidades que tenham participado da atividade específica, precedida da devida elaboração do instrumento jurídico cabível, com a expressa previsão de cotitularidade, benefícios e ônus de custos.
- contribuir para o desenvolvimento regional, social, econômico, cultural, científico e tecnológico do País.

Constituem-se como diretrizes e objetivos de empreendedorismo, de gestão de incubadoras e de participação no capital social de empresas:

- estimular a criação de programas para auxiliar as empresas e empreendedores nascentes; o desenvolvimento empresarial e profissional, voltado para a problemática regional e para melhoria das condições tecnológicas e sociais; e o apoio ao desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado de Goiás, tendo como principal escopo a transformação de ideias em serviços e/ou produtos com inovação tecnológica para inserção no mercado;
- estreitar o diálogo com empreendedores, bem como a criação de cursos e demais atividades focadas em empreendedorismo que mesclam atividades teóricas e práticas;
- utilizar os conhecimentos gerados na PUC Goiás para a inovação e a produção de tecnologias, empresas, processos e produtos que beneficiem a sociedade, promovendo o intercâmbio com instituição de ensino e pesquisa de projetos cooperativos, com vistas à transferência e absorção de tecnologias para as empresas incubadas.
- estimular a inserção do trabalho do pesquisador dentro das empresas e divulgar a necessidade de se implementar os benefícios da Lei do Bem e da Lei de Informática, afim de conscientizar o mercado empreendedor dos benefícios tanto da pesquisa quanto dos incentivos do governo para a realização desta integração

A atividade de pesquisa compreende uma tarefa constante que lida com questões básicas e aplicadas para gerar conhecimento e buscar soluções para demandas locais, nacionais e internacionais. Consolida-se em ações inter-relacionadas que visam beneficiar a sociedade a partir da divulgação das pesquisas; da aplicação em contextos socialmente relevantes e do desenvolvimento de produtos e processos inovadores, com a consequente transferência de tecnologia à sociedade.

O desenvolvimento científico da universidade está ancorado em práticas de pesquisa que envolvem os diferentes níveis: graduação, via iniciação científica; pós graduação lato sensu, via oferta de cursos de especialização com foco em construção de soluções atuais e inovação, e na pós-graduação stricto sensu, com a formação de mestres e doutores em diferentes áreas do conhecimento, além de realizar ações extensionistas ancoradas em pesquisas.

Constitui-se como diretrizes da atuação institucional no âmbito da pesquisa e da inovação:

- valorizar e incentivar a realização de pesquisas científicas e tecnológicas, voltadas a redução das desigualdades, promoção da justiça social, preservação do meio

ambiente, produção cultural, empreendedorismo, inovação de produtos e processos e o cooperativismo, em consonância com a missão da PUC Goiás;

- regulamentar a gestão da titularidade dos direitos de propriedade intelectual institucional ou compartilhada com outras instituições públicas e privadas;
- contribuir para o desenvolvimento regional, social, econômico, cultural, científico e tecnológico do País, priorizando ações voltadas para o Centro-Oeste.

### **8.6.1 Agência de Inovação**

A Agência de Inovação da PUC Goiás, criada em 2013, é a instância institucional responsável por gerenciar a política de inovação e de empreendedorismo, através do Núcleo de Inovação Tecnológica - NIT e da Incubadora de Empresas, respectivamente, por promover a interação entre a Universidade, as empresas privadas e as agências de fomento, para a realização de projetos cooperados de pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo, em todas as áreas do conhecimento.

Internamente, articula essas parcerias com a Pró-Reitoria de Graduação, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa e com a Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil, por meio das Escolas.

As principais ações da Agência de Inovação são:

- promover parcerias com os setores público e privado e gerir os projetos cooperados de pesquisa, desenvolvimento, inovação e empreendedorismo, que delas resultarem;
- conduzir o processo de negociação e de realização de contratos de pesquisa científica e tecnológica, inovação e empreendedorismo;
- estimular programas institucionais de geração, difusão e transferência de tecnologia e proteção à propriedade intelectual e de cooperação nacional e internacional;
- divulgar competências, produtos, processos e serviços tecnológicos da PUC Goiás junto às empresas privadas, aos órgãos governamentais e aos demais setores da sociedade, que possuem como objetivos esses elencados na atuação da Agência;
- providenciar o registro e a tramitação de convênios, contratos e documentos, que envolvam os projetos de pesquisa, inovação e empreendedorismo contratados.
- oferecer apoio aos docentes, discentes e funcionários administrativos da Instituição, vinculados aos cursos de graduação, pós-graduação, pesquisa e extensão, na captação e elaboração de projetos em parceria com outras instituições, gerenciando essas relações.

### **8.6.2 Incubadora**

A Incubadora de Empresas da PUC Goiás é uma unidade suplementar, vinculada ao Gabinete do Reitor, que tem como finalidade o desenvolvimento de programas de incentivo à formação de empreendedores em áreas compatíveis com as atividades de ensino, pesquisa e extensão oferecidas pela Universidade e outras áreas afins. O objeto, as finalidades, a estrutura, a direção e os participantes da Incubadora de Empresas da PUC Goiás estão estabelecidos no Estatuto da Incubadora de Empresas e nas Normas Internas de Funcionamento. As parcerias são estabelecidas por meio de contratos.

É a única Incubadora de base social e tecnológica de Goiás, que abrigando empreendimentos na área de informática, biotecnologia, química fina, mecânica de precisão e novos materiais. E na base social abriga empreendimentos oriundos de projetos sociais, ligados aos setores tradicionais, cujo conhecimento é de domínio público, e que atendam à demanda de emprego e renda e de melhoria da qualidade de vida da comunidade.

O seu funcionamento é viabilizado pela PUC-Goiás, em parceria com diversas entidades de apoio à incubadora. O sistema de incubação da PUC Goiás é composto por três fases:

pré-incubação, incubação e pós-incubação, que oferecem orientação específica para as etapas de concepção, implementação e consolidação de empreendimentos de natureza inovadora tecnológica e social. Preferencialmente as empresas incubadas devem atuar nas áreas de competência da Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

Considerando a finalidade da incubadora de empresas, constituem-se como diretrizes e objetivos de empreendedorismo, de gestão de incubadoras e de participação no capital social de empresas:

- estimular a criação de programas para auxiliar as empresas e empreendedores nascentes; o desenvolvimento empresarial e profissional, voltado para a problemática regional e para melhoria das condições tecnológicas e sociais; e o apoio ao desenvolvimento socioeconômico sustentável do Estado de Goiás, tendo como principal foco a transformação de ideias em serviços e/ou produtos com inovação tecnológica para inserção no mercado;
- estreitar o diálogo com empreendedores, bem como a criação de cursos e demais atividades focadas em empreendedorismo que mesclam atividades teóricas e práticas;
- utilizar os conhecimentos gerados na PUC Goiás para a inovação e a produção de tecnologias, empresas, processos e produtos que beneficiem a sociedade, promovendo o intercâmbio com instituição de ensino e pesquisa de projetos cooperativos, com vistas à transferência e absorção de tecnologias para as empresas incubadas.

### **8.6.3 Parque tecnológico**

A PUC Goiás tem uma rede de laboratórios, distribuídos em suas dez escolas, com diversos equipamentos para a realização de pesquisas que impactam no desenvolvimento tecnológico e na inovação. Além da utilização de recursos próprios, a instituição conta com apoio de parceiros como a CAPES, CNPq, FAPEG, FINEP, empresas e outras universidades.

O Laboratório Urbano de Pesquisas Aplicadas (LUPA) realiza pesquisas sobre cidades, analisando espaço urbano e contribuindo para o planejamento territorial e ambiental. Executa levantamentos aéreos e topográficos e faz análises de dados do espaço urbano, das condições climatológicas e efeitos no território. O LUPA presta serviços de fornecimento de dados climatológicos e utiliza drones para diagnóstico, entre outros.

O Laboratório de Prototipagem Avançada (LAPA) presta serviços e realiza pesquisas nas áreas de impressão e digitalização 3D e projeto de protótipos e produtos com partes mecânicas e eletrônicas.

O Laboratório de Análise Ambiental (LAA) atende os setores de alimentos e bebidas, metais, produtos farmacêuticos, água, geologia, cimento e biologia. Conta com o espectrômetro de emissão ótica que é utilizado para analisar vários elementos simultaneamente, com rapidez e precisão.

O Laboratório de Sistemas Embarcados (LSE) atua em duas áreas principais: monitoramento da saúde e da qualidade de vida e novos paradigmas para a automação industrial por meio de modelos simulados e/ou protótipos em hardware e software.

O Laboratório de Estatística e Modelagem Matemática (LEMM) realiza pesquisas em otimização e inteligência computacional. Desenvolve plataformas de otimização.

O Laboratório do Núcleo de Pesquisas Imunológicas (LNPI) tem como finalidade fazer diagnóstico e monitoramento de infecções sexualmente transmissíveis como HIV e Hepatites B e C, assim como doenças causadas por arbovírus: dengue, febre amarela e Zika, Chikungunya, entre outras.

O Laboratório de Computação Científica (LCC) desenvolve modelos matemáticos e computacionais para a solução de problemas em ciência e engenharia. A área de pesquisa envolve processamento de imagem, inteligência artificial, aprendizado de máquina, modelagem e simulação com aplicação em medicina, bioinformática e engenharia. Tem parceria com o Leiden Institute of Advanced Computer Science (LIACS) da Universidade de Leiden, Holanda.

O Núcleo de Pesquisas Replicon (NPR) desenvolve pesquisa básica e aplicada na área de genética. Participa de convênio de Cooperação Mútua para o desenvolvimento de pesquisas com a Secretaria de Estado da Saúde de Goiás (Laboratório de Citogenética Humana e Genética Molecular – LAGENE) e colaboração com o Ministério Público de Goiás. Nesse contexto, o NPR se especializou no diagnóstico genético atendendo a comunidade local e nacional e nos estudos de identificação individual. O NPR integra o banco de dados genômicos de variação de fenótipos em seres humanos, DECIPHER e o o ECARUCA (European Cytogeneticists Association Register of Unbalanced Chromosome Aberrations), um banco de dados público sobre aberrações cromossômicas. O NPR tem parcerias com pesquisadores das seguintes instituições: Universidade de Córdoba na Espanha, Radboud University, Nijmegen na Holanda, Universidade de British Columbia no Canadá, Faculdade de Ciências Naturais da Universidade Nacional de La Plata, Argentina, Central Institute for Research on Cattle na Índia, Universidade Federal de Goiás (UFG), Universidade Estadual de Goiás (UEG), a Associação de Combate ao Câncer em Goiás (ACCG), Secretaria Estadual de Saúde (SES-GO), o Centro de Recuperação Dr. Henrique Santillo (CRER), APAE Goiânia e Anápolis.

O Laboratório de Toxinologia (LT), é dedicado à prospecção de biomoléculas em misturas naturais que tenham utilização prática per se ou que sirvam de modelos para o desenvolvimento de substâncias com potencial farmacológico e materiais inovadores, principalmente à bioprospecção de componentes tóxicos dos venenos animais. O laboratório é equipado para a análise bioquímica de secreções, contando para isso com capacidade de coleta, conservação e fracionamento de misturas naturais através de investigação por fracionamento cromatográfico (fase reversa, troca iônica e filtragem em gel), análise de riqueza molecular e pureza de frações por distintas técnicas eletroforéticas e ensaios in vivo, ex vivo e in vitro de propriedades funcionais e farmacológicas dos componentes das misturas naturais, bem como de suas propriedades estruturais.

O Laboratório de Genética e Biodiversidade (LGBio) desenvolve pesquisas sobre a caracterização de marcadores moleculares que permitem o conhecimento dos mecanismos envolvidos na variação clínica e na distribuição das doenças em famílias e populações humanas. Esses métodos permitem o diagnóstico precoce de doenças, a identificação da variabilidade genética de indivíduos suscetíveis e a avaliação da resposta do organismo frente aos diferentes quadros patogênicos.

O Laboratório de Análise Experimental do Comportamento (LAEC) realiza pesquisas de análise de comportamento com a participação de humano e infra-humano. Os estudos contemplam as áreas de pesquisa básica, experimental, aplicada e etologia.

#### **8.6.4 Congresso de Ciência e Tecnologia**

O Congresso de Ciência e Tecnologia é um evento realizado anualmente e que integra o calendário da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, iniciativa do Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovação e Comunicação. O CC&T PUC Goiás é organizado pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa (PROPE), com a participação efetiva das demais Pró-Reitorias. Neste evento são realizadas palestras, conferências, minicursos, premiações, oficinas, workshops e outras modalidades de atividades científicas ministradas por professores e pesquisadores nacionais e internacionais.

Este evento também é uma oportunidade para a apresentação da produção científica realizada por docentes e estudantes da PUC Goiás dos diversos níveis de ensino e, bem como, de outras instituições. Um destaque é dado para a Iniciação Científica: estudantes de todas as modalidades de iniciação científica apresentam seus relatórios finais para avaliadores internos e/ou externos.

A cada ano, um professor da PUC Goiás é homenageado recebendo Mérito Científico pela relevância de sua produção acadêmica.

Todos os trabalhos científicos apresentados no Congresso têm seus resumos publicados nos Anais do Evento (com ISSN) e os melhores trabalhos são premiados e publicados na íntegra.

### **8.7 Produção científica e editorial**

Como etapa de desfecho e consolidação do processo de pesquisa científica, seja o desenvolvido por docentes-pesquisadores da Instituição ou de instituições congêneres, a PUC Goiás induz a publicação impressa ou eletrônica, de trabalhos científicos de aferida qualificação, na forma de artigos em periódicos científicos, livros técnico-científicos e manuais didáticos para o ensino das ciências, das artes e da literatura. A editoração científica na Instituição é desenvolvida pela Editora da PUC Goiás, sendo caracterizada por rigor avaliativo dos materiais submetidos à publicação, destacado o esmero do trabalho técnico de confecção dos produtos finais e publicização destes em eventos científicos (locais, regionais, nacionais e internacionais), assim como por meio de sites e redes sociais na internet.

O estímulo à publicação na PUC Goiás remete os pesquisadores, em especial aqueles vinculados aos programas de pós-graduação *stricto sensu*, à busca de divulgação nos mais qualificados veículos de publicação científica. Desde 2014, a partir da Portaria 179/2014-GR, a PUC Goiás instituiu programa de incentivo à publicação científica qualificada garantindo o ressarcimento parcial das despesas de publicação de artigos científicos em periódicos, desde que posicionados nos estratos A1 e A2 do diretório Qualis Periódicos, instrumento importante do processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* brasileira conduzida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior.

Na PUC Goiás, o trabalho de editoria científica é desenvolvido pela Editora da PUC Goiás, órgão suplementar vinculado à Pró-reitoria de Pós-graduação e Pesquisa, criado em 6 de janeiro de 1986 a partir de um núcleo de serviços editoriais existente desde 1973, com a Resolução 01/1986 do Conselho Universitário.

A distribuição dos produtos editoriais da Editora da PUC Goiás tem sido feita através de canais físicos e eletrônicos. No caso dos livros impressos, a distribuição ocorre via repasse de exemplares ao Sistema de Bibliotecas, livrarias terceirizadas e entrega de cotas aos autores conforme termos de partilha previstos em contrato de editoração. No caso dos artigos em periódicos, a Editora da PUC Goiás, consoante esforço para estabelecer as melhores práticas da Ciência Aberta (Open Science), editora, publica e distribui os produtos gratuitamente via o sistema Open Journal System, um sistema eletrônico de editoração de periódicos, desenvolvido em código aberto pelo Public Knowledge Project (<https://pkp.sfu.ca/>) e distribuído no Brasil pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia com o nome de Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Todos os artigos de cada um dos dez periódicos da PUC Goiás podem ser acessados e estão disponíveis para download gratuito no Portal de Periódicos Científicos da PUC Goiás (<http://seer.pucgoias.edu.br/>).

As aceleradas mudanças no mundo da editoração de produtos científicos verificadas nos últimos anos têm colocado novos desafios à Editora da PUC Goiás. A concepção moderna do papel sociocultural de editoras, em especial de editoras universitárias, vai muito além

do atendimento a demandas autorais para produção científica e cultural, editoração e distribuição de livros. Editoras universitárias modernas têm buscado atuar, quase sempre em parcerias interinstitucionais e com associações nacionais e internacionais de ampla abrangência, em ações que vão desde a formação de novos leitores e criação de uma cultura do ler, até a análise do impacto da adoção de novas tecnologias de editoração e distribuição de produtos editoriais, passando por pesquisa sobre o comportamento de consumidores de produtos editoriais, a promoção de formação em alto nível para profissionais técnicos e gestores do setor, e o aperfeiçoamento de práticas e estratégias mercadológicas visando efetiva inserção dos produtos editoriais em mercados locais e globais.

### **8.8 Metas para a pesquisa e a inovação**

- M1 Aumentar o envio de projetos de pesquisa para as agências oficiais de fomento.
- M2 Incentivar a produção científica e a publicação em revistas científicas de alto fator de impacto.
- M3 Estimular a participação de docentes em redes de pesquisa nacionais e internacionais.
- M4 Aumentar o número de estudantes de graduação nos projetos de pesquisa de iniciação científica.
- M5 Criar espaços físicos que estimulem a inovação e o empreendedorismo (Espaço Maker, Incubadora etc.).
- M6 Qualificar e ampliar o parque de laboratórios voltados ao desenvolvimento de pesquisa (Parque Tecnológico).
- M7 Estimular e qualificar a produção científica nos programas de pós-graduação *stricto sensu*.
- M8 Implementar o uso de plataformas de verificação de originalidade para desenvolvimento de uma cultura sistemática de apreciação dos produtos de pesquisa e de formação da pós-graduação.
- M9 Consolidar parcerias com instituições de pesquisas nacionais e internacionais.
- M10 Ampliar a participação em programas de internacionalização promovidos pelas agências de fomento.
- M11 Ampliar o quantitativo de estudantes participantes nos programas de iniciação científica.
- M12 Atualizar a Política Editorial da PUC Goiás.
- M13 Disponibilizar a produção editorial da PUC Goiás em meio eletrônico.
- M14 Manter atualizados o repositório da produção técnico-científico da PUC Goiás.

## **9 POLÍTICAS PARA A EXTENSÃO**

### **9.1 Concepção da política de extensão**

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB (1996) compreende a extensão universitária ligada à participação popular, no que tange a divulgação das conquistas/resultados obtidos no campo da criação cultural, da pesquisa científica e tecnológica geradas no âmbito do ensino superior. O referido documento destaca ainda o registro de que a extensão é uma característica da instituição universitária sendo, portanto, atribuição da referida instituição “estabelecer planos, programas e projetos de pesquisa científica, produção artística e atividades de extensão” (BRASIL, 1996, p.15).

Outro documento legal que destaca a importância da extensão universitária é O Sistema Nacional de Educação Superior (SINAES), instituído pela Lei nº 10.861/2004, considera a responsabilidade social das Universidades "especialmente no que se refere a sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural" (Art. 3º, III). Dessa forma, as Universidades têm responsabilidade social, devendo implementar atividades extensionistas junto à sociedade para fomentar a inclusão social e proteger o patrimônio humano, histórico, paisagístico, ambiental e cultural.

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2012) compreende extensão universitária como fator da indissociabilidade do tripé da educação superior: ensino, pesquisa e extensão, realizada por meio do processo educativo, cultural e científico, com vistas à ação transformadora que a Universidade promove junto à sociedade. A interface efetiva-se por um processo pedagógico participativo, tornando-se instrumento de formação de profissionais cidadãos, que pautem suas ações pela competência técnica, pelo compromisso ético e formação humana integral, referendando, portanto, à LDB n. 9394/1996, que preconiza a interdisciplinaridade, contemplando o desenvolvimento intelectual, moral e ético. Essa perspectiva também está prevista na Constituição Federal de 1988, que em seu Artigo 207 – Capítulo III/Seção I, afirma que às universidades [...] obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Nesse contexto, a Extensão Universitária constitui-se em uma abordagem contextualizada, integradora das diferentes áreas do conhecimento e, portanto, interdisciplinar, que articula os saberes produzidos na vida acadêmica, com os saberes da vida cotidiana das populações para compreensão da realidade. Segundo o Artigo 5º da Resolução n. 7, de 18 de dezembro de 2018 as Diretrizes da Extensão na Educação Superior são assim definidas:

- I - a interação dialógica da comunidade acadêmica com a sociedade por meio da troca de conhecimentos, da participação e do contato com as questões complexas contemporâneas presentes no contexto social;
- II - a formação cidadã dos estudantes, marcada e constituída pela vivência dos seus conhecimentos, que, de modo interprofissional e interdisciplinar, seja valorizada e integrada à matriz curricular;
- III - a produção de mudanças na própria instituição superior e nos demais setores da sociedade, a partir da construção e aplicação de conhecimentos, bem como por outras atividades acadêmicas e sociais;
- IV - a articulação entre ensino/extensão/pesquisa, ancorada em processo pedagógico único, interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico.

Nessa linha, a extensão universitária da PUC Goiás articula-se à proposta de humanização da educação, na qual o ser social é o centro do processo formativo. Ao trabalhar relações de reciprocidade com a comunidade em que está inserida, as ações de extensão colaboram com o desenvolvimento local e regional, assim como os estudantes e professores envolvidos na atividade são impactados positivamente por essa integração. Como campo que permite e interlocução entre a prática acadêmica e a vivência comunitária, a extensão na PUC Goiás assegura a educação para o humanismo solidário na medida em que promove espaços de experiência para a articulação da educação formal e não formal.

A constituição integral do indivíduo alicerçada na união entre a formação acadêmica e a formação humanística vai de encontro à identidade católica da instituição que, de acordo com o Documento de Puebla (1979), deve considerar o homem na integridade de seu ser,

visando à promoção humana e agindo em favor da fraternidade, da justiça, da paz, contra todas as dominações, escravidões, discriminações, violências, atentados à liberdade religiosa, agressões contra o homem e tudo que atenta contra a vida.

A fundamentação conceitual da extensão na PUC Goiás deriva do compromisso social da Universidade, de sua identidade como Católica, Comunitária e Filantrópica. Nesse sentido, do ponto de vista pedagógico/acadêmico como atividade indissociável do processo ensino-aprendizagem, articula-se à finalidade da instituição: “Promover o ensino, a pesquisa e a extensão, de modo a contribuir para a defesa da dignidade humana, para o respeito à herança cultural e o desenvolvimento das ciências, das tecnologias, das artes, das culturas e das religiões” (PDI, 2016). Como componente do processo educativo, visa a formação integral, mediante o debate, o estudo, a pesquisa, a elaboração e a implementação de planos e propostas de interesse público, nas demais instituições da sociedade, situando a pessoa humana, historicamente, na sociedade, na política, na economia, na cultura e no meio ambiente.

## 9.2 Objetivos da política de extensão

As ações extensionistas da PUC Goiás desenvolvem-se nas áreas de Inclusão Social; Direitos Humanos; Igualdade étnico racial; Direito da mulher; Direito da pessoa com deficiência; Defesa da pessoa idosa; Uso e Abuso de Substâncias Psicoativas; e Meio Ambiente e tem como objetivos:

- I. Articular com os diferentes atores e segmentos sociais, incluindo os órgãos públicos, organismos governamentais e não-governamentais, entidades de classe, grupos religiosos, movimentos sociais.
- II. Garantir a Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.
- III. Promover a formação humana integral do educando.
- IV. Desenvolver ações que assegurem o diálogo formador e transformador entre a comunidade acadêmica e sociedade.
- V. Assessorar e acompanhar o desenvolvimento de políticas públicas.
- VI. Promover, por meio de suas atividades, assistência e transformação social.
- VII. Dar subsídios à permanência de discentes.
- VIII. Atuar em comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando à promoção da cidadania, inclusão e desenvolvimento social.
- IX. Valorizar o esporte como diálogo efetivo com a comunidade e como parte integradora da formação acadêmica.
- X. Valorizar e promover a cultura visando o resgate da cidadania e da humanidade, no sentido da formação integral da pessoa humana como ser social.
- XI. Fomentar processos democráticos, participativos e de colegiado.

## 9.3 Modalidades de extensão

### a) Programas

Os Programas de extensão universitária caracterizam-se pelo enraizamento na área acadêmica, pela interdisciplinaridade, articulação com as Escolas, cursos de graduação, pós-graduação *lato* e *stricto sensu* e demais programas institucionais, levando-se em consideração sua relação com o ensino e com a pesquisa. Pautam-se nos eixos temáticos de atuação da extensão e articulam a pesquisa e o ensino, favorecendo a participação da comunidade externa. As ações são coordenadas por docentes e a participação discente é estimulada no sentido de compreender as principais demandas sociais e as diferentes possibilidades de engajamento institucional, respondendo ao princípio da responsabilidade social, com vistas à melhoria da qualidade de vida das comunidades.

#### b) Projetos

Compreendem o processo educativo, cultural e científico como articulador do ensino, da pesquisa e da extensão. Orientam-se pela Política de Extensão da PUC Goiás, no que se refere aos eixos temáticos, campos de atuação, bem como a participação docente e discente na promoção do ensino de qualidade e da inserção do estudante nas ações comunitárias. São propostos, coordenados e executados pelos cursos de graduação e pós-graduação, considerando as demandas por formação e qualificação dos sujeitos sociais.

#### c) Cursos de Extensão

Privilegiam a interdisciplinaridade e o diálogo com a comunidade, sendo destinados ao público em geral, incluindo os integrantes da comunidade acadêmica (docentes, discentes e funcionários), visando à formação direcionada ao mercado de trabalho. Os cursos de extensão da PUC Goiás constituem-se, também, em uma possibilidade de elo com os egressos da Instituição, uma vez que as propostas de oferta visam à formação continuada, de acordo com as demandas de mercado, de áreas específicas de atuação. Oferece cursos regulares de língua estrangeira, cujo objetivo é o de promover a difusão das diversas culturas do mundo. O PUC Idiomas habilita estudantes para teste de proficiência, para ingresso na pós-graduação *stricto sensu*. É também credenciada para provas de proficiência em língua estrangeira, a exemplo do Toffel.

#### d) Prestação de serviços

Ações que visam atender à formação continuada, o aperfeiçoamento e à capacitação profissional por meio da oferta de cursos (presenciais e à distância), eventos de curta duração como palestras, seminários, exposições, congressos, entre outros, que contribuam para a estruturação e a socialização do conhecimento. Contempla consultorias, assessorias e atendimentos especializados em diversos campos do saber.

#### e) Participação em Conselhos, Fóruns e entidades representativas

Docentes e técnicos administrativos da Instituição integram conselhos e fóruns de entidades representativas públicas e privadas, visando contribuir com a formulação e avaliação de políticas públicas, constituindo-se em espaços legítimos de atuação extensionista ao estabelecerem o diálogo e a troca de saberes, na busca de respostas para desafios e demandas sociais.

#### f) Extensão articulada ao Ensino e a Pesquisa.

A extensão atua como campo fértil de articulação ensino, pesquisa e extensão, no sentido oportunizar a integração de conhecimento teórico-práticos, atuando junto à comunidade. Nessa concepção, fundamentada pela Lei n. 11.788/2008, a extensão se materializa como campo de estágio curricular e extracurricular, para o desenvolvimento de ações formativas, que visem à articulação entre o conhecimento adquirido na academia e a operacionalização prática. Na medida em que se concretize como campo de produção de dados e de conhecimento empírico, a extensão agrega a pesquisa fortalecendo as relações entre a academia e a comunidade externa, por intermédio de práticas de intervenção, métodos, vivências e experiências comunitárias, que podem ser consolidadas a partir da sistematização de trabalhos acadêmicos curriculares (TCC, monografias, dissertações e Teses) e não curriculares (Artigos científicos, Resumos, Capítulos de Livros, etc.).

#### g) Eventos

Eventos e outras atividades de socialização do conhecimento (congressos, palestras, encontros, simpósios, seminários, colóquios, semanas de cursos, jornadas, etc.) são realizados periodicamente, com atividades de prestação de serviços, espaço para socialização de experiências, palestras, conferências, atividades culturais, entre outras.

Esses eventos representam importantes momentos destinados para partilhar saberes e conhecimentos produzidos na Universidade junto à comunidade interna e externa, pautadas na perspectiva interdisciplinar, dialógica e social da extensão, articulando o ensino da graduação com a pós-graduação. Os eventos são promovidos na própria Universidade ou em instituições parceiras, contando com a participação da comunidade acadêmica e de entidades parceiras.

#### h) Jornada de Cidadania

O principal evento extensionista da PUC Goiás, tem caráter acadêmico e comunitário e é desenvolvido com a participação de todos os cursos da Instituição, em parceria com agentes públicos e privados, visando a prestação de diversos serviços à comunidade. Por meio da produção e socialização do conhecimento, em sua trajetória histórica, inserida e comprometida com a realidade social, econômica e cultural o evento que ocorre desde 2005 busca desenvolver práticas acadêmicas orientadas pelo compromisso com a formação qualificada, a inclusão e a transformação social, na perspectiva de contribuir com a construção de um mundo sustentável e ético e na valorização da vida.

As atividades e os atendimentos realizados durante o evento reafirmam e renovam a identidade Institucional - católica, comunitária e filantrópica -, no exercício de sua missão, em produzir e socializar “conhecimento a serviço da vida”. Este foco prioritário articula o desenvolvimento educacional e sociocultural, uma vez que reconhece, em sua trajetória, o compromisso com a educação, a cultura, a saúde, o meio ambiente, a defesa de direitos humanos, a promoção da dignidade humana, visando a construção de uma sociedade justa, socialmente igualitária e ambientalmente sustentável.

### 9.4 Metas para a extensão

- M1 Ampliar a participação dos programas de extensão em plataformas acadêmicas, governamentais e de representação social, nos eixos temáticos de atuação da Universidade.
- M2 Ampliar a participação da extensão na formação integral dos estudantes, integrando as ações extensionistas às atividades de ensino e pesquisa desenvolvidas nas diversas Escolas.
- M3 Criar mecanismos de incentivo à participação da comunidade acadêmica junto às atividades extensionistas da PUC Goiás, instituindo o Programa de Voluntariado.
- M4 Ampliar o canal de comunicação com a sociedade. Elaborar e publicar uma edição especial do Balanço Social em ocasião dos 60 anos da PUC Goiás, em 2019.
- M5 Intensificar a busca por fomentos para contribuir com a sustentabilidade financeira dos programas e projetos de extensão e da Jornada da Cidadania.
- M6 Adequar e ampliar os espaços físicos e de infraestrutura tecnológica, materiais e instrumentos para o desenvolvimento das ações da extensão.
- M7 Ampliar a atuação da Universidade junto às comunidades menos favorecidas social e economicamente de Goiânia.
- M8 Aprimorar e expandir a oferta de cursos livres de extensão.

- M9 Participar da avaliação e planejamento das ações do Instituto do Trópico Subúmido.
- M10 Incentivar a parceria com a Incubadora de Empresas e a Agência de Inovação na promoção de estratégias de inovação de tecnologia social.
- M11 Promover parcerias para a expansão da PUC Idiomas, especialmente com escolas de ensino fundamental da Rede Católica de ensino. Ofertar cursos de línguas *in company*.
- M12 Ofertar turmas especiais da PUC Idiomas nas Escolas da PUC Goiás, para estudantes de graduação, pós-graduação e egressos, como mais uma forma de incentivar a mobilidade internacional.
- M13 Avaliar os impactos da Jornada da Cidadania e buscar caminhos para a criação e o fortalecimento de parcerias no atendimento às demandas da população da região metropolitana.

## **10 POLÍTICAS DE ATENDIMENTO AOS ESTUDANTES**

A PUC Goiás, enquanto uma Universidade católica, comunitária e filantrópica, tem se comprometido com a inclusão social, buscando assegurar o acesso e a permanência na Universidade, até a conclusão de seu curso, bem como sua integração à vida acadêmica. O respeito à diferença e à diversidade são, pois, inerentes aos programas, projetos e ações desenvolvidas por esta Universidade, objetivando assegurar o exercício da cidadania e a acessibilidade plena à comunidade acadêmica.

A política institucional de atendimento aos estudantes promove o acolhimento, a permanência e o acompanhamento de todos os estudantes da PUC Goiás, considerando suas necessidades e singularidades no decorrer do processo de ensino-aprendizagem. Compõe-se de planos, programas, projetos, benefícios e ações estruturantes e articuladas às demais políticas institucionais.

Se desdobra, também, na promoção do protagonismo dos estudantes em suas organizações específicas, voltadas para a experiência acadêmica, política, esportiva e cultural.

### **10.1 Programa de Acompanhamento Acadêmico aos Estudantes**

A partir de 2012, com a criação do Programa de Acompanhamento Acadêmico (Proa), a ação pedagógica de acompanhamento pessoal do aluno teve nova ênfase e nova orientação político-pedagógica e administrativa, potencializando iniciativas e projetos existentes e criando novas possibilidades e condições. O Programa foi planejado para incluir e integrar todas as ações existentes voltadas para a qualidade de vida acadêmica e o sucesso dos estudantes. No Proa o acompanhamento se realiza pela aos portadores de necessidades especiais, com destaque à política de acessibilidade; pelo acompanhamento artístico-cultural, intensificando a participação dos alunos em atividades que estimulem seu desenvolvimento de seus talentos e habilidades artísticas; pelo acompanhamento e orientação espiritual, com a participação pastoral da Paróquia Universitária; pelo acompanhamento psicológico e vocacional; pelo acompanhamento sociofinanceiro, contando com diversos programas de bolsas e financiamentos. No Proa essas ações se articulam em espaço físico específico, com a participação dos docentes e com a ação planejada das Escolas.

O Proa é um Programa Institucional, uma opção política da PUC Goiás, com o objetivo geral de garantir a excelência do ensino. Já os objetivos específicos do Proa são:

- proporcionar a acolhida e a integração dos estudantes de graduação no ambiente universitário, a fim de que possam vivenciar a cultura acadêmica universitária;
- viabilizar orientações acadêmicas, individuais e em grupo, a fim de garantir a apreensão das questões relativas à formação profissional e uma nova compreensão da leitura do mundo;
- garantir espaços de trocas e de orientações acadêmicas, a fim de constituir grupos operativos na construção e no aprofundamento de aprendizagens vivenciadas nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
- possibilitar o autoconhecimento e a aprendizagem de habilidades cognitivas, como organização do pensamento e das emoções e, ainda, de habilidades comportamentais que possam gerar mais segurança e controle da ansiedade produzida pela vida acadêmica;
- colaborar para incluir, por meio de ações específicas, os estudantes com necessidades educacionais específicas advindas de deficiências físicas, visuais e auditivas;
- estimular os processos de criatividade, comunicação e concentração por meio de participação em atividades artísticas e culturais que desenvolvam, também, a cultura geral e a apreciação estética;
- aproximar as experiências acumuladas nos Programas de Extensão da PUC Goiás com os projetos formativos dos estudantes, a fim de contribuir para a ampliação dos conhecimentos do mundo e da profissão.

Espaços especificamente projetados deverão ser implantados em todas as Escolas até o fim da vigência deste PDI, para que o programa consiga capilaridade e eficácia institucional. Nesses espaços, sob a coordenação das Escolas, como unidades de integração entre ensino, pesquisa e extensão, e a supervisão das Pró-Reitorias, serão desenvolvidas as ações de acolhida, orientação, apoio e acompanhamento aos estudantes, com criatividade e respeitando as especificidades de cada área do conhecimento e tipologia de curso.

### **10.1.1 Programa de Acessibilidade**

De acordo com a Lei n. 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seu art. 27, a educação configura-se em um direito da pessoa com deficiência, garantindo a ela instituições educacionais inclusivas em todos os níveis de ensino, com vistas ao alcance de maior desenvolvimento de todas as suas capacidades e habilidades – físicas, sensoriais, intelectuais e sociais –, conforme suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

Em cumprimento a este Estatuto, a PUC Goiás, a partir do atendimento educacional especializado aos estudantes com deficiência, previsto nos Projetos Pedagógicos de Cursos, planeja ações concernentes à acessibilidade arquitetônica, atitudinal, pedagógica, comunicacional e digital, com vistas à maximização do desenvolvimento acadêmico e social desses estudantes.

Entre as ações desenvolvidas pela Instituição destacam-se as seguintes:

#### a) Adaptações de objetivos e de conteúdos

Dizem respeito à eliminação de objetivos básicos, temporária ou permanentemente, quando esses extrapolarem as condições do estudante para atingi-los; introdução de objetivos específicos alternativos e não previstos para os demais estudantes em substituição a outros que não podem ser alcançados pelo estudante; introdução de objetivos complementares e não previstos para os demais estudantes, que atendem às necessidades pedagógicas específicas; introdução de conteúdos não previstos para os

demais estudantes, mas essenciais para alguns, em particular; prioridade de processos gradativos de menor à maior complexidade na aquisição dos conteúdos.

b) Adaptações avaliativas

Ocorrem a fim de que promovam a aprendizagem de conteúdos e habilidades coerentes com as do estudante. Para tanto, são selecionadas e modificadas as técnicas, instrumentos e a linguagem, adequando-as às peculiaridades do estudante.

c) Adaptações nos procedimentos metodológicos e didático-pedagógicos

As adaptações no tocante aos procedimentos metodológicos e didático-pedagógicos, compreendem alteração dos métodos definidos para o ensino dos conteúdos curriculares a fim de atender às necessidades particulares do estudante; seleção do método mais acessível ao estudante; introdução de atividades complementares que requeiram habilidades ou consolidação de conhecimentos já ministrados. Esses procedimentos decorrem da diversificação dos trabalhos que se realizam no mesmo segmento temporal; introdução de atividades alternativas além das planejadas para a turma; disponibilização de recursos de apoio adicional, sejam visuais, auditivos gráficos e materiais manipulativos.

d) Adaptações temporais

Referem-se à alteração do tempo previsto para a realização das atividades na aquisição dos conteúdos; e alteração do período para alcançar determinados objetivos.

Por fim, a PUC Goiás também tem um olhar específico sobre seus estudantes que apresentem Transtorno de Espectro Autista (TEA). O Transtorno do Espectro Autista engloba diferentes síndromes que são caracterizadas por um conjunto de sinais, marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente, que são: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo. Esse comportamento envolve situações e apresentações diferentes entre si, numa gradação que vai da mais leve até a mais grave. Todas, porém, estão relacionadas, com as dificuldades de comunicação e relacionamento social.

Tendo esses desafios em perspectiva, a PUC Goiás conscientiza professores e funcionários quanto ao melhor encaminhamento de quem é portador do TEA, oferecendo auxílio nas instâncias pertinentes, orientando docentes e demais colaboradores da Instituição sobre como devem agir com o estudante com essas demandas, promovendo uma maior ligação entre a comunidade universitária em seu todo com a família dos discentes que convivem com esse transtorno. O objetivo principal é fazer com que os estudantes acompanhem os conteúdos, melhorem a interação com os colegas e consigam obter a formação profissional e humanística almejada.

### **10.1.2 Programa de Monitoria**

A Monitoria insere-se no projeto de formação do estudante, e na contribuição que ele oferece ao projeto de formação dos demais colegas, como parte integrante do processo de ensino-aprendizagem. Nessa atividade, o monitor tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante em um processo acadêmico-científico e também educativo. Com essa compreensão, a Monitoria tem como objetivo:

- possibilitar o aprofundamento nos conhecimentos teórico-práticos em que o monitor estiver desenvolvendo a Monitoria;
- contribuir com a qualidade do ensino na graduação, ao apoiar os professores e os estudantes no desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem e incentivar a

formação do estudante para o exercício de atividades concernentes ao processo de ensino-aprendizagem;

- propiciar maior integração dos segmentos da Universidade, por meio da interação entre estudantes e professores nas atividades de ensino, pesquisa e extensão .

Na PUC Goiás, o exercício da Monitoria no ensino contempla as atividades de planejamento e atuação pedagógica, estudo e avaliação. O monitor também pode empreender ações no campo da pesquisa e da extensão. Todas essas atividades, necessariamente, deverão ser orientadas, supervisionadas e avaliadas continuamente pelo professor. Assim, no Programa de Monitoria, o estudante tem a oportunidade de aprofundar sua experiência como estudante, em um processo acadêmico-científico e também educativo.

A PUC Goiás acredita que a participação dos estudantes no Programa de Monitoria aprimora, de fato, sua formação e implementa a cultura acadêmica, por isso vem ampliando cada vez mais a oportunidade de os estudantes participarem desse programa.

### **10.1.3 Programa de Iniciação Científica**

A pesquisa científica e o desenvolvimento tecnológico visam à formação de estudantes de graduação e pós-graduação como novos pesquisadores e ao desenvolvimento de novos saberes, com rigor científico e confiabilidade metodológica. Entende-se que, em sua estreita relação com o ensino e a extensão, a atividade da pesquisa imprime caráter peculiar à produção do conhecimento, ao dinamizar e interagir criticamente com distintas áreas do conhecimento. Promove a consolidação de produção científica alicerçada em um saber comprometido com o desenvolvimento local e regional do ponto de vista social, econômico e ambiental, de forma sustentável, com ênfase na preservação do Bioma Cerrado.

A participação discente nos Programas de Iniciação Científica e Tecnológica é estruturada pelos editais publicados anualmente. O processo de avaliação, seleção e classificação dos candidatos às bolsas dos Programas enfatiza a importância da relação entre o aluno e o docente pesquisador, tendo em vista despertar o espírito investigativo no educando e incentivá-lo em sua primeira experiência como pesquisador.

Os professores, vinculados aos projetos de pesquisa e habilitados são orientados a assumirem o compromisso e a dedicação pedagógica do acompanhamento pessoal ao aluno de forma rigorosa e diferenciada, por tratar-se de processo investigativo, que exige rigor e cientificidade. Na iniciação científica e tecnológica, o acompanhamento pessoal e a inserção dos estudantes em núcleos, grupos e redes de pesquisa se dão mediante: a) participação e envolvimento do aluno em todo processo investigativo, desde a elaboração do Plano de Trabalho até a produção do Relatório Final; b) apreensão e delimitação do objeto e do problema com clareza e objetividade; c) adequação teórico-metodológica e técnico-operacional do Plano ao projeto do orientador com explicitação do Quadro Teórico; d) descrição do método, do problema e da metodologia da pesquisa, conforme rigor e exigência de uma produção em base científica; e) explicitação dos procedimentos metodológicos; f) articulação dos objetivos com os tópicos formais do Plano; g) justificativa e introdução apontando relevância social e científica, bem como o alcance pretendido com a pesquisa; h) distinção e detalhamento do recorte e especificidades do objeto nos casos de Planos de Trabalho vinculados ao mesmo projeto e orientador; i) viabilidade técnico-financeira e pedagógica considerando o cronograma e os resultados previstos; j) elaboração dos relatórios parciais e final e comunicação oral na jornada anual de Iniciação Científica da Universidade.

A principal exigência acadêmica aos professores é de que o acompanhamento e a orientação, individual e coletiva, aconteça em todas as fases do processo de formação, integrando os métodos, temas, abordagens, linhas de pesquisa, bem como os resultados produzidos. A apreensão das distintas metodologias e dos processos de trabalho utilizados pode assegurar o caráter interdisciplinar e de colegialidade da produção, tendo em vista a permanente articulação entre ensino, pesquisa e extensão e, sobretudo, a assimilação competente por parte do aluno das habilidades necessárias à produção do saber científico, de forma criativa e crítica, inovadora e analítica.

#### **10.1.4 Programa de Apoio Online**

O Programa oferece cursos gratuitos a distância para estudantes de cursos de graduação e pós-graduação como ferramenta e oportunidade para aprofundar competências e habilidades fundamentais em diversas áreas de formação, no intuito de promover melhor desempenho acadêmico e favorecer o nivelamento do nível de aprendizagem.

Entre os cursos tradicionalmente oferecidos constam: Geometria Analítica, Pré-cálculo, Conceitos elementares de matemática, Matemática Financeira, Língua Portuguesa, Normas para Trabalhos Acadêmicos, Orientações para Trabalhos Acadêmicos, Noções de Libras, Informática – Word, Informática - PowerPoint tendo-se em vista a capacitação dos estudantes para que atinjam um melhor desempenho acadêmico.

#### **10.1.5 Programas de Acompanhamento Socioeconômico**

Esse programa consiste em uma política estudantil da PUC Goiás que visa a inclusão e a permanência na Universidade de estudantes que necessitem de apoio financeiro e psicológico. Oferece programas de bolsa, financiamento e moradia estudantil, bem como apoio acadêmico e orientação, gratuitamente, para os estudantes de todos os cursos da Universidade que apresentem dificuldades acadêmicas e pessoais. Desenvolve uma política de apoio e articulação ao movimento estudantil organizado. Quanto às bolsas, são disponibilizadas aos estudantes as listadas abaixo:

- Bolsa do Fundo Educacional – destinada aos acadêmicos da graduação, que são funcionários da PUC Goiás ou seus dependentes;
- Bolsa de Incentivo à Cultura – oferecida a acadêmicos que participam de atividades artísticas e culturais como, por exemplo, dança, teatro, música e arte visuais;
- Bolsa Monitoria – concedida aos acadêmicos monitores que, sob a orientação de professores, realizam trabalhos voltados para o ensino, integrados com a pesquisa e a extensão;
- Bolsa Prouni – concedida a acadêmicos não portadores de diploma de curso superior, oriundos de escola pública, ou que estudaram em escola particular com bolsa integral;
- Bolsa Empresa - Programa viabilizado pela Lei nº 9.249, de 26/12/95, que permite o abatimento no Imposto de Renda das empresas, as doações feitas a Instituições de Utilidade Pública Federal, como é o caso da PUC GOIÁS, no valor que não excederem a 1,5% do lucro operacional da mesma.
- Bolsa Universitária – concedida pelo Governo de Goiás, por meio da Organização das Voluntárias de Goiás (OVG), levando em conta critérios socioeconômicos e desempenho acadêmico;
- Bolsa Prefeitura Municipal – concedida por prefeituras que disponham de legislação específica, para destinação de recursos para bolsas de estudo a estudantes do município que estudam na PUC Goiás.

- Bolsa Vestibular Social – criada em 2010, por meio do Vestibular Social, oferece 50% de descontos para graduandos com perfil socioeconômico pré-definido;

A PUC Goiás oferece, também, programas de financiamento e descontos nas mensalidades, a saber:

- Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior – Fies – programa do Ministério da Educação que financia 100% do valor das mensalidades na graduação;
- Parceria PUC Goiás/Pravaler – crédito universitário por meio do qual o estudante paga 50% da mensalidade depois de formado;
- Benefício Família – desconto concedido pela PUC Goiás a famílias que têm mais de um estudante de graduação matriculado na Instituição;
- Crédito Educativo da PUC Goiás – CEI/Fundaplub – crédito educativo concedido a acadêmicos que necessitam de apoio financeiro para realizar seus estudos.
- PODE PUC – programa da própria instituição para financiamento dos cursos de graduação, garantindo o pagamento de 50% das mensalidades nos quatro anos seguintes à conclusão do curso.

### **10.1.6 Programa de Qualidade de Vida Acadêmica**

O Programa de Qualidade de Vida disponibiliza aos estudantes atendimento em grupos de desenvolvimento de habilidades sociais e em orientação e apoio psicológico individual. Essas atividades de atendimento ao estudante buscam, portanto, criar condições favoráveis ao desenvolvimento integral de sua personalidade e a sua permanência até a conclusão do curso, contribuindo, assim, para qualificar a formação acadêmica, profissional e ética dos seus estudantes.

O referido programa desenvolve as seguintes ações:

- Orientação e Apoio Psicológico Individual
- Entrevista de triagem para direcionamento do aluno ao atendimento adequado.
- Atendimento psicológico individual breve realizado, que prioriza os alunos com perfil socioeconômico desfavorecido e que apresenta comprometimento no rendimento acadêmico.
- Encaminhamento do aluno para atendimento psicoterápico com profissionais e/ou clínicas conveniadas com a PUC Goiás, quando detectado a necessidade na entrevista de triagem. A PUC Goiás mantém convênios com Clínicas de Psicologia e Profissionais da área para prestar atendimento psicoterápico ao estudante, por um custo reduzido ou gratuito.
- Grupos para Desenvolvimento de Habilidades Sociais, que promovem a construção das habilidades necessárias à construção de relações interpessoais e conseqüentemente do processo de ensino e aprendizagem; permitem enriquecer o repertório cognitivo e comportamental, tendo como consequência a melhora da autoestima, a formação de uma consciência crítica para a busca de solução de problemas e da defesa de seus direitos de cidadãos;
- Desenvolvimento de habilidades para comunicação interpessoal e em público;
- Desenvolvimento de habilidades para a vida acadêmica: organização do estudo, procrastinação, assertividade, manejo do estresse, otimização da memória, cuidados preventivos com a saúde física e mental.
- Orientação aos pais, informando e orientado quanto as possibilidades de apoio socioeconômico e/ou psicopedagógico, contribuindo para encaminhamento de soluções de problemas inerentes à vida acadêmica de seus filhos.

### **10.1.7 Programas de Acompanhamento Artístico Cultural**

Visando promover e fomentar atividades culturais, a instituição oferece aos seus estudantes bolsas para participar das atividades de teatro, dança, música, fotografia, cinema, arte aplicada, desenho e pintura. As atividades desenvolvidas têm o objetivo de integrar a formação acadêmico-científica com a vivência na dimensão da criação artística e da estética das diversas modalidades expressivas da cultura.

### **10.1.8 Programa de Moradia Estudantil**

A PUC Goiás mantém a Casa do Estudante Universitário – CEU, inaugurada em 30 de maio de 1978 e gerenciada com recursos próprios. A casa oferece moradia a estudantes do interior de Goiás, de outros estados e até de outros países. A unidade, com infraestrutura completa, é localizada próxima ao Campus I e mantém uma média de 60 (sessenta) moradores por ano.

### **10.1.9 Programa de Acompanhamento de Egressos**

O Programa de Acompanhamento de Egressos dos cursos de graduação assegura a atualização sistemática de informações a respeito do investimento do egresso na sua formação continuada, na inserção profissional no campo da formação, bem como realiza estudo comparativo entre a atuação profissional e a formação recebida. A análise das informações e dados obtidos permite identificar ações reconhecidamente exitosas no curso e, também, aspectos a serem aperfeiçoados na proposta curricular. O efetivo acompanhamento dos egressos é importante meio de aproximação da Universidade com a sociedade e o mundo do trabalho, na busca contínua de uma proposta de formação inovadora.

Entre as ações voltadas ao acompanhamento de egressos desenvolvidas na Instituição, destaca-se a realização anual de Encontro de Egressos, no qual são identificadas experiências bem-sucedidas no processo de formação; segmentos de mercado no qual os egressos estão se inserindo; desempenho e permanência dos egressos no mercado de trabalho; problemas encontrados no mercado de trabalho; tendências mercadológicas que possam orientar a revisão do currículo; entre outras.

A PUC Goiás, também, implementou o evento denominado “Liderança Destaque da PUC Goiás” para homenagear egressos que se sobressaíram pelas suas relevantes contribuições à sociedade.

Na pós-graduação *stricto sensu*, o processo de acompanhamento de egressos é subsidiado pelas ações de autoavaliação adotadas pelos programas tem cum caráter sistemático realizado com base em instrumentos próprios e elaborados pelos colegiados dos cursos atendendo as orientações das áreas de Avaliação e articulado às ações institucionais de Acompanhamento do Egresso.

Dente as informações coletadas pelos instrumentos de acompanhamento destacam-se a inserção no mundo do trabalho com avaliação do impacto de sua formação e atuação profissional em âmbito local e regional, continuidade na vida acadêmica e monitoramento da produção acadêmica e parceria com orientadores e outros estudantes de mestrado e graduação.

As ações são discutidas e avaliadas periodicamente pelos colegiados que apresentam contribuições e possibilidades de melhorias desde os aspectos organizacionais relacionados à eficácia dos instrumentos utilizados, norteia a proposição de atividades e eventos direcionados à participação efetiva e integração dos egressos com estudantes de diferentes níveis até aspectos relacionados à consolidação da produção intelectual docente e discente.

## **10.2 Organização Estudantil**

A participação dos estudantes e de suas organizações acadêmicas estudantis é assegurada nos colegiados da Instituição, de acordo com o Estatuto, o Regimento Geral da Universidade e o regulamento de cada programa. A PUC Goiás disponibiliza às entidades estudantis o espaço físico para sua organização autônoma, bem como um auxílio financeiro.

A Universidade apoia e promove práticas desportivas a partir das Atléticas. Ademais, encampa e possibilita a criação de Ligas Universitárias cuja função é a promoção e atuação em uma área específica do conhecimento.

De acordo com a Lei nº 7 395, de 31 de outubro de 1985, que dispõe sobre os órgãos de representação dos estudantes de nível superior e seu Regimento Geral, a PUC Goiás reconhece que o Diretório Central dos Estudantes- DCE é entidade representativa do conjunto dos estudantes matriculados na instituição e os Centros Acadêmicos-CA's entidades representativas dos estudantes matriculados em cada curso.

No âmbito da PUC Goiás, no seu Regimento Geral, no art. 346 que trata da Representação Estudantil reconhece-se a autonomia da organização de seus alunos em entidades próprias, legalmente constituídas e representadas pelo Diretório Central dos Estudantes e pelos Centros Acadêmicos dos cursos. Cabe, ainda, institucionalmente, à Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil-PROEX, por meio da Coordenação de Assuntos Estudantis, a articulação com as entidades estudantis.

A relação entre a Universidade e o movimento estudantil nos processos de negociação, na resolução de conflitos, na busca de atendimento às demandas dos estudantes, no cumprimento de deveres e garantia de direitos, passa necessariamente, pela autonomia das entidades estudantis e esta tem que ser sempre preservada.

## **10.3 Metas**

- M1 Implementar ações pedagógicas, administrativas e de apoio psicossocial voltados à redução da evasão, subsídio à permanência e ao sucesso acadêmico.
- M2 Integrar as ações voltadas ao acompanhamento de egresso por meio de política institucional própria. Planejamento de um evento institucional anual dedicado aos egressos.
- M3 Coordenar a operacionalização do Proa envolvendo todas as Escolas.
- M4 Estruturar fluxo de acompanhamento e avaliação do sucesso acadêmico de estudantes bolsistas (Prouni e Vestibular Social, especialmente).
- M5 Implantar novo programa próprio de financiamento, o Pode PUC.
- M6 Aperfeiçoar a dinâmica de acolhida dos ingressantes, bolsistas e não bolsistas, por meio de ações específicas no início de cada semestre.
- M7 Elaborar projeto de envolvimento das famílias na acolhida aos ingressantes.
- M8 Incentivar as atividades esportivas promovidas pelas entidades estudantis.
- M9 Elaborar projeto de evento de reconhecimento do mérito acadêmico dos estudantes dos cursos de graduação, visando incentivar o bom desempenho e a excelência na formação acadêmica.

## **SEÇÃO III - POLÍTICAS DE GESTÃO**

### **11 POLÍTICA DE GESTÃO ACADÊMICO-ADMINISTRATIVA**

Colegialidade e participação são parâmetros de gestão na PUC Goiás, que se realizam no efetivo envolvimento da comunidade universitária na elaboração, execução e avaliação das políticas de ensino, pesquisa e extensão.

A Instituição, em sua prática gerencial, valoriza e respeita a autonomia e a colegialidade:

- na prática do exercício de ensino, da pesquisa e da extensão de cada docente, garantindo a liberdade de cátedra, exercida com responsabilidade e obediência aos ditames da legislação que rege a matéria, do Regimento e do Estatuto da Instituição;
- na interlocução com as deliberações dos órgãos colegiados;
- nas relações com representações estudantis (DCE e CAs) e das categorias funcionais;
- na presença e efetiva atuação de representantes dos professores, dos funcionários administrativos e dos estudantes, com direito a voz e voto, no Conselho Universitário, órgão colegiado superior da instituição, e nos Conselhos das Escolas;
- na reserva de ambientes destinados às representações estudantis e de categoria, no campus da instituição;
- na prática cotidiana da ação acadêmico-pedagógica.

#### **11.1 Relação da mantenedora com a mantida**

A Sociedade Goiana de Cultura (SGC), mantenedora da PUC Goiás, é responsável legal perante as autoridades públicas e a sociedade pela Universidade. Compete-lhe estatutariamente, nos termos da legislação, tomar as medidas necessárias para o bom funcionamento da Universidade, respeitando a autonomia da instituição, do corpo docente e discente e de seus órgãos colegiados. Compete-lhe, também, promover as adequadas condições de funcionamento das atividades da PUC Goiás, colocando a sua disposição os bens necessários para seu desenvolvimento e assegurar os necessários recursos financeiros de custeio.

A PUC Goiás goza de autonomia didático-científica, administrativa, financeira, disciplinar e de gestão patrimonial, nos termos da legislação vigente e do Estatuto e Regimento Geral, que regulamentam sua estrutura organizacional e as atribuições dos órgãos acadêmicos e administrativos.

A Mantenedora reserva-se o direito à orientação dos princípios, da natureza, finalidade e missão da PUC Goiás, enquanto instituição pontifícia, católica, comunitária e filantrópica, bem como à administração orçamentária e financeira da PUC Goiás, podendo ser delegada no todo ou em parte ao Reitor.

Dependem de aprovação da Mantenedora os novos investimentos em patrimônio imóvel e as decisões dos órgãos colegiados, que importem em aumento de despesas.

Compete exclusivamente ao Arcebispo de Goiânia, na qualidade de Grão-Chanceler da PUC Goiás, a nomeação dos ocupantes dos cargos da Administração Superior da Universidade, de acordo com o Estatuto da SGC e da PUC Goiás.

#### **11.2 Estrutura organizacional**

A PUC Goiás é constituída por unidades acadêmico-administrativas, unidades complementares e unidades suplementares.

As unidades acadêmico-administrativas são as Escolas, que coordenam e executam as atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão.

As unidades complementares são estruturas de apoio, que tem atuação especializada em processos e procedimentos acadêmicos e/ou administrativos específicos, necessários para o desenvolvimento das finalidades institucionais. São unidades complementares, entre outras, o Sistema de Bibliotecas, a Divisão de Tecnologia de Informação e a Divisão de Serviços Gerais.

As unidades suplementares são estruturas acadêmicas e/ou administrativas, que contribuem com a realização dos objetivos institucionais, com atuação em área específica e/ou emergente, bem como na prestação de serviços à comunidade acadêmica ou à sociedade. São unidades suplementares, entre outras, os Institutos e a Agência de Inovação.

A estrutura, a competência, a integração e o funcionamento das unidades acadêmico-administrativas, das complementares e suplementares são estabelecidas pelo Estatuto, o Regimento Geral e nas normas específicas, observadas as prescrições legais.

As Escolas, as unidades complementares e as suplementares estão subordinadas à Administração Superior, que é composta pela Grã-Chancelaria; o Conselho Universitário; o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão e a Reitoria. Esta última está articulada em 7 Pró-Reitorias: a Pró-Reitoria de Graduação, que coordena a implementação das políticas acadêmicas de ensino de graduação presencial e a distância; a Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, que coordena a implementação das políticas acadêmicas de ensino de pós-graduação nos programas e cursos de pós-graduação *stricto sensu* e *lato sensu*; de capacitação docente; de pesquisa e inovação e de editoração; a Pró-Reitoria de Extensão e Assistência Estudantil, que coordena a implementação das políticas acadêmicas de ação comunitária, de extensão e de assistência estudantil; a Pró-Reitoria de Administração, responsável pela gestão administrativa, orçamentária, financeira, contábil, patrimonial, de manutenção e obras; a Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, responsável pela gestão de pessoal docente e administrativo, pelo planejamento institucional, pelo desenvolvimento organizacional, a avaliação institucional e os sistemas e as tecnologias de informação gerencial da instituição; a Pró-Reitoria de Saúde, que promove a articulação entre o ensino e os serviços de saúde, oferecidos pela Santa Casa de Misericórdia de Goiânia, hospital-ensino de referência da Universidade; a Pró-Reitoria de Comunicação, responsável pela gestão da PUC TV Goiás.

### **11.3 Gestão acadêmica dos cursos e programas**

A Coordenação dos cursos de graduação exerce a gestão acadêmico-administrativa das atividades integradas de ensino, pesquisa e extensão de cada curso da Escola, subordinada diretamente à Direção da Escola, sob a supervisão da Pró-Reitoria de Graduação. A Coordenação de cursos de graduação é exercida por um coordenador, indicado em lista tríplice pelo colegiado do curso, dentre os docentes com titularidade na área do curso que, preferencialmente, sejam mestres ou doutores e integrem o quadro permanente da PUC Goiás. O mandato do Coordenador de curso de graduação é de 4 anos.

O Colegiado do curso de graduação é formado pelos docentes que lecionam no curso, executando o projeto pedagógico com a participação da representação estudantil. Compete ao Colegiado do curso, com seu coordenador e de forma articulada com a direção da Escola a execução do Projeto Pedagógico do Curso aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão. Em cada Colegiado de curso de graduação atua o Núcleo Docente Estruturante (NDE), composto por docentes do quadro permanente e presidido pelo coordenador.

A Coordenação dos programas de pós-graduação *stricto sensu*, subordinada diretamente à direção da Escola, é o órgão gestor do ensino de pós-graduação *stricto sensu*, sob a

supervisão da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. O coordenador e o vice-coordenador são escolhidos em lista tríplice elaborada pelo colegiado do curso ou do programa, para um mandato de 4 anos. Em cada curso de pós-graduação *stricto sensu* o colegiado é a instância deliberativa e é composto pelos docentes nele credenciados e pela representação do corpo discente.

#### **11.4 Metas**

- M1 Elaboração e aprovação dos Projetos Pedagógicos das Escolas.
- M2 Elaboração e aprovação do Regimento Geral, incluindo o regime acadêmico de graduação e pós-graduação e o regime disciplinar unificado.
- M3 Reorganização Institutos e construção de seu Projeto Pedagógico.
- M4 Elaboração de projeto para o reposicionamento e a valorização dos acervos arqueológicos, etnológicos, documentais e audiovisuais da PUC Goiás, em parceria entre os Institutos.
- M5 Revisão e atualização PDI.
- M6 Desenvolvimento do Projeto Identidade para o fortalecimento dos vínculos da comunidade acadêmica no contexto da reorganização estrutural.
- M7 Elaboração e desenvolvimento do projeto +60 para a preparação e a celebração do Jubileu de Diamante da Instituição em 2019.
- M8 Implementação das adequações no Sistema de Gestão Acadêmica e no Sistema de Gestão de Correspondências e Protocolos para atender à nova estrutura institucional
- M9 Desenvolver sistema próprio para gestão de documentos e registros acadêmicos conforme exigência da Portaria MEC nº 315, DE 04 DE ABRIL DE 2018

## **12 POLÍTICA DE PESSOAL DOCENTE**

### **12.1 Corpo docente: características, perfil e objetivos da política**

O quadro docente da PUC Goiás é qualificado e comprometido com a qualidade do ensino, a produção científica e o desenvolvimento de ações de extensão, que caracterizam o Projeto Pedagógico Institucional.

Ao longo dos sessenta anos de sua história, a Universidade consolidou o corpo docente em todos seus cursos, garantindo a adequada implementação dos projetos pedagógicos e respeitando uma longa tradição de organização negociada e participativa da carreira docente e de sua política. O primeiro documento que regulamenta a carreira docente remonta ao ano de 1985. A política e os regulamentos da carreira docente passaram por avaliações e adequações, buscando o melhor equilíbrio possível entre a qualificação do Projeto Pedagógico Institucional, a oferta de condições de trabalhos diferenciadas e a sustentabilidade institucional. O Regulamento vigente foi aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração em janeiro de 2014 (Resolução 001/2014-CEPEA).

A política de pessoal docente tem como objetivos:

- Estimular a qualificação do corpo docente para atuar com competência em projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- Garantir a formação de equipes multidisciplinares equilibradas e adequadas às demandas dos Projetos Pedagógicos;
- Oferecer condições para a o exercício das atividades docentes com qualidade, valorizando as competências técnicas e pessoais dos profissionais;

- Estimular a atuação dos docentes em programas de pós-graduação e em grupos de pesquisa e/ou de extensão;
- Oferecer a possibilidade de licença parcial ou integral, remunerada ou não, para capacitação docente, desde que vise a atender às exigências curriculares e à busca da excelência no desenvolvimento de projetos da Instituição;
- Proporcionar atividades de formação continuada com o propósito de aprimorar a qualidade pedagógica, metodológica e tecnológica na integração entre ensino, pesquisa e extensão, e qualificar o ensino de graduação e pós-graduação na Instituição.

## **12.2 Regime de trabalho**

A carreira docente é atende à legislação trabalhista e às exigências da política nacional para a educação superior. O corpo docente é constituído por professores do Quadro Permanente, integrantes da Carreira Docente e por professores do Quadro Transitório, não integrantes da Carreira Docente.

O Quadro Transitório é composto por professores visitantes e substitutos. São considerados professores visitantes os docentes e os pesquisadores de reconhecido renome, admitidos em caráter extraordinário para atender a programas especiais de ensino, pesquisa e extensão e/ou a atividades de convênio com entidades acadêmico-científicas nacionais e internacionais. Os professores substitutos são profissionais que exercem as atividades de ensino das cargas horárias cumulativas dos docentes em licença de pós-graduação, licença maternidade, licença por doença, afastamento temporário, atividade temporária na Instituição, abertura de cursos novos, exercício de atividades de inovação tecnológica especializada, oferta ocasional de disciplinas e demais casos aprovados pelo Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão.

Os regimes de trabalhos, previstos no Regulamento vigente (art. 29), são:

- a) regime de tempo integral, destinado aos docentes que assumem atividades integradas de ensino, pesquisa e/ou extensão, com dedicação obrigatória de 40 (quarenta) horas semanais à disposição da Universidade, sendo destas pelo menos 50% dedicadas a estudos, pesquisa, extensão, gestão, assistência aos estudantes e demais atividades acadêmicas determinadas pelas Instituição;
- b) regime de tempo parcial (ou contínuo), destinado aos docentes que assume atividades integradas de ensino, pesquisa e/ou extensão, com dedicação mínima de 12 (doze) horas semanais à disposição da Universidade, sendo destas pelo menos 25% dedicadas a estudos, pesquisa, extensão, gestão, assistência aos estudantes e demais atividades acadêmicas determinadas pelas Instituição;
- c) regime de hora-aula, destinado ao docente que assume atividades de ensino e orientação acadêmica, com dedicação de até 40 (quarenta) horas semanais, de acordo com regulamentação aprovada pelo CEPEA e respeitado o disposto no art. 318 da Consolidação das Leis do Trabalho, sendo-lhes garantida, a cada dez horas de ensino atribuídas, uma hora para participação das reuniões do colegiado do curso.

A distribuição de carga horária semestral é realizada pela coordenação do curso e a direção da Escola, sob a orientação da pró-reitorias competentes, em conformidade às normas institucionais e às exigências dos projetos pedagógicos dos cursos. As horas dos docentes de tempo parcial e integral, não dedicadas à ministração de aulas, são dedicadas a atividades correlatas à função da docência (elaboração de planos de ensino e preparação de aulas, aplicação e correção de provas, verificação de aprendizagem e atribuições de notas, participação em bancas examinadoras, reuniões, revisão e atualização da bibliografia da disciplina), atendimento de estudantes, pesquisa, extensão ou gestão acadêmico-pedagógica.

As atividades de pesquisa e extensão podem ensejar uma redução temporária do envolvimento do docente com a ministração de aulas, desde que propostas sob a forma de projetos aprovados pelas instâncias competentes, conforme as normas da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, da Pró-Reitoria de Graduação e da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil.

### **12.3 Critérios de seleção, contratação e substituição**

O processo de consolidação do quadro docente depende de dois fatores fundamentais: busca da excelência na implementação dos projetos de cursos e programas e preservação da sustentabilidade institucional. Na definição da política de contratação, a PUC procura assegurar a necessária coexistência desses dois fatores.

A política para admissão e contratação do pessoal docente está definida nas normas institucionais que regulamentam a carreira docente. A seleção e admissão ao quadro permanente sempre acontece por seleção pública, considerando critérios técnicos, tais como: titulação, experiência profissional e docente, produção científica.

Todo docente, aprovado em seleção para o quadro permanente, passará obrigatoriamente pela Avaliação Específica de Desempenho no período de até 2 (dois) anos da contratação. Do desempenho na avaliação depende sua permanência no quadro da Carreira Docente.

### **12.4 Formação continuada e incentivo à produção científica, cultural, artística e tecnológica**

A fim de garantir o aperfeiçoamento contínuo do quadro docente, a Instituição concede incentivos para capacitação, produção e divulgação de pesquisas, a partir de critérios estabelecidos nos regulamentos, de acordo com as prioridades dos cursos e programas institucionais. Os programas de capacitação permanente e apoio pedagógico ao corpo docente visam a melhoria contínua do processo de ensino-aprendizagem.

A formação continuada é de responsabilidade de cada docente e é estimulada pelos colegiados dos cursos e das Escolas, em articulação e sob a orientação das pró-reitorias. Os docentes podem realizar seu percurso de formação nos cursos e programas da Instituição ou em cursos e programas de outras instituições qualificadas, no País ou no exterior. Com foco nas exigências dos projetos pedagógicos e na excelência dos projetos de pesquisa e de extensão, a PUC Goiás concede licenças parciais ou integrais, inclusive remuneradas, para a formação continuada docente, com normatização específica aprovada pelos órgãos colegiados competentes.

A PUC Goiás oferece aos docentes programas de capacitação em temas específicos, identificados nos processos de autoavaliação institucional, nos projetos pedagógicos ou nos processos de avaliação de desempenho docente. Os programas de capacitação se desdobram em três níveis:

- a) nas Semanas de Integração Acadêmica e Planejamento, para todos os docentes, sobre temas relevantes para a atuação docentes, levantados pela própria comunidade acadêmica nos processos de autoavaliação;
- b) em eventos de capacitação para grupos específicos de docentes, decorrentes de demandas dos projetos pedagógicos de cursos (novas metodologias, temas transversais e de integração, gestão pedagógica etc.);
- c) em programas de capacitação para a qualificação da atuação docente de professores com demandas específicas registradas nos processos de avaliação de desempenho ou de professores ingressantes.

## **12.5 Metas**

- M1 Planejar e realizar o novo formato do Programa de Formação Continuada de Professores a ser realizado em etapas semestrais nas Semanas de Integração Acadêmica e Planejamento.
- M2 Atualizar, permanentemente, as temáticas a serem abordadas no Programa de Formação Continuada tendo como base as demandas diagnosticadas na autoavaliação dos cursos e programas;
- M3 Desenvolver acompanhamento específico, com capacitação e orientação, dos professores ingressantes e daqueles que apresentarem baixo desempenho na Avaliação Online realizada pelos estudantes.
- M4 Elaborar regulamento específico para a carreira de docência na educação a distância, em atendimento à implantação dos cursos EaD.
- M5 Elaborar a Política de Formação Continuada de Professores e Tutores da Educação a Distância.
- M6 Realizar ações de capacitação docente específica por curso ou área em que há demandas de modelos inovadores de currículo ou metodologias de ensino.
- M7 Desenvolver Projeto Preparação para a Aposentadoria (PPA) para apoiar os docentes na organização do encerramento de sua carreira.

## **13 POLÍTICA DE PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO**

### **13.1 Composição e política**

A PUC Goiás valoriza a ação de seu quadro técnico-administrativo, que atua em interação constante com o corpo docente e discente na manutenção da organização institucional, no suporte técnico e na execução das ações pedagógicas. A composição do quadro de funcionários técnico-administrativos e a política de seu desenvolvimento estão descritas e se orientam pelo Plano de Cargos e Salários da Carreira Administrativa, aprovado pelo Conselho de Ensino, Pesquisa, Extensão e Administração em 2012.

O Quadro de Carreira é constituído por 4 (quatro) grupos ocupacionais:

- a) Grupo Operacional: é o grupo que agrega os cargos e funções de natureza operacional em serviços gerais, de segurança, de transporte, de obras e de manutenção;
- b) Grupo Administrativo: é o grupo que agrega os cargos e funções de natureza administrativa de nível intermediário nas áreas: administrativa, acadêmica, biblioteca e laboratórios;
- c) Grupo Técnico: é o grupo que agrega os cargos e funções de nível técnico nas áreas acadêmica e administrativa da Instituição;
- d) Grupo de Analistas: é o grupo que agrega os cargos e funções de natureza administrativa de reconhecida qualificação nas áreas acadêmica e administrativa da Instituição.

A fim de melhorar constantemente a adequação e a qualificação de seu quadro técnico-administrativo, a PUC Goiás adota como diretrizes de sua política de gestão de pessoas:

- a) executar programas de qualificação permanente do corpo técnico-administrativo para o desenvolvimento das habilidades conexas à sua área de atuação e formação para a multifuncionalidade, em apoio aos projetos de ensino, pesquisa, extensão e gestão;
- b) implementar estratégias permanentes de avaliação e renovação do quadro técnico-administrativo, visando ao aprimoramento da prestação dos serviços à comunidade universitária;

- c) fortalecer no quadro técnico-administrativo vínculos de pertencimento institucional e identificação com o projeto pedagógico;
- d) promover a qualificação e competência funcional, desde os processos seletivos, pro meio de processos de avaliação e capacitação;
- e) proporcionar atividades de formação continuada para aprimorar a qualidade do atendimento informacional, pedagógico e tecnológico.

### **13.2 Regime de trabalho**

O Regime de Trabalho dos funcionários administrativos obedece à legislação vigente e às normas institucionais, especialmente ao Plano de Cargos e Salários. A jornada diária de trabalho é normalmente de 8 (oito) horas, totalizando jornada semanal de 40 (quarenta) horas, salvo as jornadas especiais das profissões regulamentadas. Para atendimento de necessidades específicas e justificadas, poderá ser autorizada a contratação de empregado administrativo com jornada semanal de trabalho menor, conforme a necessidade e o interesse da Universidade.

A frequência e pontualidade no local de trabalho são comprovadas por registro eletrônico de ponto. Ao funcionário é assegurado o direito de afastamento de suas atividades, mediante licença, nos casos previstos em lei ou, a pedido, por interesse particular, e o direito ao descanso semanal remunerado aos domingos, salvo por necessidade do serviço. Como parte integrante da política de pessoal, a Universidade mantém programas especialmente voltados para a saúde do trabalhador:

- a) atendimento ambulatorial com médicos, enfermeiros e pessoal técnico;
- b) atendimento às emergências de caráter ambulatorial efetuado em todos os turnos, por meio de convênio com o Sistema Vida UTI Móvel, que presta assistência em urgências e emergências com equipes especializadas e, quando for o caso, com encaminhamento a unidades hospitalares;
- c) realização de sessões diárias de ginástica laboral nos locais de trabalho, com equipe coordenada por profissionais de educação física e fisioterapia;
- d) plano de saúde e possibilidade de plano de previdência.

### **13.3 Critérios de seleção e contratação**

A política para admissão e contratação do pessoal técnico-administrativo está definida nas normas institucionais que regulamentam a carreira. A seleção e admissão ao quadro acontece por processo seletivo externo. O provimento de vagas, quando possível, deve ser realizada por remanejamento, readaptação ou por processo seletivo interno. Todo funcionário admitido fica sujeito ao período de experiência, no prazo estabelecido na CLT, durante o qual será avaliado pelas chefias imediatas.

### **13.4 Programa de formação continuada e avaliação**

A partir de suas políticas institucionais de aperfeiçoamento de pessoal, a PUC Goiás promove a integração, o desenvolvimento e a educação continuada dos seus funcionários administrativos, incentivando-os a participarem de programas de desenvolvimento, seminários, eventos, cursos de capacitação e palestras, que contribuam para o seu aperfeiçoamento e atualização profissional. O corpo técnico-administrativo tem incentivos permanente para realizar cursos de extensão, de graduação e de pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* profissionalizantes, relacionados com as suas áreas de atuação. Entre os programas permanentes de desenvolvimento pessoal e profissional destacam-se:

- a) CulturaRH – Integra PUC Goiás: programa desenvolvido anualmente, buscando proporcionar aos funcionários o conhecimento da Universidade, suas atividades de

ensino, pesquisa e extensão, objetivando uma capacitação adequada para aprimoramento de suas funções.

b) Projeto Outono: com a finalidade de preparar os funcionários docentes e técnico-administrativos para a aposentadoria e um envelhecimento saudável, alerta para os sentimentos de inutilidade e de não pertença, fatores responsáveis pela depressão, e vícios que acometem as pessoas que se desligam de suas atividades laborais.

c) Alonga RH: programa de Ginástica Laboral, implantado na PUC há vários anos, aplicado diariamente em todas as unidades. Visa prevenir doenças ocupacionais e lesões de esforços repetitivos; promove a saúde ocupacional e a qualidade de vida; evita os males da LER/DORT; alegra o espaço de trabalho e estimula a integração entre colegas.

d) Plano de Previdência Privada – SGC PREV: por meio do planejamento financeiro, tem a finalidade de assegurar renda suplementar no momento do desligamento da PUC Goiás por motivo de aposentadoria. O plano é custeado por contribuições dos funcionários e da Instituição, com administração realizada pelo BB Previdência.

O corpo técnico-administrativo participa de um processo permanente de avaliação de desempenho, voltado para a constante qualificação de sua atuação na implementação do projeto pedagógico institucional e para sua progressão na carreira. Os funcionários participam, também, do processo de autoavaliação institucional por meio de instrumento específico elaborado pela Comissão Própria de Avaliação.

### **13.5 Metas**

- M1 Dar continuidade ao Programa Gestão de Pessoas, promovendo ações pedagógicas, estratégicas e saneadoras com vistas ao desenvolvimento de habilidades e competências dos funcionários administrativos, bem como melhoria no atendimento.
- M2 Dar continuidade as ações do Serviço Especializado de Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho e do Serviço de Atenção à Saúde, da UTI Móvel do Plano de Saúde.
- M3 Desenvolver o projeto Preparação para a Aposentadoria
- M4 Ofertar curso de capacitação em tecnologia da informação, conforme demanda emergente na avaliação de desempenho.
- M5 Realizar o projeto “Cultura RH” junto com Semana de Integração Acadêmica e Planejamento para estimular a interação entre docentes e funcionários administrativos, mantendo estes atualizados sobre os projetos e desafios da unidade em que atuam.
- M6 Fomentar o uso de estratégias de mediação para resolução de conflitos.
- M7 Elaborar e aplicar instrumento específico de autoavaliação institucional voltado à participação de funcionários administrativos.

## **14 POLÍTICA DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA**

Os processos de gestão administrativa e financeira da PUC Goiás seguem os princípios estabelecidos em seu Estatuto, no Estatuto da Sociedade Goiana de Cultura, sua mantenedora, e na legislação pertinente à sua natureza de portadora de Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (CEBAS) na área de educação e de instituição Comunitária de Educação Superior.

A política de gestão administrativo-financeira da Universidade é orientada pelo diálogo permanente entre a Administração Superior e a Sociedade Goiana de Cultura, que orienta,

supervisiona, avalia e fiscaliza o desempenho administrativo dos gestores da mantida, visando o desenvolvimento sustentável e o equilíbrio financeiro no respeito às exigentes metas institucionais de inclusão e responsabilidade social. Além disso, a Universidade aplica ingentes recursos na criação de infraestruturas adequadas para suas atividades e na capacitando seus quadros docente e administrativo.

Para garantir sua sustentabilidade financeira, busca compatibilizar e manter o equilíbrio entre:

- a) a demanda constante e crescente de qualidade na oferta dos serviços educacionais e nos projetos de desenvolvimento de pessoal;
- b) o controle das despesas de custeio, de pessoal e de investimentos;
- c) o atendimento às exigências legais e trabalhistas.

Assegurar qualidade no processo da ação acadêmica exige recursos humanos qualificados, infraestrutura física adequada e instalações bem equipadas. Compatibilizar sustentabilidade financeira, qualidade acadêmica e responsabilidade social exige prudência e decisão, no desafio de alcançar o equilíbrio entre a receita e a despesa.

#### **14.1 Fontes dos recursos financeiros**

Os recursos financeiros, que a PUC Goiás usa para a execução de suas atividades de educação superior, são administrados sob a diretrizes da Sociedade Goiana de Cultura e na estrita observância da legislação pertinente.

A origem dos recursos, por determinação do Estatuto (art. 73), pode ser:

- a) dotações financeiras da Sociedade Goiana de Cultura;
- b) mensalidades, anuidades, taxas ou contribuições cobradas do corpo discente;
- c) rendas provenientes de patentes, direitos autorais, direitos de imagem ou uso da marca, atividades produtivas e de prestação de serviços;
- d) renda sobre venda de produtos decorrentes de suas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- e) subvenções, auxílios, contribuições, doações a ela legalmente destinadas por instituições públicas ou privadas, por pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras;
- f) renda de bens e de aplicação de valores patrimoniais.

Deve ser progressivamente ampliada a captação de recursos provenientes de órgãos de fomento da pesquisa e da extensão, para garantir a execução de projetos de qualificação das atividades fim da Instituição. Especialmente, deve ser estudada e estruturada a possibilidade de parcerias com empresas para o desenvolvimento de pesquisas aplicadas. Todos os recursos gerados ou obtidos pela PUC Goiás devem ser utilizados na consecução de seus objetivos institucionais.

#### **14.2 Instrumento gerencial**

Para assegurar recursos financeiros necessários ao desenvolvimento de programas, projetos e ações do ensino, da pesquisa e da extensão, mantendo o equilíbrio e a sustentabilidade, a PUC Goiás mantém um rigoroso controle gerencial de seus recursos financeiros por meio de processos consolidados de gestão, controladoria e contabilidade, coordenados e executados pela Pró-Reitoria de Administração.

Matriz de referência para a gestão financeira é o orçamento anual, elaborado pela Reitoria e aprovado pela Assembleia da Sociedade Goiana de Cultura. O orçamento é elaborado com base nas propostas orçamentárias de receitas, despesas e investimentos de suas funções e unidades acadêmicas e administrativas, e de acordo com as diretrizes de desenvolvimento constantes neste PDI. O controle e a operacionalização da execução do orçamento são mediadas por um sistema de tecnologia de informação próprio (SAF),

desenvolvido sob medida em parceria entre a Divisão de Tecnologia de Informação e a Divisão Financeira e Contábil, que opera de forma integrada com o sistema de gestão acadêmica.

Para conseguir o objetivo da excelência na prática acadêmica, a PUC Goiás segue parâmetros que garantam a sustentabilidade econômico-financeira:

- otimizando a distribuição dos recursos institucionais;
- implementando ações que visem à redução de gastos;
- criando programas de incentivos que estimulem a adimplência;
- otimizando a gestão administrativo-financeira;
- reduzindo progressivamente a participação originada de anuidade/mensalidade, em relação à receita total.

A busca pela excelência acadêmica se constitui no compromisso institucional fundamental. No entanto, a qualidade está indissolúvelmente associada à eficiência e à eficácia no uso racional e monitorado dos recursos, a fim de torná-los mais produtivos, aplicados, prioritariamente, no desenvolvimento da missão fundamental da Instituição, que é oferecer ensino, pesquisa e extensão de qualidade. Para tanto, a determinação dos parâmetros de distribuição dos recursos orçamentários disponíveis torna-se um instrumento gerencial norteador da atividade econômico-financeira da Instituição.

### **14.3 Metas**

- M1 Implantação do complemento do SAF de planejamento anual. SAF em uso: compras, estoque, contas a pagar, contas a receber, contabilidade, orçamento, tesouraria, planejamento estratégico, contratos, filantropia, controle patrimonial, convênios e infraestrutura. Módulos integrados com sistema de folha de pagamentos e o sistema acadêmico.
- M2 Estabelecimento de controle e gerenciamento da manutenção patrimonial. Manual de gestão do patrimônio.
- M3 Implantação de cursos de capacitação em Gestão de Recursos e Gestão de Pessoas das instâncias gestoras.
- M4 Elaboração e implementação de estratégias de complementação de receitas para viabilizar a sustentabilidade financeira institucional.
- M5 Elaboração de propostas de redução de impacto ambiental das estruturas e das operações da PUC Goiás, tais como: uso de produtos biodegradáveis para limpeza; reaproveitamento de água; gerenciamento e reciclagem de resíduos, dentre outras.
- M6 Elaborar e desenvolver projetos de qualificação (humanização) arquitetônica e paisagística dos espaços.
- M7 Elaborar plano de trabalho para viabilizar a acessibilidade arquitetônica nas diferentes áreas da PUC Goiás.

## **SEÇÃO IV - INFRAESTRUTURA**

### **15 INFRAESTRUTURA FÍSICA**

A PUC Goiás, ao priorizar a integração entre ensino, pesquisa e extensão, considera espaço acadêmico todo o lugar onde acontece a aprendizagem e onde se transmite conhecimento e cultura. A exigência de uma política inovadora do espaço físico não decorre somente da necessidade de modernizar a comunicação do saber e atender um público cada dia mais exigente em relação ao conforto ambiental, mas é questão de metodologia na oferta do ensino, da pesquisa e extensão; é exigência das propostas curriculares, que não aceitam mais circunscrever a aprendizagem aos conteúdos ministrados entre quatro paredes. Todo lugar onde o evento da aprendizagem acontece, onde a investigação se realiza, onde o saber e o conhecimento são criados, onde a cultura é socializada, torna-se lócus privilegiado de ensino.

A sala de aula é, arquitetonicamente, elemento central, mas os instrumentos de comunicação e de inovação tecnológica sempre mais avançados abrem espaços para o mundo virtual, quadro magnético, recursos audiovisuais, internet. Igualmente privilegiados serão os espaços destinados às funções da investigação, da inovação técnico-científica: laboratórios, núcleos de pesquisa, acervos físicos e virtuais das bibliotecas, campos de estágio, museus etc., além dos espaços destinados ao planejamento, à operacionalização e supervisão acadêmico-administrativa, à convivência comunitária e às atividades de extensão e socialização do saber.

A PUC Goiás planeja e supervisiona o uso e a ocupação do espaço físico da Universidade, onde cada área tem os elementos físicos arquitetônicos planejados de acordo com o destino acadêmico e atividades conexas. A política de uso e ocupação dos espaços físicos acadêmicos da PUC Goiás se orienta pelos seguintes princípios:

1. O planejamento arquitetônico e de urbanização do espaço acadêmico da Universidade e das áreas ou campi deve responder à funcionalidade exigida pela natureza e missão institucional, tendo como princípio orientador a política de mobilidade e acessibilidade, bem como as propostas curriculares dos cursos e programas instalados.
2. O projeto arquitetônico de cada área física deve favorecer a interação dos programas e cursos de áreas epistemológicas afins, facilitando a integração de componentes curriculares de diferentes matrizes e a interdisciplinaridade.
3. As instalações físicas necessárias aos cursos e programas acadêmicos e sua infraestrutura devem estar disponíveis antes do início do semestre letivo.
4. Os espaços destinados ao ensino, pesquisa e extensão são considerados prioritários.
6. Espaços de convivência dos alunos, professores e funcionários são áreas academicamente relevantes, sendo sua presença e conservação prevista nos projetos arquitetônicos de cada área.
7. Todas as instalações básicas de cada área (linhas telefônicas, elétricas, hidráulicas, fibra ótica, esgoto, gás etc.) devem ser definidas, mapeadas e conhecidas pela administração da instituição e pelos órgãos responsáveis pela manutenção e pela expansão do espaço físico.
8. A urbanização e a conservação dos ambientes dos campi devem ser efetuadas constantemente.
9. A harmonia arquitetônica da Universidade deve ser preservada, evitando a construção de anexos ou efetuando reformas sem aprovação de projeto arquitetônico.

10. As prioridades no uso dos equipamentos nos espaços acadêmicos (salas de aula, laboratórios, auditórios etc.) decorre de sua relevância prevista na proposta curricular aprovada.

11. A funcionalidade dos ambientes de aprendizagem é avaliada de acordo com sua adequação às exigências do componente curricular ministrado.

A PUC Goiás está instalada numa área física de 1.004.785 m<sup>2</sup>, distribuída em cinco unidades territoriais, chamadas internamente de “Campi”:

a) **Campus I**, em Goiânia: terreno de 141.155,12 m<sup>2</sup> e área construída de 95.252,84 m<sup>2</sup>. É composto por cinco áreas físicas, onde localizam-se a Reitoria, as Pró-reitorias, a Escola de Gestão e Negócios, a Escola de Formação de Professores e Humanidades, a Escola de Ciências Médicas, Farmacêuticas e Biomédicas, a Escola de Ciências Sociais e da Saúde, a Escola de Artes e Arquitetura, a Escola de Engenharia e a Escola de Ciências Exatas e da Computação; a Secretaria Geral, a Biblioteca Central, a PUC TV, o IGPA, a Paróquia universitária, o Museu PUC, a sede da Associação dos Professores e dos Funcionários Administrativos, o Diretório Central dos Estudantes, a Casa do Estudante, auditórios e grande parte dos serviços da administração.

b) **Campus II**, em Goiânia: terreno de 526.487,00 m<sup>2</sup> e área construída de 35.012,30 m<sup>2</sup>. A área é ocupada pela Escola de Ciências Agrárias e Biológicas e pela Escola de Formação de Professores e Humanidades; pelo Instituto do Trópico Subúmido com o Memória do Cerrado e pelo Centro de Convenções PUC.

c) **Campus III**, em Goiânia: terreno de 23.553,95 m<sup>2</sup> e área construída de 4.136,42 m<sup>2</sup>. No Campus III funcionam a Editora, a Gráfica e os setores de marcenaria, serralheria e pintura. Hospeda também a Clínica Escola Vida, campo de estágios para os cursos de Terapia Ocupacional, Fisioterapia, Enfermagem e Psicologia, e atende a população carente da região.

d) **Campus V**, em Goiânia: terreno de 15.000 m<sup>2</sup> e área construída de 21.783,68 m<sup>2</sup>. É sede da Escola de Direito e Relações Internacionais e da Escola de Comunicação.

### 15.1 Instalações acadêmicas

O espaço físico da PUC Goiás destina-se para atividades acadêmicas, com reserva de espaços para as entidades estudantis, os setores administrativos, de manutenção, de urbanização e viabilidade, estacionamentos etc. Os ambientes destinados diretamente às ações pedagógicas são assim distribuídos:

|                           |     |
|---------------------------|-----|
| Salas de Aula             | 342 |
| Ambientes laboratoriais   | 476 |
| Salas dos docentes.       | 80  |
| Áreas de convivência      | 57  |
| Auditórios                | 10  |
| Clínicas-Escola           | 04  |
| Complexo Poliesportivo    | 01  |
| Museus                    | 02  |
| Centro de Idiomas (salas) | 21  |

As áreas possuem amplos espaços de convivência, cantinas, sanitários em todos os andares, com adaptações para os deficientes físicos. A quantidade e a qualidade dos laboratórios caracterizam o ensino, vinculado indissolavelmente à pesquisa e à extensão.

## 15.2 Laboratórios

A Universidade dispõe de um excelente parque tecnológico, com 476 ambientes laboratoriais e, como elementos de apoio, o setor de audiovisual e o setor de manutenção, encarregados da conservação e atualização do parque tecnológico.

Os laboratórios distribuem-se nas diversas áreas, servindo a todos os cursos de graduação e pós-graduação e aos 4 institutos da Universidade. O setor de manutenção obedece a um rigoroso planejamento e monitoramento cuidando diariamente da conservação e atualização do parque tecnológico.

## 16 SISTEMA DE BIBLIOTECAS

O Sistema de Bibliotecas (SiBi) é unidade complementar e caracteriza-se pela gestão da informação do conhecimento para a comunidade acadêmica, como consultoria e apoio para atividades do ensino, da pesquisa e da extensão. No processo de gerenciamento localiza, seleciona, organiza e disponibiliza a informação do conhecimento. O atendimento à comunidade em geral é inerente ao trabalho do SIBI. Está organizado em espaços físicos e virtuais. Atualmente é composto pela Biblioteca Central e Postos de Atendimento.

O SiBi PUC Goiás é composto por:

- a) Biblioteca Central, localizada na Área I; tem área construída de 4.284,07 m<sup>2</sup>, possui 351 gabinetes para estudo individual, cinco salas para estudo em grupo com capacidade para seis alunos e salas para atividades diversas com capacidade para até 60 alunos. Tem laboratório de informática com acesso à internet, com 30 computadores.
- b) Biblioteca Setorial do Campus II, com área construída de 178 m<sup>2</sup>, possui 24 gabinetes para estudo individual e espaço para estudo em grupos com capacidade para 24 alunos. Tem laboratório de informática com acesso à internet, com 6 computadores.
- c) Biblioteca Setorial do Campus V tem área construída de 619,16 m<sup>2</sup>, possui 98 gabinetes para estudo individual, oito com capacidade para seis alunos e uma sala com capacidade para 10 alunos, todas para estudo em grupo. Tem laboratório de informática com acesso à internet, com 10 computadores.
- d) Posto de Atendimento da Santa Casa possui espaço para estudo individual e em grupo com capacidade para 18 alunos. Tem laboratório de informática com acesso à internet, com 12 computadores.
- e) Posto de Atendimento do Laboratório Morfofuncional, localizado na Escola de Ciências Médicas, Farmacêuticas e Biomédicas possui 59 gabinetes para estudo individual e espaço para estudo em grupos com capacidade total para 82 alunos. Tem laboratório de informática com acesso à internet, com 43 computadores.
- f) Posto de atendimento do Instituto Santa Cruz – onde funciona o Curso de Graduação em Teologia- tem espaço físico de 76 m<sup>2</sup>.

O SiBi PUC Goiás conta com um acervo geral de mais de 408 mil exemplares e é gerenciado pelo *Pergamum* – Sistema Integrado de Bibliotecas – um sistema informatizado de gerenciamento de dados, que lhe possibilita disponibilizar serviços via web, que abrangem a busca da informação, a renovação, a reserva e a busca integrada com o Repositório Institucional da PUC Goiás, composto atualmente por periódicos publicados pela PUC Goiás, teses e dissertações. Além disso, favorece a informatização e a organização do acervo com alto grau de detalhamento e permite a adoção de

estratégias de planejamento e avaliação em tempo real, bem como recursos tecnológicos para consulta, guarda, autoempréstimo e organização do acervo.

O acervo físico está tombado e informatizado e o virtual (Portal de Periódicos da Capes) é garantido por termo de compromisso assinado ficando garantido o acesso ininterrupto ao usuário pelo Comunidade Acadêmica Federada (CAFe).

### **16.1 Atendimento ao público**

O atendimento ao público está garantido nos seguintes horários:

a) na Biblioteca Central e nos Postos de Atendimento do Campus V e do Instituto Santa Cruz: das 7 às 22 horas, de segunda a sexta feira, e aos sábados, das 8 às 12 horas.

b) no Posto de Atendimento do Campus II: das 8 às 22 horas, de segunda a sexta feira.

O Sistema de Bibliotecas, além de prestar seus serviços aos alunos de graduação e pós-graduação da PUC Goiás, atende, mediante consulta controlada, aos alunos das demais IES, das escolas de educação básica e à população em geral.

### **16.2 Serviços oferecidos aos usuários do SIBI**

O Sistema de Bibliotecas, funcionando de forma integrada para atender às necessidades institucionais, possui estações para estudo em grupo e individuais, recursos tecnológicos para consulta, guarda, empréstimo e organização do acervo, de forma a fornecer acesso a informação com presteza. Quanto a acessibilidade ela é cuidada no espaço físico com rampas de acesso, elevadores e sinalizações. No atendimento, oferece computadores com o software NVDA para portadores de necessidades visuais e atendimento especializado para portadores de necessidades auditivas.

O Sistema oferece, de forma permanente, os seguintes serviços:

- a) Visita orientada;
- b) Empréstimo domiciliar;
- c) Renovação, via Internet, de empréstimo de material;
- d) Consulta, via Internet, de histórico de empréstimo;
- e) Consulta de débitos;
- f) Catálogo online;
- g) Serviço de alerta via e-mails (informações sobre datas de devolução, atraso na devolução, débitos em aberto e solicitação de reservas);
- h) Empréstimo entre bibliotecas;
- i) Orientações sobre busca;
- j) Levantamento bibliográfico;
- k) Exposição de livros e periódicos novos;
- l) Comutação bibliográfica (solicitação de cópias de material entre bibliotecas do Brasil e América Latina)
- m) Pesquisa em mídias digitais CD-ROMs, DVDs e online);
- n) Acesso Internet;
- o) Normalização de documentos (elaboração de fichas catalográficas de dissertações, teses e obras editadas pela PUC Goiás);
- p) Orientação sobre normalização;
- q) Capacitação ao uso de bases de dados digitais e ferramentas de busca online;
- r) Atendimento à comunidade externa (visitantes e ex-alunos).
- s) Acesso à Biblioteca Virtual/Digital
- t) Exposições de artes visuais, no hall da Biblioteca.

### **16.3 Programas e projetos do SIBI**

Entre os projetos desenvolvidos pelo Sistema de bibliotecas, destacam-se:

- a) Programa Interdisciplinar de Leitura: Leitura no Cotidiano, Roda de Leitura, Hora do Conto e Galeria a Vista;
- b) Projeto Obra Rara – Digitalização das obras existentes em nosso acervo;
- c) Repositório Institucional – Formação de uma Base de Dados para divulgação da produção acadêmica da PUC Goiás;
- d) Oferta de oficinas aos estudantes ingressantes sobre o uso do Sistema de Bibliotecas, das bases online e das técnicas de pesquisa bibliográfica.

#### **16.4 Política de aquisição, expansão e atualização**

A PUC Goiás adota metodologia própria para manter o acervo bibliográfico qualificado às necessidades acadêmicas, tanto em quantidade, atualização e especificidade, priorizando as bibliografias básicas e complementares indicadas nos Projetos Pedagógicos dos Cursos.

A aquisição e a atualização do acervo são norteadas pela Política de Desenvolvimento de Coleções do Sistema de Bibliotecas, fundamentada nas indicações de bibliografias propostas pelas unidades acadêmico administrativas, necessárias para o atendimento dos Projetos Pedagógicos.

O processo de seleção e renovação de bibliografia se dá a cada 3 anos, ou durante a revisão do PPC. Além das bibliografias básica e complementar, outros títulos são adquiridos durante o percurso de cada semestre, de forma a atender necessidades previstas nos Projetos Pedagógicos.

O SiBi dá consultoria e suporte aos coordenadores de curso e aos Núcleos Docentes Estruturantes a fim de organizar o processo de aquisição em todos os seus passos. É gerenciado por meio do Sistema *Pergamum* que, integrado ao Sistema de Gestão Acadêmica, faculta a consulta ao acervo; a análise das bibliografias cotejando-as com o acervo existente; a consulta a outros catálogos no sentido de buscar novas fontes de informação; relatórios de demandas de empréstimo, bem como o acompanhamento pelos coordenadores de curso e pelo NDE de todo o processo de aquisição.

### **17 RECURSOS TECNOLÓGICOS**

#### **17.1 Audiovisual**

O setor de audiovisual é composto por técnicos em telemática distribuídos nos três turnos, que acompanham o uso de equipamentos audiovisuais nas atividades acadêmicas e atendem os eventos institucionais que são pré-agendados pela Coordenação de Programação Acadêmica nos dez auditórios, um miniauditório, cinco salas multiusos, dois plenários, uma sala de defesa, e os eventos fora do ambiente institucional. Os técnicos realizam manutenção nos equipamentos multimídias e de sonorização e oferecem todo suporte técnico aos usuários dos equipamentos, atendendo em média 2.475 eventos por ano.

Laboratórios e salas de aula são equipadas com quase 300 projetores multimídia para uso nas atividades acadêmicas diárias. As salas de metodologias ativas possuem infraestrutura completa de áudio e vídeo, assim como todos os auditórios.

#### **17.2 Infraestrutura tecnológica**

A Divisão de Tecnologias da Informação - DTI é uma unidade complementar vinculada à Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, a quem compete gerenciar os sistemas e as tecnologias de informação gerencial da instituição.

A gestão das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) é fundamental para o desenvolvimento da PUC Goiás e envolve planejamento, organização, controle, auditoria e avaliação de atividades de forma integrada, propiciando uma base consistente para a tomada de decisão.

Compete a DTI planejar, organizar, controlar e orientar as atividades inerentes às Tecnologias da Informação da PUC Goiás. Ademais, tem as seguintes atribuições:

- a) elaborar e atualizar o Planejamento Estratégico da Tecnologia da Informação (PETI) e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) da PUC Goiás compatíveis com a política e diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI);
- b) estabelecer, implementar e atualizar a Política de Segurança da Informação (PSI);
- c) disponibilizar e administrar estrutura de TI e comunicação;
- d) prospectar tecnologias adequadas para promoção de inovação excelência dos serviços prestados pela PUC Goiás;
- e) desenvolver, avaliar, atualizar e/ou propor a aquisição de sistemas de informação, bem como manter sistemas desenvolvidos ou implantados;
- f) elaborar, coordenar e avaliar projetos de desenvolvimento e atualização tecnológica dos recursos de informática em uso e a apresentação de soluções inovadoras adequadas às necessidades institucionais;
- g) padronizar ambientes de desenvolvimento de sistemas de informação, da infraestrutura e segurança da informação e do suporte operacional e atendimento ao usuário;
- h) gerenciar a qualidade de serviços de TI no âmbito da Instituição;
- j) propor e promover desenvolvimento e capacitação para o quadro funcional de TI;
- k) realizar o atendimento e o suporte tecnológico aos membros da Comunidade Universitária;
- l) promover a capacitação dos usuários da Instituição para o uso dos recursos de tecnologia da informação;
- n) realizar a gestão e o controle dos ativos de TI;

O Plano de Expansão das Tecnologias da Informação (PETI) prevê a melhoria na prestação dos serviços e expansão do parque tecnológico para atender às demandas emergentes.

Atualmente a PUC Goiás conta com softwares que podem ser acessados ou baixados pelos estudantes e professores e instalados em seus equipamentos pessoais. Um contrato com a Microsoft trás os seguintes benefícios aos usuários:

- Atualização tecnológica dos serviços Microsoft permanente (Windows, Office e outras ferramentas disponibilizadas);
- Direito de utilização de diversos softwares nos computadores pessoais dos docentes e alunos da área de Tecnologia por meio do serviço Azure Dev Tools for Teaching.
- Direito de utilização do Office 365, Office Pro Plus Education por meio do serviço Student Advantage para as pessoas ligadas a Instituição (alunos, funcionários e docentes).
- Direito de uso de Correio de e-mail Exchange (domínio secundário).
- Acesso ao ambiente de sala virtual Microsoft (Microsoft Teams) além do uso do Forms, Sway, Onenote, Planner, dentre outros.
- Customização de HOTSITE personalizado.

A assinatura do Office 365 permite acesso ao Word, Excel, Power Point, One Drive, Access, Share Point, Teams, Class Notebook, Sway, Outlook, Forms, One Note, Planner, Dynamics 36, To-Do, Power-BI, Yamme, Skype for Business, Exchange Online, Azure, entre outros, todos com a possibilidade de instalação em até cinco dispositivos pelo usuário. Azure Dev Tools for Teaching é um benefícios para estudantes e professores da área de pesquisa, ciências, tecnologia, engenharia ou matemática, inclui: Microsoft Azure, Windows Server, Visual Studio Code, Visual Studio Enterprise, SDK (Windows, Azure, Office), Azure DevOps, Project Professional, SharePoint Server, Skype for Business Server, SQL Server, System Center, Visio Professional, Windows 10 Education (várias versões).

Também estão disponíveis softwares adquiridos de outros fornecedores: AutoCad, MathLab, CorelDraw, SSP-IBM, Arena, Inventory, Revite, Robot Studio, TQS Estruturas e In Road, e outros de domínio público e/ou para fins acadêmicos.

Todos os softwares estão disponíveis em sua última versão (2019) e em uma versão anterior (2016). Podem ser instalados nos laboratórios e em máquinas particulares (professores e alunos) para fins acadêmicos. Todos os números de séries não liberados e registrados em nome do aluno/professor.

O acesso à Internet é cabeado, com um link de 1Gbps na Rede Nacional de Pesquisa. Há cobertura de Wifi em todos os prédios da instituição, com uma capacidade de 2850 conexões simultâneas. A velocidade dos links de Wifi foi aumentada de 200Mbps para 400Mbps com 183 novos pontos de acesso (Ubiquiti UAC Pro, com 18 switches e 18 módulos óticos).

A PUC Goiás disponibiliza 1010 terminais de computadores para uso nos seus laboratórios de informática, todos regularmente mantidos e atualizados seguindo uma programação.

Serviços de Tecnologia disponíveis incluem: PUC Diário, Envio de informações via e-mail para os estudantes, GED – Gerenciamento Eletrônico de Documentos, Sistema de Congresso e Eventos, Aumento de segurança no sistema de geração de Boletos e Sincronização de dados, + Campus com a PUC. O fornecimento de serviços aos alunos de EAD é semelhante ao oferecido para os alunos presenciais (Biblioteca, WiFi, Cartão do Estudante, Office 365).

Estão em desenvolvimento seguindo as orientações do MEC: a Integralização automática da matriz curricular do aluno, a emissão de Diploma conforme orientações do MEC e a Emissão de Histórico Escolar.

## **18 PLANO DE ACESSIBILIDADE**

Educar para a inclusão, significa afirmar e garantir que todos têm o direito de estudar em uma instituição de ensino superior (IES), no qual terão a mesma oportunidade de acesso, permanência e aproveitamento do que é ministrado em sala de aula, independentemente de qualquer característica específica e peculiaridades que o estudante possua.

Nesta perspectiva a inclusão na PUC Goiás vem sendo discutida desde 2004. Inicialmente, foram tomadas medidas pontuais segundo as necessidades eminentes, entretanto, o cenário inclusivo exigiu novas práticas, com ações sistematizadas em virtude do crescente número de estudantes com necessidades educacionais especiais (NEE's) ingressando no meio acadêmico. Em 2011, foi criado o Programa de Acessibilidade (PA) da PUC Goiás vinculado à Coordenação de Apoio Pedagógico, dentro Pró-Reitoria de Graduação, com o objetivo de implantar e implementar iniciativas inclusivas e de acessibilidade.

A gestão da PUC Goiás entende que a responsabilidade da inserção do PA perpassa por todos os segmentos que a compõem e se vê instada a repensar e modificar os procedimentos acadêmicos e administrativos, promovendo condições de acesso e permanência às pessoas com deficiência ou NEE no ensino superior. Desta forma, a instituição não se exime da responsabilidade histórica de renovar e produzir saberes que venham ao auxílio da construção de novas realidades sociais, mais solidárias e mais justas.

Por Política de Acessibilidade compreende-se a organização de ações e articulação entre diferentes áreas da instituição para implantação e implementação de ferramentas de acessibilidade e efetivação das relações de ensino, pesquisa e extensão. A gestão do plano perpassa pelas pró-reitorias de graduação, extensão, pesquisa e administração.

No tocante às políticas pedagógicas, esta encontra-se vinculada a Pró-Reitoria de Graduação por meio da Coordenação Pedagógica mediada por um gestor, preferencialmente docente da instituição e tem como objetivo primário promover a quebra de barreiras e conseqüentemente o desenvolvimento acadêmico, garantindo a permanência e a aprendizagem significativa.

As ações planejadas e executadas contam com uma rede de apoio que se inicia pela Coordenação do Programa de Acessibilidade na CAP/Prograd, Diretores das Escolas, Coordenadores de Cursos de Graduação, Professores de apoio (docentes de cada curso que mediam estas ações em seus Cursos ou Escolas) e secretários, bem como apoio da Divisão de Serviços Gerais, por meio da equipe de engenheiro, arquiteto, segurança.

A PUC Goiás tem como missão os princípios da excelência acadêmica e do compromisso social, fundamentada em sua identidade católica, comunitária e filantrópica, desenvolvendo a formação humana integral, associada à produção e socialização do conhecimento e o respeito às diferenças.

A Política tem como um dos objetivos a equiparação de oportunidades, valorizando e estimulando o protagonismo e as escolhas dos estudantes. Os eixos dessa Política foram organizados:

#### **EIXO 1 - ACESSO À INSTITUIÇÃO**

O ingresso nos cursos de graduação é permitido àqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente, mediante prévia aprovação em processo seletivo classificatório, por meio das inscrições e direitos dos candidatos com necessidades educacionais especiais de acordo com o edital expedido pela Coordenação de Admissão Discente/ Pró-Reitoria de Graduação.

O estudante com necessidades educacionais especiais é acompanhado em igualdade de oportunidades e condições com as demais pessoas desde o seu ingresso na Instituição. Estas ações têm como suporte os seguintes documentos: Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Portaria Ministerial nº 948, de 09 de outubro de 2007), Adaptações Curriculares em Ação: Estratégias para Educação de Alunos com Necessidades Educacionais Especiais (2002), Programa Incluir - Acessibilidade na Educação Superior Secadi/Sesu (2013) e o Estatuto da Pessoa com Deficiência (2015).

O processo de inclusão inicia no momento da Seleção Discente (Vestibular) quando o próprio estudante informa à Instituição sua necessidade específica (deficiência visual, auditiva, física, comprometimentos psicológicos e psiquiátricos, distúrbios de aprendizagem e transtornos do espectro autista) e solicita as adaptações necessárias, mediante prévia solicitação e comprovação (relatório médico/multiprofissional) da necessidade, para sua participação, no que tange as seguintes disponibilizações:

- Ambientes individualizados;
- Provas em formatos acessíveis (provas ampliadas);
- Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS);
- Ledores e transcritores;
- Dilação do tempo, conforme demanda apresentada pelo candidato;
- Adoção de critérios de avaliação das provas escritas, discursivas ou de redação que considerem a singularidade linguística da pessoa com deficiência;
- Fiscais previamente treinados pela própria universidade.

#### **EIXO 2 - INFRAESTRUTURA ACESSÍVEL**

Construção/reforma, ampliação e/ou adaptação das instalações físicas e de equipamentos da PUC Goiás, buscando a eliminação de barreiras arquitetônicas, conforme os princípios do desenho universal e de acordo com as necessidades físicas e de mobilidade dos estudantes e colaboradores.

#### **EIXO 3 - A ACESSIBILIDADE PEDAGÓGICA E TECNOLÓGICA**

Projetos e programas que visem à promoção da acessibilidade ao currículo e as ações didático-pedagógicas, inclusive com atendimento educacional especializado e apoio acadêmico, em todas as formas de deficiência, favorecendo a aprendizagem. Auxílios ou recursos como: provas com letra ampliada, intérprete de Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), auxílio para leitura, auxílio para transcrição, leitura labial, sala de fácil acesso ou mobiliário acessível, material didático adaptado, tempo adicional para provas e atividades acadêmicas, monitores ou tutores de apoio à inclusão, modalidade diferenciada de avaliação.

Uso de ferramentas de tecnologia assistiva, softwares atualizados para cegos e surdos que possam qualificar a aprendizagem e promover a produção de conhecimentos, produtos, metodologias, processos e técnicas que contribuam para acessibilidade das pessoas com deficiência.

#### **EIXO 4 - GERENCIAMENTO E ACOMPANHAMENTO DAS INFORMAÇÕES SOBRE ACESSIBILIDADE**

Implantação de um sistema de informação centralizado com as informações da acessibilidade na PUC Goiás, como criação e gerenciamento de banco de dados.

#### **EIXO 5 - CONSCIENTIZAÇÃO DA COMUNIDADE ACADÊMICA**

Promoção de campanhas, treinamentos e ações conjuntas com a comunidade acadêmica a fim de instruir e conscientizar sobretudo na dimensão da acessibilidade atitudinal.

## **SEÇÃO V - PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO**

### **19 CONCEPÇÃO DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

A Autoavaliação Institucional na PUC Goiás caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica da realidade da Instituição com a participação de toda comunidade acadêmica, visando desenvolver uma avaliação emancipatória, diagnóstica e transparente, a partir dos 5 eixos avaliativos previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), a saber: Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura Física. A autoavaliação tem por finalidade avaliar como as ações acadêmicas e administrativas convergem para alcançar a missão da Instituição e que esse exame, por meio de dados, análises e diagnósticos, deve propiciar elementos para que essa convergência seja alcançada.

Historicamente, a PUC Goiás desenvolve autoavaliação institucional. Quando da criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB), em 1993, iniciativa do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) apoiada pelo MEC, em 1994, a então Universidade Católica de Goiás apresentou seu Projeto Pedagógico de Avaliação Institucional, denominado “Projeto Acadêmico UCG – Processo em Construção”. Este foi um dos poucos projetos das universidades brasileiras aprovado sem restrições e sem necessidade de adendos ou correções.

O Projeto concebia a Instituição como um espaço educacional que não exaure seus objetivos na oferta acadêmica das atividades de ensino e pesquisa, mas se torna um espaço de formação humana e social, de compromisso ético e sociopolítico engajado na defesa da cidadania plena e dos direitos humanos.

No período que antecedeu a implementação do SINAES, os processos de avaliação da Universidade Católica de Goiás adquiriram índices técnico-científicos, com fundamentação em teorias de planejamento e assumindo processos e metodologias adequadas para a gestão colegiada e democrática da instituição.

A percepção de que a Avaliação Institucional não pode estar desvinculada do planejamento e da utilização eficaz das informações gerenciais motivou uma análise das fontes de informação existentes na instituição, a serem coletadas por instrumentos confiáveis e adequados. O esforço para produção de informações gerenciais foi fundamental para o processo de formação de uma cultura organizacional, efetuando a reestruturação normativa; foi promovido o necessário arcabouço legal e a orientação para um percurso mais consistente e monitorado em todos os setores da Instituição. A cultura avaliativa, incorporada a toda atividade acadêmica, assumida por todos os agentes do processo educacional e realizada de forma processual e contínua, tornou-se momento essencial para a elaboração e revisão do planejamento e de sua execução.

O Plano foi elaborado, em 2003, de forma participativa e colegiada, aprovado pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão, tinha como finalidade fundamental manter a necessária coerência entre as metas institucionais definidas no PDI e os programas e ações realizados em cada setor institucional. Para tanto, o documento fazia referência ao Projeto Educacional da UCG para o Centro-Oeste brasileiro, aos princípios orientadores da ação pedagógica e ao diferencial da instituição. Delineava o cenário externo (o mundo, o país e a região) e suas consequências no processo da educação superior; efetuava uma análise organizacional, indicando os pontos fortes e fracos da Instituição. Indicava as opções estratégicas a curto (2003 - 2004), médio (2004-2006) e longo prazo (2006-2010) e os processos de operacionalização do Plano em quatro Matrizes: gestão colegiada, gestão

pedagógica, gestão de pessoal, gestão de serviços de apoio e recursos físicos e financeiros. Cada matriz elencava os programas, os objetivos, as ações, os órgãos envolvidos e o cronograma de execução.

Quando da implementação da lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, que instituiu o SINAES, a então Universidade Católica de Goiás já tinha vasta experiência em processos avaliativos como ação orientadora do planejamento. A cultura avaliativa fazia parte do cotidiano da UCG. Com o SINAES, as Instituições de Ensino Superior foram orientadas a implementar os projetos de autoavaliação institucional, dos cursos de graduação e do desempenho acadêmico dos estudantes, aperfeiçoando, assim, o processo avaliativo coordenado, em nível institucional, pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

A instituição da CPA, no ano de 2004, foi precedida de ampla divulgação das propostas do SINAES, a fim de sensibilizar a comunidade acadêmica para a elaboração do projeto de autoavaliação institucional. O projeto não partiu do zero, mas resgatou contribuições históricas das ações avaliativas efetuadas na UCG, desde sua implantação, e registrou o caminho percorrido e documentado pelos programas anteriores. Criaram-se subcomissões de trabalho em cada unidade acadêmica para a formulação das modalidades de avaliação interna institucional e dos instrumentos a serem usados com os discentes, os docentes, os funcionários e os gestores.

Os resultados obtidos nas subcomissões, após discussão nas unidades acadêmico-administrativas, foram organizados e sintetizados pela CPA sob a forma de um relatório geral, disponível para consulta na web, em página da PUC Goiás. A divulgação dos resultados do processo de autoavaliação constituiu importante tarefa desenvolvida pela CPA, com visitas às congregações das unidades acadêmicas e participação em eventos envolvendo a área técnico-administrativa. Essa divulgação teve, também, o objetivo de motivar e sensibilizar a comunidade universitária para a participação nos processos subsequentes. Desde então, os processos de autoavaliação tornaram-se mais frequentes, seguindo as diretrizes do MEC-INEP, que passou a exigir das instituições a apresentação de relatórios anuais, contemplando as dimensões da avaliação institucional. Nesse período, a Instituição experimentou, pela primeira vez, o ciclo completo de avaliação institucional, que culminou com a avaliação externa e com o recredenciamento da instituição em 2009. Em 9 de setembro de 2009, a Universidade é reconhecida pela Santa Sé como Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

A autoavaliação busca, em um processo contínuo de levantamento e análise de dados, subsidiar os processos de tomada de decisão e a gestão estratégica, com vistas ao cumprimento da missão institucional. O projeto de autoavaliação da PUC Goiás é desenvolvido pela CPA com apoio da gestão superior e das Pró-Reitorias e conta com o suporte de sistemas informatizados das tecnologias e informação e comunicação, para divulgação e aplicação de questionários para avaliar a organização didático-pedagógica, o corpo docente e a infraestrutura dos cursos. A CPA também analisa os dados das avaliações externas: avaliações in loco promovidas pelo MEC/INEP e o Exame Nacional de Estudantes (Enade), bem como sistematiza os dados das avaliações da Pós-Graduação lato e stricto sensu, avaliação das ações de extensão, dos setores técnico-administrativos, tendo como referência os atos legais e normativos do MEC/Inep.

O Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) foi instituído pela Lei Nº 10.861, de 14 de abril de 2004, o qual estabelece os princípios fundamentais para garantia da qualidade da educação superior, com vistas a destacar o compromisso e responsabilidade social das Instituições de Ensino Superior brasileiras. A avaliação institucional é realizada por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes.

Segundo os referenciais do MEC/INEP (2004),

A Avaliação Institucional é um dos componentes do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e está relacionada à melhoria da qualidade da educação superior; à orientação da expansão de sua oferta; ao aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; ao aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (MEC/INEP. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ROTEIRO DA AUTOAVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, 2004)

Nessa direção, a Avaliação Institucional tem como finalidade promover ações de avaliação a fim de proporcionar uma permanente melhoria da qualidade científico-pedagógica e política da Instituição, subsidiando o planejamento e a gestão institucional.

O Sinaes busca assegurar a integração das dimensões interna e externa da avaliação; particular e global; quantitativa e qualitativa, considerando os diversos objetos e objetivos da avaliação. A perspectiva é de integração, articulação e participação de todos os agentes da comunidade acadêmica, das instâncias institucionais, governamentais e membros da sociedade na melhoria contínua da qualidade da educação superior.

Ainda tomando como referência as orientações do INEP/MEC (2004), entende-se que a autoavaliação possibilita

produzir conhecimentos, pôr em questão os sentidos do conjunto de atividades e finalidades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas e deficiências, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade. (MEC/INEP. ORIENTAÇÕES GERAIS PARA ROTEIRO DA AUTOAVALIAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES, 2004).

As ações de avaliação são desenvolvidas considerando os referenciais de qualidade, propostos no Sinaes, bem como a missão e a visão institucional. Nesse sentido, a autoavaliação institucional obedece aos seguintes princípios:

- O respeito à identidade, à missão e à história da Instituição, assegurando o respeito aos valores, aos princípios, à tradição e à relevância local e nacional.
- A responsabilidade social com a qualidade da educação superior: a avaliação deve dar suporte para que a Instituição possa ser transformadora, por meio de postura reflexiva e crítica da realidade social, trabalhando para formar pessoas comprometidas com o desenvolvimento sustentável da sociedade.
- A globalidade institucional: a avaliação deve utilizar um conjunto significativo de indicadores considerados em sua relação orgânica e sistêmica que permitam construir uma visão global da Instituição.

- O reconhecimento da diversidade: a avaliação deve considerar e respeitar as especificidades das unidades avaliadas, sem perder de vista a integração institucional.
- A continuidade do processo avaliativo: a avaliação deve ser um processo constante, para permitir a sua incorporação no cotidiano da Instituição, favorecendo o fortalecimento de uma cultura avaliativa que alimente dos processos de tomada de decisão.
- A construção coletiva: a avaliação deve permitir a participação de toda a comunidade acadêmica na construção do processo avaliativo, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade, cooperação e legitimidade.
- A visibilidade do processo: todas as etapas do processo avaliativo devem ser amplamente divulgadas e acordadas com os atores envolvidos.
- A credibilidade: a avaliação deve ser transparente e geradora de resultados, conduzida de modo que a comunidade acadêmica perceba a veracidade do processo e identifique as ações advindas da autoavaliação.
- O caráter pedagógico: a Instituição deve aprender com a avaliação; deve usar o processo avaliativo para potencializar melhorias, no intuito de assumir sua posição almejada pela missão e visão.
- A construção da autonomia acadêmica e administrativa: a avaliação deve apontar subsídios para viabilizar a construção da autonomia acadêmica e administrativa.

## 20 A COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

Comissão Própria de Avaliação (CPA), conforme previsto na Lei nº 10.861, de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, que regulamenta os procedimentos de avaliação do Sinaes, rege-se por regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Universitário, conforme Portaria n. 0141/2004-GR, de 14 de junho de 2004. A Comissão goza de autonomia em sua atuação específica, no âmbito de sua competência legal, enquanto integrante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior, observadas as normas e as políticas da Universidade, bem como as normas que regem a política nacional de educação, sendo assegurando o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos; o respeito à identidade da Instituição e de seus cursos; a participação do corpo discente, docente e técnico administrativo da Instituição, e da sociedade civil, por meio de suas representações.

A CPA tem por finalidade o planejamento, o acompanhamento e a coordenação dos processos internos de avaliação institucional da PUC Goiás, contribuindo para a qualificação permanente das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, oferecendo subsídios para a tomada de decisões, redirecionamento das ações e otimização dos processos.

A CPA é designada pelo reitor por meio de portaria e é constituída por representantes do corpo docente, do corpo discente, do corpo técnico-administrativo e da sociedade civil organizada. Os representantes do corpo docente e do corpo técnico-administrativo Devem ser integrantes do quadro permanente da Instituição. Os representantes do corpo discente devem se encontrar em situação acadêmica e administrativa regular e matriculados entre o segundo e o penúltimo semestre letivo de seus cursos. Cabe ao Reitor indicar quem exercerá a função de coordenação e avaliar seu desempenho no exercício da função. O mandato dos membros da CPA terá a duração de 3 (três) anos, podendo haver uma recondução por igual período.

A CPA condensa os resultados das diferentes modalidades de avaliação, a saber: autoavaliação, avaliação externa, avaliação de cursos de graduação, avaliação do desempenho do estudante e avaliação da pós-graduação. Na esteira da articulação com a gestão institucional, a avaliação constitui um caminho pedagógico-formativo, privilegiando os processos desenvolvidos, disseminando valores que devem ser cultivados e assumidos, distanciando-se, portanto, de práticas de natureza somativa que visam apenas a medição de resultados, prestação de contas, fiscalização e classificação. Dessa forma, procura fortalecer a cultura da avaliação institucional, estimulando a comunidade interna a anunciar positivamente, identificar fragilidades e construir soluções.

## **21 PROCESSOS E PROCEDIMENTOS DE AUTOAVALIAÇÃO**

### **21.1 Autoavaliação na graduação**

#### **21.1.1 Avaliação interna**

A avaliação institucional interna e os resultados dela decorrentes constituem importante ferramenta de gestão, essencial para os processos de planejamento, subsidiando ações didático-pedagógicas, operacionais e estruturais que garantam o cumprimento da missão em observância aos princípios da Universidade. Partindo deste contexto, a PUC Goiás realiza diferentes processos de avaliação interna, sendo um deles a avaliação online, que tem por objetivo avaliar a organização didático-pedagógica, o corpo docente, a gestão, o atendimento e a infraestrutura dos diversos cursos. Participam desse processo, os estudantes de todos os cursos de graduação e os professores. A periodicidade é anual, sendo que o instrumento é aplicado no primeiro semestre de cada ano, previsto no calendário acadêmico. A pesquisa é de caráter quantitativo, tendo como instrumento de coleta de dados um questionário composto por 49 questões fechadas. O questionário é disponibilizado via Serviços Online (SOL) do estudante e do professor, acessado através da página eletrônica da Instituição.

Ao acessar o SOL, o estudante é informado sobre a importância do processo de autoavaliação e orientado sobre os procedimentos necessários ao preenchimento do questionário, o qual deve ser respondido indicando seu grau de concordância em relação a cada questão, segundo a escala que varia de 1 (discordo totalmente) a 5 (concordo totalmente). Para os casos em que o aluno julga não ter elementos para avaliar o item, ou quando o considera não pertinente ao seu curso, pode assinalar a opção “Não se aplica”. Os dados da avaliação *online* são coletados e computados através do Sistema de Avaliação e Acompanhamento Sistemático do Processo Ensino-Aprendizagem na Graduação – SIAV. O sistema possibilita a análise dos dados através do cálculo do score, de forma que cada questão receba um valor de score, entre 0 a 100, com o qual é possível classificá-la de acordo com o quadro de conceitos abaixo:

Escala de conceitos de acordo com o valor do score.

| <b>VALOR DO SCORE</b> | <b>CONCEITOS</b> |
|-----------------------|------------------|
| 0-20                  | Péssimo          |
| 21-40                 | Ruim             |
| 41-60                 | Regular          |
| 61-80                 | Bom              |
| 81-100                | Ótimo            |

Além da pesquisa quantitativa, outro processo de avaliação interna que a PUC Goiás realiza com a participação dos estudantes é uma pesquisa qualitativa, que utiliza como instrumento de coleta de dados, o Grupo Focal. Essa técnica de pesquisa é utilizada para realização de investigações de como as pessoas avaliam determinada experiência; como definem um problema e quais opiniões, sentimentos e significados encontram-se associados ao problema em questão. A participação na pesquisa é voluntária, comunicada aos estudantes por meio de carta-convite. A seleção de cursos participantes da pesquisa qualitativa atende ao ciclo do Enade. Os grupos são formados pela Coordenação de Apoio Pedagógico – CAP da Prograd e Comissão Própria de Avaliação (CPA). A pesquisa é orientada por um mediador que apresenta as temáticas a serem debatidas, coordena as discussões e realiza o registro das informações.

### **21.1.2 Avaliação externa**

Regulamentada pela Portaria Normativa n. 840, de 24 de agosto de 2018, a avaliação externa é uma das dimensões essenciais da Avaliação Institucional. Os pareceres das comissões de especialistas externos à Instituição, além de contribuírem para o autoconhecimento e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela PUC Goiás também trazem elementos importantes para a regulação e a formulação de políticas educacionais. A Pró-Reitoria de Graduação, juntamente com a Comissão Própria de Avaliação é responsável pelo acompanhamento e apoio aos cursos de graduação quanto as atividades relacionadas às avaliações externas de qualidade de seu oferecimento, bem como a articulação desta com as diretrizes estabelecidas no Sistema de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). É, também, responsável pelo apoio às Coordenações de Cursos de Graduação nas questões inerentes à Regulação (autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento); Supervisão e questões relacionadas ao Exame Nacional de Avaliação de Estudantes (Enade). No âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e da regulação dos cursos de graduação no País, prevê-se que os cursos sejam avaliados periodicamente. Assim, os cursos de educação superior passam por três tipos de avaliação: para autorização, para reconhecimento e para renovação de reconhecimento.

### **21.2 Autoavaliação da pós-graduação *stricto sensu*.**

Uma característica da PUC Goiás é a busca pela excelência e o comprometimento com a qualificação acadêmica de sua atividade. Assim, com o objetivo de atender as exigências do consolidado sistema nacional de avaliação da Pós-Graduação *Stricto Sensu*, a instituição desenvolve estratégias visando promover processos internos de acompanhamento e avaliação de seus cursos.

A pós-graduação tem se estruturado para a realização do planejamento a curto, médio e longo prazo e o processo de autoavaliação em consonância com as orientações da DAV/CAPES, com o PDI e com participação da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Instituição. Adicionalmente, uma ação efetiva desenvolvida pela Prope é discutir com os principais atores da pós-graduação na Instituição o modelo, as atualizações e os rumos das políticas e diretrizes implementadas pela Diretoria de Avaliação/CAPES com o objetivo de aperfeiçoamento das estratégias, de acordo com as demandas críticas e questões evidenciadas, visando qualificar a produção quantitativa e qualitativa dos docentes.

Desta forma os objetivos do processo de autoavaliação na pós-graduação *stricto sensu* são:

a) Auxiliar na identificação das fragilidades e nortear os processos de credenciamento docente reforçando o quadro permanente dos PPGSS;

- b) Promover a articulação entre os programas de pós-graduação para desenvolvimento de ações conjuntas que fortaleçam os programas;
- c) Promover a constante relação entre as ações do programa com as orientações emanadas das áreas de avaliação da CAPES;
- d) Auxiliar na elaboração de projetos de extensão para capacitação de profissionais da rede pública que atuam nas áreas de educação, saúde e meio ambiente em todo Estado de Goiás e demais estados onde residem estudantes dos cursos fortalecendo e consolidando o impacto social dos PPGSS;
- e) Auxiliar no Planejamento de eventos científicos voltados para a integração de egressos e estudantes de graduação, com ênfase na discussão sobre o impacto social da pós-graduação e para elaboração de projetos de pesquisa competitivos;
- f) Desenvolver estratégias para aumentar o número de submissão de projetos a agências de fomentos, demandar maior número de manuscritos para revistas internacionais de alto impacto; estimular a participação em eventos científicos internacionais com a apresentação de trabalhos; manter o cronograma de defesas dentro do prazo previsto;
- g) Subsidiar ações para consolidar parcerias entre docentes de programas de pós-graduação em áreas estratégicas visando à elaboração de projetos que resultem em inovações tecnológicas e registro de patentes.

### **21.2.1 Procedimentos de autoavaliação.**

O processo de autoavaliação visa avaliar as ações desenvolvidas pelos programas bem como seus resultados levando em consideração: a qualidade da produção intelectual docente e em conjunto com os discentes, a inserção socioeconômica dos egressos, a evolução do corpo docente pela busca da excelência por meio de parcerias e desenvolvimento de pesquisas com outras IES, a sustentabilidade dos projetos de pesquisa, a articulação com outros níveis de ensino pela realização integrada de atividades de pesquisa e de extensão, a melhoria de indicadores relacionados ao fluxo discente (matrículas e defesas), o impacto local e regional do programa e o incremento das ações de inovação no programa.

Todo o processo de avaliação é acompanhado pela Prope, que mantém reuniões frequentes com os colegiados dos programas, avaliando a produção científica dos docentes e discentes. Esta avaliação é feita como base nos scores e métricas estabelecidas pelas áreas de avaliação para produção de artigos científicos além das informações qualitativas, resultante da inserção social dos docentes e discentes, fornecidas de forma contínua pelos programas durante o período avaliado. No início de cada semestre, as informações são discutidas e analisadas pelos colegiados que, a partir dos resultados, traçam os objetivos, ações e metas para melhoria dos indicadores e superação das fragilidades.

### **21.2.2 Instrumentos**

Partindo do princípio de que a formação dos estudantes dos cursos de pós-graduação *stricto sensu* deve expressar as competências profissionais necessárias para o campo de atuação acadêmica e profissional, além de possibilitar a compreensão de temas que transcendam o seu ambiente próprio de formação e que sejam importantes para a transformação da realidade local e regional, considerando, também, que o acompanhamento dos egressos configura como componente importante da avaliação dos programas, a Prope orienta, sistematicamente, que os PPGSS desenvolvam estratégias que maximizem a coleta de informações da inserção social e profissional de seus egressos. Para tanto, são elaborados instrumentos que contabilizam e avaliam: a produção científica e técnica do corpo docente/discente do programa, que registram continuamente as

sugestões, de docentes e discentes, encaminhadas à coordenação ou à secretaria, que permitem o acompanhamento das atividades acadêmicas dos programas, que permitem avaliar a incorporação de tecnologia (Ambiente Virtual de Aprendizagem – AVA) e alternativas para realização das atividades acadêmicas e flexibilização curricular e por fim que permitem avaliar a articulação entre teoria e prática.

A dinâmica e os instrumentos utilizados para realização da autoavaliação contam com o apoio e seguem as orientações da Prope bem como as diretrizes das respectivas áreas de avaliação, ficando a cargo de cada curso estabelecer os meios (instrumentos) mais adequados para esta ação.

Com o objetivo de maximizar o processo e ampliar a participação dos diferentes atores que integram do processo de autoavaliação nos programas de pós-graduação, pretende-se sistematizar e informatizar todos os instrumentos utilizados disponibilizando-os na página dos Serviços Online (SOL).

### **21.2.3 Uso dos resultados de autoavaliação.**

A discussão dos resultados obtidos com o processo de autoavaliação, realizado pelos programas, permite acompanhar de forma efetiva todas as atividades acadêmico-científicas e de planejamento, possibilitando traçar ações e estratégias de superação das fragilidades identificadas. Auxilia também, na sistematização e apresentação dos dados e informações fornecidas ao Sistema Nacional de Pós-Graduação no processo de avaliação quadrienal realizado pela CAPES.

Pretende-se, com as análises dos resultados da autoavaliação, intensificar e valorizar ações que favoreçam a inter(multi)disciplinaridade, a transversalidade na integração das estruturas curriculares e a interação entre graduação e pós-graduação, qualificando o ensino e o desenvolvimento das pesquisas. Assim, como importante ação a ser desenvolvida é necessário integrar e propor reflexões conjuntas entre diretores de escolas, coordenadores de cursos de graduação e docentes, potencializando o uso dos resultados para ações contínuas de melhoria da formação dos estudantes em todos os níveis.

A discussão e divulgação dos resultados promovem reflexões e análises sobre a articulação e complementaridade dos processos de avaliação interna e externa, potencializando o uso dos resultados para proposição de ações institucionais contínuas de melhoria dos indicadores do impacto e inserção local e regional dos cursos de pós-graduação focadas na melhoria da qualidade acadêmica, estimulando a produção científica, técnica, tecnológica, artística e cultural, articulando as ações e a produção acadêmica com os projetos de ensino, pesquisa e extensão, atendendo aos indicadores quantitativos e qualitativos de avaliação da pós-graduação.

### **21.3 Autoavaliação na pós-graduação *lato sensu***

O processo de avaliação acontece continuamente, ao longo dos módulos dos cursos de especialização e constitui uma ferramenta importante para a gestão da Pós-Graduação. Por meio de indicadores e instrumentos de acompanhamento e avaliação, a Coordenação da Pós-Graduação realiza seu planejamento estratégico, atualizando metas e objetivos a serem alcançados nos prazos determinados, com vistas à qualificação da pós-graduação. O planejamento culmina em um plano de ação que orienta as diretrizes e estratégias a serem executadas, visando à qualidade e a excelência do processo ensino-aprendizagem. A avaliação é realizada com a participação dos docentes, discentes e o corpo técnico-administrativo, por meio de diferentes instrumentos quantitativos e qualitativos, tais como: questionários, grupo focal e observação *in loco*. Os questionários de avaliação e autoavaliação são elaborados por grupos de perfis e divididos em blocos temáticos para

melhor visualização e organização, seguindo, em geral, os eixos e dimensões de avaliação do MEC, adaptadas para o contexto da especialização.

A autoavaliação, por meio de seus insumos, contribui para o aprimoramento contínuo do processo ensino-aprendizagem com vistas a reconhecer e trabalhar suas fragilidades. Os dados levantados geram insumos à gestão, essenciais para as atividades de monitoramento, avaliação, proposição de novos projetos, programas e políticas, permitindo acompanhar o alcance das metas estabelecidas nos Projetos Pedagógicos de Cursos.

#### **21.4 Autoavaliação na extensão**

O processo de autoavaliação realizado pelas coordenações e Instituto Dom Fernando, que compõem a estrutura organizacional da Pró-Reitoria de Extensão e Apoio Estudantil (PROEX), alicerça-se no princípio da colegialidade e estrutura-se metodologicamente no entrelaçamento do planejamento e execução das ações desenvolvidas. Este procedimento possibilita uma reflexão crítica na perspectiva de garantir a eficiência, eficácia e efetividade na execução da ação extensionistas estabelecida e otimização dos recursos humanos e materiais disponibilizados.

O processo de autoavaliação tem participação direta de todos que estão envolvidos, tanto os gestores (avaliação interna), quanto, dos parceiros, apoiadores, patrocinadores das atividades extensionistas, mas principalmente, a comunidade integrante dos programas, cursos e instituto (avaliação externa). Que são realizadas por meio de diversos instrumentos avaliativos, que levantam dados de caráter quantitativos e qualitativos, entre os quais se destacam: questionários, formulários *online*, rodas de conversas, grupo focal, entre outros, criados especificamente por cada ação realizada, subsidiados por instrumentos e apoio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da PUC Goiás. Sendo acompanhadas pela Proex, por meio de reuniões periódicas realizadas nas instâncias dos colegiados das coordenações e Instituto Dom Fernando, quanto, no colegiado com os responsáveis diretos pelas coordenações, instituto e assessores da Pró-Reitoria, nas quais são discutidas as ações executadas ou em andamento que foram planejadas. Estas reuniões propiciam que o colegiado da Proex se envolva e avalie o conjunto de ações desenvolvidas, em vista de levantar as potencialidades, fragilidades e propostas de melhorias (resultantes das avaliações realizadas).

No conjunto do processo de autoavaliação, realizado pela Proex, destaca-se a avaliação realizada na Jornada da Cidadania, pelo volume de pessoas que participam desta ação, são utilizados especificamente uma avaliação *online*, por meio de um questionário, que visa avaliar a organização, estruturação e os serviços disponibilizados aos participantes do evento. Os resultados são sistematizados e subsidiam o planejamento da edição que será realizada posteriormente.

#### **21.5 Autoavaliação na gestão de pessoas e na gestão administrativa**

Os docentes e os funcionários administrativos participam regularmente da autoavaliação institucional, conforme sua área de atuação. Os instrumentos de autoavaliação buscam atender as especificidades de cada categoria e de sua atuação específica.

A participação dos docentes, que atuam na graduação e na pós-graduação, se desdobra em vários momentos e espaços. O primeiro espaço são os colegiados dos cursos em que estão inseridos. Nos colegiados são realizadas atividades permanentes de avaliação do Projeto Pedagógico do Curso e de sua implementação, com a participação de todos os docentes. Os resultados desses processos nos colegiados alimentam os planos de gestão das coordenações e a permanente atualização dos Projetos Pedagógicos.

O segundo momento é representado pela autoavaliação do docente em formulário específico, aplicado anualmente. Nesse momento, o docente avalia sua própria atuação e desempenho acadêmico e o confronta com a avaliação que os estudantes fazem em instrumento específico, cujos resultados consolidados cada docente pode consultar no SIAV disponível no SOL.

Os funcionários administrativos contribuem com a autoavaliação institucional respondendo a um questionário disponível em meio eletrônico, aplicado anualmente, e, também, participando dos procedimentos específicos de autoavaliação da unidade a que pertencem. Os resultados de cada unidade são analisados e incorporados à autoavaliação da pró-reitoria a que cada unidade se vincula. As pró-reitorias consolidam os dados e tomam as providências necessárias para os ajustes de gestão e, sobretudo, para a elaboração do planejamento institucional.

As informações institucionais produzidas, como resultado das ações avaliativas específicas das unidades, são incorporadas ao processo de autoavaliação institucional como um todo, visando atender ao preconizado pela legislação que regula a educação superior no país e aos parâmetros de qualidade estabelecidos para as instituições católicas de educação superior no mundo.

## **22 AUTOAVALIAÇÃO E EVOLUÇÃO INSTITUCIONAL**

No PDI da PUC Goiás a avaliação é vista como um instrumento capaz de contribuir com planejamento e gestão da Instituição, tornando-se realmente indutor de melhorias, e conseqüentemente, mais abrangente do que em períodos anteriores. Nessa direção, o esforço é de compreender a Universidade em sua totalidade e abrangência, na ótica dos seus principais interlocutores, como os alunos, os professores, os funcionários, a comunidade local e regional. Nesta lógica, no curso de sua experiência, a PUC, por meio da Comissão Própria de Avaliação (CPA) vêm articulando os resultados das diferentes modalidades de avaliação, a saber: autoavaliação, avaliação externa, avaliação de cursos de graduação, avaliação do desempenho do estudante, avaliação da pós-graduação e avaliação das ações de extensão.

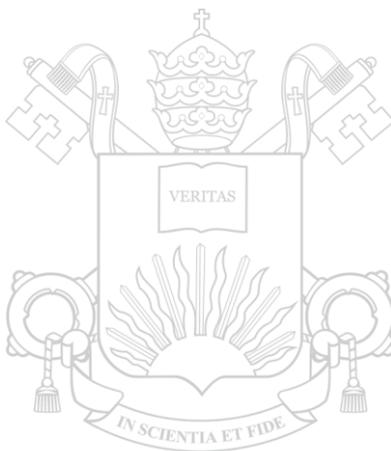
São os resultados agregados da avaliação, considerados os diversos processos e formatos institucionais, que podem propiciar o conhecimento da Universidade regido pelos princípios da interdisciplinaridade e da globalidade. Na esteira da articulação com a gestão institucional, a avaliação vem trilhando o caminho pedagógico-formativo, privilegiando os processos desenvolvidos, disseminando a cultura da avaliação institucional. A visão institucional de autoavaliação, portanto, se distancia de práticas de natureza somativa que visam à medição de resultados, prestação de contas, fiscalização e classificação. Ao contrário, busca fortalecer a cultura da avaliação diagnóstica, estimulando a comunidade interna a destacar as potencialidades, identificar fragilidades e apresentar propostas de melhoria no tempo de hoje, rumo a um tempo futuro.

Vista por esse ângulo, a avaliação não tem um fim em si mesma e nem se constitui em espaço-tempo definidos, mas objetiva trabalhar de forma imbricada aos processos de desenvolvimento da instituição, integrando, portanto, de maneira permanente, ao cotidiano da PUC Goiás. A autoavaliação institucional contempla, ainda, o acompanhamento e a sistematização dos resultados dos processos de avaliação, como o Enade e a avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* pela Capes, assim como o resultado de avaliações feitas por todos os outros processos. O programa de planejamento e avaliação resgata todas as práticas de avaliação já existentes, além de outras identificadas pela comunidade acadêmica, ampliando a integração tão necessária

para que, de fato, cumpra seu papel no sentido de gerar avanços e melhorias na qualidade do ensino superior na PUC Goiás.

### **23 METAS**

- M1 Consolidar e ampliar a autoavaliação institucional, como subsídio ao planejamento estratégico da Universidade.
- M2 Realizar, fortalecer e aprimorar os processos de autoavaliação institucional coordenados pela CPA.
- M3 Acompanhar a implementação dos planos de melhoria das Unidades Acadêmico-Administrativas e Unidades Administrativas.
- M4 Sedimentar e fortalecer a cultura avaliativa junto a toda atividade acadêmica, assumida por todos os agentes do processo educacional e realizada de forma processual e contínua.
- M5 Dar continuidade ao processo de acompanhamento e análise das avaliações externas: avaliação *in loco* e Enade.
- M6 Elaborar projeto de autoavaliação para o triênio 2018-2020.
- M7 Elaborar e aplicar instrumento específico de autoavaliação para os funcionários administrativos.



## REFERÊNCIAS

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a distância**. 7. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2015.

BRASIL. Decreto n. 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP. Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância: Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.051 de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação Superior-SINAES, instituído na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior-SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Decreto n. 5.773 de 9 de maio de 2006. Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. MEC/INEP. Instrumento de Avaliação Institucional Externa Presencial e a Distância: Recredenciamento, Transformação de Organização Acadêmica. Brasília, 2017.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.051 de 09 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação Superior-SINAES, instituído na Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004, DF, 2004.

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.861 de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação Superior-SINAES e dá outras providências. Brasília, DF, 2004.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Contemporânea).

DELORS, J. **Educação**: um tesouro a descobrir. 2. Ed. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: MEC/Unesco, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA (ABED). **Competências para Educação a Distância: matrizes e referenciais teóricos**. Disponível em: [http://www.abed.org.br/documentos/Competencias\\_Final\\_Ago2012.pdf](http://www.abed.org.br/documentos/Competencias_Final_Ago2012.pdf)> Acesso em nov. 2018.

MAENZA, R. R. Educación a distancia, um recorrido de diferentes formatos. In: **Educação a distância**: interação entre sujeitos, plataformas e recursos. MACIEL, C.; ALONSO, K. M. e PANIAGO, M. C. (Org.). Cuiabá: EduFMT, 2016.

MALANCHEN, J. **Cultura, conhecimento e currículo**: contribuições da pedagogia histórico-crítica. Campinas: Autores Associados, 2016. (Coleção Educação Contemporânea).

MARTELLI, I.; CARVALHO, R. M. A. de. A educação a distância na Universidade Católica de Goiás. **Revista Colabora**. Edição Especial. Setembro, 2009. ISSN 1519-8529. P. 255-276.

PRETTI, O. (org.). **Educação a distância**: início e indícios de um percurso. Cuiabá: UFMT, 2011.

SILVA, Edileuza Fernandes. **Nove aulas inovadoras na universidade**. Campinas: Papyrus, 2011.

TORI, R. **Educação sem distância**: as tecnologias interativas na redução de distâncias em ensino e aprendizagem. 2 ed. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS. **Projeto Acadêmico da UCG**: um processo em construção. Goiânia, UCG, dez. 1994.

\_\_\_\_\_. **Graduação Itinerante: uma alternativa**. Goiânia: UCG, 1999. (série Gestão Universitária).

